



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A Inovação Social nas Políticas Públicas de Proximidade

João dos Santos Liberado

Orientação:
Professora Doutora Gertrudes Guerreiro
Professor Doutor António Caleiro

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A Inovação Social nas Políticas Públicas de Proximidade

João dos Santos Liberado

Orientação:

Professora Doutora Gertrudes Guerreiro
Professor Doutor António Caleiro

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2017

Agradecimentos

À orientação dos Professora Doutora Gertrudes Guerreiro pelo grande incentivo, apoio e acompanhamento.

Ao Professor Doutor António Caleiro pelo apoio, incentivo, valiosos contributos e ensinamentos que proporcionou.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Portimão pela colaboração, amabilidade e disponibilidade demonstrada.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carnide pela colaboração, amabilidade e disponibilidade demonstrada.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Afife pela colaboração, pelos ensinamentos, amabilidade e disponibilidade demonstrada.

Aos Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Canaviais pela colaboração, amabilidade e disponibilidade demonstrada.

À Direção do Banco do Tempo de Évora pela disponibilidade e colaboração na recolha de dados.

Muito obrigado!

“O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos.”

Thomas Kuhn

Abreviaturas

ed.- edição

pp. -páginas

rev.- revista

vol. volume

Siglas

ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias

ATL- Atividades de Tempo Livre

BCE- Banco Central Europeu

BEPA- Bureau of European Policy Advisers

COMPETE- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

CRP- Constituição de República Portuguesa

EDP – Energias de Portugal

EU- União Europeia

EUA- Estados Unidos da América

FEAD- Fund for European Aid to the Most Deprived

FFF- Fundo de Financiamento das Freguesias

FMI- Fundo Monetário Internacional

IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

INE- Instituto Nacional de Estatística

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OPPA- Orçamento Participativo, Partilhado e Apadrinhado

ONG- Organização Não Governamental

REFER- Rede Ferroviária Nacional

SROI- Retorno Social sobre o Investimento

UMPP- Unidade de Monitorização de Políticas Públicas

UPTE- Universidade Popular Túlio Espanca

RESUMO

Este trabalho aborda a inovação social ao nível das iniciativas desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia. A inovação social procura encontrar soluções para as necessidades/problemas sociais que, não sendo asseguradas pelo Estado (Governo Central), nem pelo mercado, podem ser implementadas via políticas públicas de proximidade de uma autarquia (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia). Com a presente investigação pretende-se, por um lado, conhecer os principais problemas que são colocados às Juntas de Freguesia na sua relação de proximidade com a população, e por outro, descrever e analisar alguns projetos desenvolvidos e os seus impactos na população alvo. Os resultados do estudo mostram que a sensibilidade social dos autarcas é uma condição determinante para o desenvolvimento de projetos sociais. A análise custo-benefício simples permite concluir que os projetos sociais desenvolvidos recolhem da população uma apreciação bastante favorável, atendendo quer à importância que lhe atribuem, quer à predisposição para participação.

Palavras-chave: Inovação, Inovação Social, Empreendedorismo Social, Políticas Públicas de Proximidade, Freguesias.

Social Innovation in the Local Public Policies

ABSTRACT

This study is concerned with social innovation at the level of the initiatives developed by four town councils [translation of “Juntas de Freguesia”], and it aims to present a global vision on the initiatives of social nature developed by these town councils. The choice of this theme of social innovation is justified by: i) the interest in the new attributions and competences of the Town Councils and their increasing intervention in the social area and ii) to the need to know the process of intervention in the local community. The results of the study point out the social sensitivity of the local authorities as a determining condition for the development of social projects with effective impacts to the real needs and expectations of the population. Through the simple cost-benefit analysis we observe that the developed social projects collect from the population a very favorable appreciation considering both the importance they attribute to it and the predisposition that they demonstrate to share the costs.

Keywords: Innovation, Social Innovation, Social Entrepreneurship, Local Public Policies, Town Councils.

Índice

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1. A Inovação	14
2.1.1. Abordagem ao conceito.....	14
2.1.2. Tipos de inovação	16
2.2.1. A inovação social nas políticas públicas	21
2.3. O Empreendedorismo Social	24
2.3.1. O Empreendedorismo Social em Portugal	27
2.4. Avaliação das Políticas Sociais.....	30
2.5. As Freguesias – História e Desafios	33
2.5.1. Breve Abordagem às Novas Competências das Juntas de Freguesia.....	36
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	40
3.1. Opção Metodológica	40
3.2. Instrumentos de Recolha de Dados	41
3.3. A Entrevista.....	41
3.4. Entrevista semiestruturada	42
3.5. O Questionário	42
3.6. População e Amostra.....	43
3.7. Técnicas de Análise de Dados.....	43
3.8. Análise SWOT	44
3.9. A Análise Custo-benefício – Breve Consideração Metodológica.....	45
4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	47
5. APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS–CASO	48
5.1 Estudo de Caso da Freguesia de Portimão: A Cantina Social.....	49
5.1.1. Análise SWOT	54
5.1.2. Análise Custo-Benefício	56

5.1.3. Discussão dos Resultados	64
5. 2. Estudo de Caso da Freguesia de Carnide: Projeto OPPA	67
5.2.1. Análise SWOT	72
5.2.2. Análise Custo-Benefício	73
5.2.3. Discussão dos resultados.....	82
5.3. Estudo de Caso da Freguesia de Afife: Projeto de ATL na Escola Básica	84
5.3.1 Análise SWOT	89
5.3.2. Análise Custo-Benefício	90
5.3.3. Discussão dos resultados.....	98
5.4. Estudo de Caso da Freguesia de Canaviais- Mercado de Produtores Locais.....	100
5.4.1. Análise SWOT	106
5.4.2 Análise Custo-Benefício	106
5.4.3. Discussão dos resultados.....	115
6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	117
7. CONCLUSÕES	117
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	126
ANEXO I - Guião de entrevista aos informantes-chave	126
ANEXO II - Questionário	130
ANEXO III - Caracterização sociodemográfica da freguesia de Portimão.....	134
ANEXO IV - Transcrição dos depoimentos – Freguesia de Portimão.....	136
ANEXO V- Caraterização sociodemográfica da Freguesia de Carnide.....	139
ANEXO VI - Transcrição dos depoimentos - Freguesia de Carnide	141
ANEXO VII- Caracterização sociodemográfica da Freguesia de Afife	144
ANEXO VIII- Transcrição dos depoimentos- Freguesia de Afife.....	146
ANEXO IX- Caracterização sociodemográfica da Freguesia de Canaviais	149
ANEXO X- Transcrição dos depoimentos- Freguesia de Canaviais	151

Índice de Tabelas

Tabela 1- Cantina Social de Portimão: análise SWOT	54
Tabela 2- Projeto OPPA- Freguesia de Carnide: análise SWOT	72
Tabela 3- ATL da Escola Básica de Afife- análise SWOT	89
Tabela 4- Mercadinho de Canaviais: análise SWOT	106

Índice de Gráficos

Gráfico 1-Grupo etário- Freguesia de Portimão.....	56
Gráfico 2- Género- Freguesia de Portimão	56
Gráfico 3- Estado civil- Freguesia de Portimão	57
Gráfico 4- Habilitações literárias- Freguesia de Portimão	57
Gráfico 5- Situação profissional -Freguesia de Portimão	57
Gráfico 6- Rendimento mensal auferido	58
Gráfico 7- Principais atividades desenvolvidas- Freguesia de Portimão	58
Gráfico 8- Ordenação das atividades (residentes).....	59
Gráfico 9- Ordenação das atividades (comunidade)	59
Gráfico 10- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia	60
Gráfico 11- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)	61
Gráfico 12- Ordenação das atividades (comunidade)	61
Gráfico 13- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida	62
Gráfico 14- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem	63
Gráfico 15- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique	63
Gráfico 16- Grupo etário- Freguesia de Carnide.....	74
Gráfico 17- Género- Freguesia de Carnide	74
Gráfico 18- Estado civil- Freguesia de Carnide	74
Gráfico 19- Habilitações literárias- Freguesia de Carnide	75
Gráfico 20- Situação profissional- Freguesia de Carnide	75
Gráfico 21- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Carnide.....	76
Gráfico 22- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia de Carnide...	76
Gráfico 23- Ordenação das atividades (residentes).....	77
Gráfico 24- Ordenação das atividades (comunidade)	78
Gráfico 25- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia	78
Gráfico 26- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)	79
Gráfico 27- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade).....	79

Gráfico 28- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida	80
Gráfico 29- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem	81
Gráfico 30- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique	81
Gráfico 31- Grupo etário- Freguesia de Afife	90
Gráfico 32- Género- Freguesia de Afife	90
Gráfico 33- Estado civil- Freguesia de Afife	91
Gráfico 34- Habilitações literárias- Freguesia de Afife	91
Gráfico 35- Situação profissional - Freguesia de Afife.....	91
Gráfico 36- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Afife	92
Gráfico 37- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia	93
Gráfico 38- Ordenação das atividades (residentes).....	93
Gráfico 39- Ordenação das atividades (comunidade)	94
Gráfico 40- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia	94
Gráfico 41- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)	95
Gráfico 42- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade).....	96
Gráfico 43- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida	96
Gráfico 44- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem	97
Gráfico 45- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique	98
Gráfico 46- Grupo etário- Freguesia de Canaviais.....	107
Gráfico 47- Género- Freguesia de Canaviais	107
Gráfico 48- Estado civil - Freguesia de Canaviais.....	108
Gráfico 49- Habilitações literárias- Freguesia de Canaviais.....	108
Gráfico 50- Situação profissional- Freguesia de Canaviais	109
Gráfico 51- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Canaviais.....	109
Gráfico 52- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia	110
Gráfico 53- Ordenação das atividades (residentes).....	110
Gráfico 54- Ordenação das atividades (comunidade)	111
Gráfico 55- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia	112
Gráfico 56- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)	112
Gráfico 57- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade).....	113
Gráfico 58- Predisposição a pagar pelas atividades não desenvolvidas.....	113
Gráfico 59- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem	114
Gráfico 60- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique	115

1. INTRODUÇÃO

Face à crise internacional que a partir de 2007, que particularmente em Portugal se repercutiu no mercado de trabalho, as desigualdades e os riscos de exclusão social exigem, da parte do Estado e de outros atores da sociedade, novas formas de intervenção social e local (Rebelo, 2014). Por outro lado, se o modelo de Estado Social construído ao longo das últimas décadas representa uma grande conquista civilizacional, permitindo que a generalidade da população portuguesa atingisse níveis de bem-estar muito satisfatórios, ainda assim, não foi possível erradicar completamente a exclusão social, existindo uma taxa de pobreza relativa em Portugal que ronda os 20% da população (Nunes, 2013).

As pessoas portadoras de deficiência, os idosos dependentes, as famílias monoparentais, as pessoas sem-abrigo, os trabalhadores de baixo salário, os reclusos e ex-reclusos, são grupos particularmente vulneráveis onde à pobreza se associa geralmente o fenómeno da exclusão social. Enfrentar estes problemas é uma prioridade estrutural que os decisores políticos nacionais não podem ignorar, promovendo mais descentralização de serviços de forma a alcançar um equilíbrio entre eficiência e proximidade.

As Juntas de Freguesia são unidades administrativas de poder local com competências próprias, mas também com competências delegadas pelas Câmaras Municipais. De forma específica, e no que diz respeito à Ação Social, compete às Juntas de Freguesia a promoção e execução de projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto, podendo ainda participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social (nº 1 do artigo 16º da Lei n 75/2013).

Face à problemática social local, as Juntas de Freguesia, situando-se numa relação de proximidade com a comunidade, têm vindo a desenvolver diversos projetos sociais dando prioridade à satisfação das necessidades humanas básicas como o combate à fome, exclusão social e a habitação entre outros. A dignidade humana, considerada como fundamento da ética numa sociedade plural, deve estar no foco das políticas públicas e sendo elas de natureza central, regional ou local devem nortear-se pelos valores estruturantes da nossa sociedade designadamente a liberdade de autodeterminação da pessoa, a solidariedade interpessoal, e a igualdade de oportunidades no acesso aos bens sociais.

Analisar as boas práticas aliadas às iniciativas sociais desenvolvidas nas freguesias, permitem-nos encontrar pistas que contribuam para o desenvolvimento de competências empreendedoras e criativas dos agentes locais para o desenho de novos programas sociais que respondam de forma eficiente às necessidades e expectativas da comunidade.

Se por um lado, a escassez de recursos humanos e financeiros é vulgarmente aceite como associada à gestão das Junta de Freguesia, por outro lado a escassez de literatura especializada que reflita sobre os seus problemas, não contribui decisivamente para o seu desempenho organizacional, tornando-se assim pertinente a investigação em torno da gestão dos seus projetos de natureza social, na forma como são concebidos e desenvolvidos e dos benefícios que produzem para a comunidade. Assim, é neste contexto que pretendemos elaborar o presente trabalho, o qual tem como objetivo geral descrever e analisar as iniciativas desenvolvidas por quatro Juntas de Freguesia, como estratégia de resposta social à resolução dos problemas e à criação de valor económico, as quais, no contexto da inovação social, consideramos relevantes. As iniciativas sociais que pretendemos analisar nesta abordagem, foram selecionadas atendendo à sua natureza social da qual obtivemos conhecimento em sede das boas relações institucionais que enquanto autarcas estabelecemos com as Juntas de Freguesia, quer a nível local, regional e nacional. Assim, optámos por selecionar quatro projetos sociais que se inserem na resposta social à pobreza e à fome, à habitação social, à educação e inclusivamente à promoção da economia local. De acordo com Santos e Seabra (2015), a inovação social caracteriza-se pela sua grande diversidade de impactos, podendo assumir tanto a forma de resultados tangíveis como intangíveis. O Carácter distintivo dos processos de inovação social reside no facto de estarem direcionados para o outro, para a comunidade ou para a sociedade em geral. (Santos e Seabra, 2015:18).

Dada a sua relevância e diversidade social os projetos que seleccionámos para análise neste trabalho são as seguintes:

- A Cantina Social da Freguesia de Portimão;
- O projeto OPPA – (Orçamento Participativo, Partilhado, Apadrinhado) da Freguesia de Carnide;
- O projeto de Atividades de Tempo Livre da Escola Básica da Freguesia de Afife;
- O Mercado de Produtores Locais da Freguesia de Canaviais.

Relativamente aos objetivos específicos, consideramos importante identificar e descrever os problemas sociais enfrentados pelas Juntas de Freguesia, assim como as

estratégias de inovação social aplicadas aos projetos sociais. Pretendemos ainda identificar os benefícios sociais e económicos gerados pelos projetos. Assim, podemos entender cada um destes projetos de carácter social como uma possibilidade de implementação de políticas públicas.

Com o desenvolvimento destes projetos, as Juntas de Freguesia procuram certamente responder a algumas das necessidades dos seus cidadãos, e, dada a escassez de recursos próprios, os projetos são desenvolvidos geralmente com recurso a novas ideias e à criatividade.

A criatividade constitui um processo individual, onde conta fundamentalmente a motivação do sujeito para se dedicar totalmente a uma obra, bem como os conhecimentos que adquire relativos a essa obra; quanto à inovação, trata-se do ato de pôr uma ideia em uso e diz respeito, sobretudo, a atividades desenvolvidas em equipa (Sousa e Monteiro, 2015).

A inovação social incorpora uma nova solução para uma situação que se revela através de novas ações, gerando processos de mudança e de transformação. Trata-se de formas de ação aperfeiçoadas, assentes em novas abordagens ou iniciativas, orientadas para resolver desafios existentes e, geralmente, desencadeados a partir da própria realidade ou das problemáticas especificamente locais (Santos e Seabra, 2015).

Também a inovação social, segundo Lisetchi e Brancu (2014), surge sempre que a inovação ocorre ao nível da prática social, sendo que, em muitos casos, a sua estrutura intangível distingue este tipo de inovação das inovações tecnológicas (Howaldt e Schwarz, 2010). Para Mulgan (2006), a inovação social refere-se a atividades e serviços inovadores criados com o objetivo de satisfazer uma necessidade social, os quais são predominantemente difundidos através de organizações (existentes ou recém-criadas), cujos objetivos primários têm também um carácter social.

No percurso metodológico para realização deste estudo, optámos numa primeira fase na definição de objetivos e pela revisão da literatura relacionada com o tema, procurando os aspetos mais significativos e emergentes na literatura teoricamente relacionados com a prossecução dos objetivos. Numa segunda fase e tendo em conta que o nosso objetivo fundamental se relaciona com o conhecimento aprofundado dos projetos sociais, optámos pela entrevista semiestruturada aos presidentes das respetivas Juntas de Freguesia por considerarmos ser o meio de eleição para este tipo de abordagem. Posteriormente, e recorrendo a uma amostragem do grupo das técnicas não probabilísticas, também designada por conveniência procedemos à aplicação de um

questionário junto dos residentes em cada freguesia. Este questionário, foi concebido com o objetivo único de proceder à análise custo-benefício das atividades realizadas pelas Junta de Freguesia por a considerámos um instrumento válido e adequado para a avaliação dos projetos sociais.

Numa quarta fase e para melhor compreensão da dimensão territorial e populacional das freguesias procedemos a uma breve caracterização socio demográfica, seguindo-se a apresentação dos estudos de caso salientando de forma sistemática e consistente os aspetos emergentes da análise das entrevistas que serviram aos objetivos propostos. Esta abordagem, foi complementada com a análise SWOT e a análise custo-benefício. Por último e ainda nesta fase procedemos à discussão dos resultados obtidos incorporando e relacionando os contributos teóricos que dão consistência conceptual à temática em estudo.

Numa quinta fase, procedemos às principais conclusões salientando a função da inovação social nas políticas públicas de proximidade na resposta aos problemas da população.

Relativamente à estrutura do trabalho, e após a presente introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma: numa primeira parte, procuramos explorar os aspetos essenciais para o conhecimento e compreensão da inovação social; na segunda parte abordam-se as bases metodológicas adotadas; na terceira parte apresentamos os resultados e, por último, procuramos sintetizar os aspetos mais relevantes da temática em estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A Inovação

2.1.1. Abordagem ao conceito

Conceptualmente, a inovação corresponde em termos económicos à primeira aplicação comercial de um novo produto ou processo (Carvalho, 2004). Segundo o autor, a inovação, no sentido de alteração do que está estabelecido pela introdução de novos elementos ou formas, ocorre virtualmente em todo o lado e em qualquer situação. Assim, podemos falar de inovação no ensino, no futebol, na política, na pintura, na poesia, etc. (Carvalho, 2004:89). Segundo Godinho (2013) a inovação consiste na produção de novos produtos com processos já existentes, na produção de produtos existentes como novos processos ou na produção de novos produtos com novos processos.

A inovação é a busca por aumentar a eficiência e eficácia de um produto, serviço ou processo e é determinada essencialmente pelo uso económico que se dá à inovação. Louçã e Caldas (2010) chamam a atenção para a obra de Schumpeter¹ (1911), *Teoria do Desenvolvimento Económico*, onde o autor abordou não só o conceito de empreendedorismo, mas também o da inovação, sendo a evolução industrial dependente, em grande parte, das alterações ao nível tecnológico. Tal evolução industrial ocorre devido a inovações no produto/ processo e/ou organizacionais tratando-se a “inovação” como um conceito relacionado com algo novo, recente e diferente do que já existe.

Segundo Negas e Loubão (2014), referindo-se ao conceito de inovação proposto por Schumpeter (1942), a inovação é uma “destruição criativa que significa destruir uma combinação antiga e realizar uma nova”. Partilhando deste conceito, Carvalho (2004) adianta que o moderno conceito de inovação se pode ficar a dever a Schumpeter por este também ter feito a distinção entre invenção e inovação.

¹ Joseph A. Schumpeter (1883-1950) defendeu que a existência da atividade individual do empreendedor rompia o fluxo circular que era representado na ideia dominante das relações económicas segundo a teoria do equilíbrio geral proposta por Léon Walras. Schumpeter utilizou o sistema de equilíbrio proposto por Walras não o refutando, mas completando-o, defendendo que, o empresário inovador não seria, necessariamente, o proprietário dos meios de produção, nem dos recursos necessários para a realização dos investimentos. Na sua obra de 1911, *Teoria do desenvolvimento Económico*, argumentou que a inovação, como força dinâmica determinante da evolução do capitalismo, era desenvolvida por empresários, que se desviavam da norma social e procuravam novas combinações.

Segundo o Manual de Oslo² (2005), a definição da OCDE de inovação compreende “a implementação de um produto novo ou significativamente melhorado (bem ou serviço), ou processo, um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. Segundo o modelo proposto por Schumpeter, que ainda se encontra atual, consideram-se cinco tipos de inovação:

- Nova organização;
- Novo produto;
- Novo processo;
- Novo mercado;
- Nova fonte de matérias-primas.

Para este autor, os processos de inovação não são estritamente tecnológicos, têm sempre uma dimensão social (Louçã e Caldas, 2010: 296). De acordo com Drucker (1985),³ uma inovação é a função específica do empreendedorismo, independentemente de acontecer num negócio já existente ou num serviço público e abarca mesmo a atitude individual para inovar ao nível pessoal. Trata-se de um meio através do qual o empreendedor cria valor. Para o mesmo autor, a definição de inovação reúne alguns pontos importantes:

- Inicia-se com a análise de oportunidades;
- É tanto conceptual, como perçetual;
- Requer simplicidade e especificidade para ser eficaz;
- Começa num “ponto pequeno”, com um objetivo específico.

De acordo com Godinho (2013) uma inovação ocorre quando a invenção chega ao mercado e só adquire importância económica através da sua ampla difusão na população relevante de potenciais utilizadores.

² O Manual de Oslo, é um documento orientado para a temática da inovação que à semelhança do Manual de Frascati, desde a sua criação em 1990, foi já objeto de algumas reedições, vigorando atualmente a 3ª edição, de 2005. Este documento foi desenvolvido conjuntamente pelo Eurostat e a OCDE, e integra um conjunto de manuais dedicados à interpretação de dados relacionados com a Ciência, Tecnologia e Inovação- CT&I. O objetivo é o de orientar e padronizar conceitos, metodologias e construção de estatísticas e indicadores de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D, onde se assume que a inovação evolui, desempenhando uma ação nuclear para o crescimento de bens e serviços.

³ Para Peter Drucker (1985), tanto o êxito inesperado como o fracasso inesperado constituem oportunidades para a inovação bem-sucedida e, ao contrário dos êxitos, os fracassos não podem ser rejeitados porque indicam na maioria das vezes uma mudança subjacente e com ela uma boa oportunidade.

Pode ser uma nova ideia, uma nova prática ou também um novo material a ser utilizado num determinado processo, embora sejam vários os tipos de inovações que se podem implementar. O mesmo autor referindo-se a Schumpeter, defende que a introdução de inovações na economia se deve à iniciativa empreendedora e que pode haver empreendedorismo tanto dentro de uma nova empresa como numa empresa já existente.

2.1.2. Tipos de inovação

O empreendedorismo deixa de ser um fenómeno confinado à esfera empresarial privada, podendo ser observado em qualquer tipo de organização, no setor público ou académico ou nas organizações não governamentais (Godinho, 2013: 94).

De acordo com o Manual de Oslo (2005:16), existem quatro tipos de inovações: inovações do produto, do processo, organizacionais e de *marketing*.

As inovações de produto consistem na introdução no mercado de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado que não necessita de ser novidade para o seu mercado, mas deverá sê-lo para a empresa. Não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela empresa, pois pode ter sido desenvolvida por terceiros. As inovações de produto envolvem mudanças significativas nas potencialidades dos produtos e serviços, (incluem-se bens e serviços totalmente novos e aperfeiçoamentos importantes para produtos existentes).

As inovações de processo consistem na implementação de um processo de produção ou de um método de distribuição novo ou significativamente melhorado por uma empresa, ou de uma atividade de apoio aos seus bens ou serviços também nova ou significativamente melhorada.

Tal como a inovação de produto, a inovação de processo não necessita de ser novidade para o seu mercado, mas deverá sê-lo para a empresa. Igualmente, não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela própria empresa ou por outras empresas e representa também mudanças significativas nos métodos de produção e de distribuição.

A inovação organizacional, de acordo com o Manual de Oslo (2005), consiste na implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócio da empresa incluindo a gestão do conhecimento, na organização do trabalho ou nas relações externas, que não foi utilizado anteriormente pela empresa.

A inovação organizacional diz assim respeito a todos os processos de organização e/ou gestão da empresa ou organização (ou de parte destas), que são reconhecidos como novos num determinado contexto e são suscetíveis de reformar ou melhorar os processos empresariais, bem como de trazer valor acrescentado para a empresa e para os trabalhadores – o que significa que uma inovação não tem de ser necessariamente a conceção de algo novo, pode tratar-se de uma melhoria incremental em algo pré-concebido.

A inovação organizacional tende a basear-se na orientação da gestão para a inovação e na constituição de equipas de projeto com vista à resolução de problemas sem descurar a análise de valor e de retorno do investimento. Para ser eficaz, a inovação organizacional tem de garantir a partilha do poder e a criação de um clima de confiança mútua entre a gestão e os colaboradores, assegurando as condições necessárias, por exemplo em termos de orçamento, procedimentos e controlo (Sousa e Monteiro, 2015).

As inovações de *marketing* envolvem a implementação de novos métodos de *marketing*, que não foram usados anteriormente pela empresa e inclui mudanças no *design* do produto e na embalagem, na promoção do produto e respetiva colocação, bem como em métodos de estabelecimento de preços de bens e de serviços.

Depreende-se então que uma inovação pode ocorrer a vários níveis, em simultâneo ou isoladamente, consoante a estratégia adotada pela organização. Segundo Godinho (2013), os estudos tradicionais da inovação focavam-se exclusivamente nas inovações de produto e de processo, com referência aos aspetos tecnológicos dessas inovações, mas com a segunda edição do Manual de Oslo passou-se a contemplar também de forma mais sistemática as inovações de carácter organizacional e de *marketing* (Godinho 2013:116).

As últimas décadas estão profundamente marcadas por mudanças radicais e aceleradas nos modos de produzir, e nas relações sociais que as acompanham. Consequentemente a inovação constitui-se num foco de atenção tanto para as Ciências Sociais como para as políticas públicas de desenvolvimento socioeconómico.

2.2. A Inovação Social

O local e o global são hoje dois polos inseparáveis da moderna dialética do desenvolvimento. A inovação não é bem-sucedida, de um modo geral, senão a partir de elementos de continuidade com a experiência adquirida pelo meio; o desenvolvimento é um processo que articula o passado e o presente, o local e o global (Santos, 2011).

A inovação social é definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos (Santos e Seabra, 2015:62). As inovações sociais não são apenas os bens para a sociedade, são também a capacitação da sociedade para agir em torno dos seus problemas ou expectativas.

A designação inovação social não é nova e vem sendo utilizada em diferentes contextos. Segundo Santos e Seabra (2015), pode afirmar-se que a expressão similar, invenções sociais, foi cunhada por Max Weber no século XIX e reproduzida por Joseph Schumpeter, em 1930. A distinção entre inovação tecnológica e social nem sempre foi clara. Numa primeira fase, entre os anos 60 e 80 do século XX, a inovação social esteve muito confinada aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho). Mais tarde, a partir dos anos 80, mas ainda na mesma linha, a inovação social surge também ligada ao campo das políticas sociais e do ordenamento do território. Até à década de 1990, o termo não era muito utilizado no âmbito das ciências. Segundo os mesmos autores, o termo inovação social, tal como o conhecemos hoje, surgiu a partir dos trabalhos de Taylor (1970) e Gabor (1970). Para o primeiro, a inovação social passou a representar uma maneira social de se desenvolver algo, como por exemplo, uma escola inovadora, uma maneira de lidar com a pobreza, um novo procedimento para (res)socializar as pessoas, enquanto para Gabor, a inovação social é considerada como uma ferramenta para a resolução dos problemas do território (Santos e Seabra, 2015). Estes primeiros conceitos de inovação social associam-na a processos institucionais, ligados sobretudo ao reforço da competitividade das empresas e dos territórios. Enquanto a inovação tecnológica se foca no objeto, as primeiras concepções da inovação social incidem sobre o contexto (emprego, qualificação, segurança social, território, etc.), sendo assim uma focagem diferente, assente em intenções, ditas, convergentes.

Segundo André e Abreu (2006), as perspetivas mais recentes afastam definitivamente a inovação social da tecnológica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um carácter coletivo e uma intenção que não só gera, mas também visa,

transformações das relações sociais. Nesta ótica, a inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma “missão” ousada e arriscada.

A inovação social pode manifestar-se nas políticas que se dirigem à inclusão de pessoas ou coletivos de base territorial. Casos ilustrativos são os que surgem nas políticas e programas europeus de coesão social e territorial, por exemplo no âmbito do PIC EQUAL⁴ que assume explicitamente a inovação social como um objetivo.

O desafio da inovação social é a necessidade de vencer adversidades e riscos, embora a possibilidade de aproveitar oportunidades e de responder a desafios pareça ser também o grande incentivo.

A crise do Estado-Providência, ou o reforço das orientações neoliberais que privilegiam o investimento público ligado ao aumento da competitividade em detrimento da esfera social, bem como a exclusão social potencial e efetiva que lhe está associada, engendra novas necessidades e problemas de natureza coletiva que acabam por motivar inovações sociais (Comeau, 2004).

De acordo com André e Abreu (2006), referindo-se a (Moulaert, 2000) o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só serão possíveis se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor sublinha a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos e de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e coletiva no sentido de encontrar soluções para os problemas. As condições que permitem e favorecem a inovação social incluem, por um lado, os recursos necessários ao processo, e, por outro, as dinâmicas associadas à consolidação e difusão da inovação. No campo dos recursos a

⁴A comunicação da Comissão Europeia aos Estados Membros publicada a 5 de maio de 2000, definiu diretrizes relativas a uma Iniciativa Comunitária, designada por EQUAL, sucessora das iniciativas do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos. Esta iniciativa teve por objetivo a promoção de abordagens e metodologias inovadoras com vista a combater as desigualdades e as discriminações no mercado de trabalho, assentando num trabalho em rede e na cooperação nacional e transnacional. Foram definidos um conjunto de requisitos obrigatórios para todos os projetos a desenvolver, nomeadamente: Parcerias de desenvolvimento; Inovação e Experimentação; "Empowerment"; Cooperação transnacional e "Mainstreaming". Exigia-se igualmente o compromisso entre competitividade económica, das organizações e dos territórios, a coesão social dos grupos-alvo e das pessoas e ainda a garantia de que os projetos respondam a necessidades diagnosticadas das organizações, dos públicos e dos territórios envolvidos.

inovação social aproxima-se bastante da inovação tecnológica. O conhecimento ou os saberes em geral, são essenciais. A realidade empírica da inovação social mostra a presença quase constante de agentes altamente qualificados que, pelo menos numa primeira fase, fazem avançar o processo.

Fora da esfera mercantil a inovação social situa-se principalmente no âmbito do terceiro sector. Contudo, e segundo André e Abreu (2006), a inovação social pode estar presente nas políticas públicas e também não devemos excluir a possibilidade de inovação social produzida por entidades privadas. São disso exemplo as iniciativas desenvolvidas no “espírito” da responsabilidade social das empresas que incluem, muitas vezes, o conceito de inovação social. A ideia mais recorrente é que a inovação social emerge fora das instituições, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização. Ou seja, é um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil.

A inovação é uma componente do empreendedorismo social cujas potencialidades são múltiplas, no desenvolvimento social e local, no reforço da coesão social, na luta contra o desemprego e na exclusão social. Neste sentido, Santos e Seabra (2015), salientam que a inovação voltada exclusivamente para atender à competitividade do mercado está a perder importância face a uma proposta socialmente reconhecida que gera mudança social, a inovação social.

A inovação social surge então como um novo mecanismo que aumenta o bem-estar dos indivíduos e tem implicações importantes na dinâmica que rege a mudança institucional (Santos e Seabra, 2015:63). Os mesmos autores, baseando-se em (Bittencourt, 2014) acrescentam que as inovações sociais possuem um carácter coletivista, relacionando as necessidades e transformações sociais, as quais implicam a cooperação entre os atores envolvidos. A definição de inovação social revela práticas de cooperação, reciprocidade e solidariedade, em que o ator social se move num sistema de rede de sociabilidade com a finalidade de assistir a uma situação de incómodo ou a um ideal comum.

Por inovação social, entende-se qualquer abordagem, prática ou intervenção, ou ainda qualquer novo produto concebido para melhorar uma situação ou solucionar um problema social que seja desenvolvido ao nível das instituições, das organizações e das comunidades (Comeau, 2004:31). Segundo o mesmo autor, uma inovação social pode ser: um novo elemento nas relações inter-organizacionais ou numa estrutura

organizacional; novos procedimentos orientadores das interações e atividades humanas na sua relação com o meio ambiente natural e social; uma nova política em ação ou um novo papel ou um novo conjunto de papéis.

Segundo Silva e Almeida (2015), referindo-se a (Murray et al. 2010) a inovação social é entendida como o conjunto de novas ideias (que podem ser produtos ou serviços ou modelos de ação) que satisfazem as necessidades humanas e geram novas relações sociais pelo que não apenas beneficiam a sociedade, como potenciam a sua capacidade para agir. Segundo os mesmos autores, esta perspetiva da inovação social foi aprofundada por Moulaert et al. (2005), considerando que o objetivo das iniciativas socialmente inovadoras é, por um lado, promover a inclusão em diversos campos da área social, e por outro, dar voz a grupos sociais que são frequentemente privados de participação e protagonismo nas estruturas e sistemas político-administrativos. Segundo esta perspetiva, a inovação social pode apresentar-se aos diferentes níveis da sociedade em três dimensões: uma primeira que se debruça sobre os seus produtos; uma segunda, que recai sobre os processos, e uma terceira, que foca a questão do empoderamento dos indivíduos e grupos nas múltiplas tarefas da vida social. Esta definição tridimensional da inovação social destaca o papel do coletivo na inovação social e, centrando-se quer ao nível dos produtos, quer ao nível dos seus processos, caracteriza-se por apresentar três tipos de resultados, isolados ou em combinação, atingidos através de algum tipo de ação coletiva e não tanto pela ação individual. Assim, a inovação social, procura contribuir: para a satisfação de necessidades humanas que de outro modo não seriam satisfeitas; para aumentar o acesso a direitos através de medidas redistributivas e da inclusão política e para potenciar as capacidades humanas através do empoderamento de grupos sociais específicos, aumentando o capital social (Silva e Almeida, 2015:39). O processo de empoderamento dos atores da sociedade civil é um dos principais efeitos processuais da inovação social sobre os seus atores, uma vez que implica o reforço de capacidades e competências do coletivo para agir e ser autónomo na satisfação das suas necessidades e exigências.

2.2.1. A inovação social nas políticas públicas

A capacidade inovadora de uma organização não depende simplesmente de fatores económicos, depende também da estrutura social, cultural e política na otimização e na aplicação produtiva dos seus recursos disponíveis tanto tangíveis como intangíveis

(Piteira, 2014). Hoje, a um representante político, exige-se não só uma visão e um projeto para a comunidade, mas também que esteja próximo das pessoas, que as escute, convença e motive.

Para o mesmo autor, e referindo-se a (Castells, 2005), o conhecimento e inovação são fontes de riqueza, de poder e de qualidade de vida porque com conhecimento, realiza-se investimento e ganha-se dinheiro e sem conhecimento, mesmo tendo dinheiro, acaba-se por perdê-lo (Piteira, 2014:37).

As políticas públicas dizem respeito às ações do governo e das autarquias desenhadas e implementadas para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Significam, como tal, o conjunto de intervenções do Estado na realidade social e, tal como os agentes sociais, estão sujeitas a discussão e à pressão da evolução das necessidades e expectativas, bem como da disponibilidade de novos conhecimentos e novas tecnologias que podem ser usadas ao serviço dos objetivos delineados (Neves, 2003). Segundo Lopes e Amaral (2008), as políticas públicas são o resultado da competição entre grupos ou segmentos da sociedade que procuram defender ou garantir os seus interesses como sejam, infraestruturas rodoviárias, de abastecimento público, bens ou serviços de saúde, de educação, de segurança pública, etc.

Na perspetiva de Neves (2003), a ação do Estado tem vindo a ser sujeita a pressões que passaram do direito de acesso aos serviços públicos, à maior eficiência na sua produção de modo a rentabilizar o investimento público. Assim, e neste contexto, um dos maiores desafios que se colocam às políticas públicas é a sua capacidade de dar resposta às situações concretas, quer individuais, quer coletivas, cada vez mais complexas exigindo abordagens inovadoras na forma de conceção, de implementação e de monitorização e avaliação das políticas públicas. Segundo Neto, Serrano e Santos (2015), as políticas públicas de base local assentam num modelo de governação territorial onde o poder de decisão se encontra descentralizado nos atores locais e o plano de ação é delineado com base nas potencialidades e necessidades de uma identidade geográfica definida e esta descentralização pode reforçar a eficácia e a eficiência do setor público, comparativamente às políticas públicas definidas ao nível nacional.

A Estratégia de Lisboa⁵ passou a considerar a inovação social como um campo central na aplicação de políticas de incentivo à inovação empresarial e nas políticas

⁵ A Estratégia de Lisboa, foi definida no Conselho da Primavera de 2000 e estabeleceu a necessidade de mudança do paradigma da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento pela via da inovação e da qualificação com a salvaguarda da coesão social e da sustentabilidade ambiental.

sociais inovadoras, em domínios como o risco de pobreza e exclusão social. A inovação social pode assim manifestar-se nas políticas que se dirijam à qualidade de vida e inclusão de pessoas ou coletivos de base territorial, e situar-se em domínios muito variados, da sociedade, do domínio mais social ao domínio económico, do conhecimento ou mesmo da segurança. Uma das preocupações da avaliação da Estratégia de Lisboa é o seu impacto na coesão social e na qualidade de vida.

Na definição das políticas públicas, é indispensável que promovam e fomentem um crescimento sustentado, centrado na criação de emprego e na qualidade do trabalho e do ambiente e que promovam a coesão social, económica e territorial.

Segundo Ramos e Patrício (2014), o conceito de coesão económica e social, está associado, na coesão económica, a uma relativa homogeneidade da riqueza criada nas diferentes atividades, enquanto a coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos resultados do progresso económico (Ramos e Patrício, 2014:320). Por outro lado, a coesão territorial pretende transformar as especificidades e diferenças de cada território em vantagens competitivas pelo que é necessário investir e inovar na competitividade das regiões, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações.

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido por Relatório Brundtland, considera que o uso de recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992, contribuiu para a divulgação internacional das preocupações de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, no tecido empresarial e na gestão empresarial (Ramos e Patrício, 2014). Baseando-se em (Sachs, 2004), os mesmos autores, salientam que o conceito de sustentabilidade se estende aos aspetos sociais, ambientais, económicos, espaciais e territoriais e as políticas públicas devem dar ênfase ao mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações visando o desenvolvimento endógeno de forma a assegurar a sustentabilidade social e o crescimento económico. Algumas políticas apontadas são o incentivo à conservação de energia, o recurso à reciclagem de materiais, a consolidação da agricultura de base familiar, o estímulo do desenvolvimento rural e da pluriatividade.

Frequentemente os processos de inovação social resultam no contexto de redes de cooperação que integram organizações de natureza diversa, como organizações privadas, públicas, do terceiro setor ou elementos da sociedade civil. A inovação social resulta de

um processo de aprendizagem coletiva, de partilha e cocriação, possuindo uma relação estreita com a integração do conhecimento diferenciado dos vários atores que intervêm no processo (Santos e Seabra, 2015).

Ao nível dos processos a inovação social é o resultado de uma estrutura eficiente de mobilização de pessoas e recursos voltada para um objetivo comum, e ocorre frequentemente em organizações que possuem estruturas pouco hierarquizadas, assentes em sistemas participativos de decisão e com forte interação ao nível da organização do trabalho.

O aumento da participação dos atores nas decisões económicas, sociais e políticas das organizações em que estão envolvidos, reforça a sua capacidade de intervenção na comunidade. Quando os agentes se tornam ativos, adquirem autonomia para intervir, possibilitando deste modo a criação de condições para procurar novas oportunidades socialmente relevantes.

Para Mulgan *et al.* (2007), a inovação pode ser construída através da aliança entre fatores inovadores (agentes de desenvolvimento, empreendedores e atores inovadores) e parceiros ativos monitorizadores (universidades, organizações e Estado). No entanto, e como salienta os mesmos autores, as inovações sociais são frequentemente implementadas muito cedo, dado que os atores envolvidos estão geralmente muito motivados e são demasiado impacientes para esperar pelos governos ou outras entidades para agir (Mulgan *et al.*, 2007:23).

2.3. O Empreendedorismo Social

O tema do empreendedorismo está na ordem do dia e tem tomado grande importância por todo o mundo nas últimas décadas de tal forma que a União Europeia lhe dedicou em 2003 um livro verde, “Espírito Empresarial da Europa”, na sequência da aprovação em 2000 da Estratégia de Lisboa.

O empreendedorismo social é um tema recente nas ciências sociais e advém de uma associação entre o empreendedorismo tradicional, desenvolvido no seio da economia e da gestão empresarial, e o recente tema das empresas sociais, emergente no quadro das problemáticas do setor social ou da economia social. São designadas de empresas sociais as organizações que surgiram nos últimos 30 anos em resposta aos graves problemas de exclusão social e desemprego do final dos anos 70, que progressivamente se têm vindo a organizar segundo lógicas empresariais e desenvolvem a sua atividade no mercado de

compra e venda de bens e serviços, embora prossigam finalidades sociais de interesse geral e não o interesse privado lucrativo.

Este interesse crescente pelo empreendedorismo, em Portugal, apenas ganhou relevância após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Curiosamente a obra de Peter Druker editada em 1985 com o título “Inovation and Entrepreneursip” foi lançada em Portugal com o tímido título de “Inovação e Gestão” ficando um pouco esquecido o verdadeiro significado e valor do empreendedorismo ligado à inovação.

Definir empreendedorismo não é simples, porque se trata de um conceito multifacetado em função do enfoque que se lhe pretenda dar, mas existem aspetos a ele relacionados em que todos os autores estão de acordo: um empreendedor tem no seu carácter características peculiares de perceção da realidade que o rodeia, comportamentos, e acima de tudo, de atitude.

O conceito de empreendedorismo social surge como uma nova forma de olhar para o empreendedorismo e caracteriza-se pelo reconhecimento de um problema social que irá despoletar o espírito empreendedor daqueles que pretendem ser agentes de mudança através de soluções sustentáveis e que visam criar valor social.

Frequentemente confunde-se empreendedorismo social com voluntariado. Importa desde já clarificar o conceito para que aquela confusão não exista. Poder-se-á dizer que o empreendedorismo social configura numa realidade híbrida, ou seja, não terá necessariamente como objetivo maximizar o lucro, mas também não significa necessariamente que abdique deste.

Se para alguns autores, a incapacidade ou a falência dos Estados-Providência, com particular incidência a partir da década de 1980 tem contribuído para a (re) emergência dum conjunto de iniciativas de atores e entidades da sociedade civil em geral que procuram encontrar respostas alternativas a velhos e a novos problemas sociais como o desemprego, a habitação, a saúde, a ecologia, etc., outros autores contrapõem com a ideia de que a falência do Estado não passa de um mito e que tudo se deve à perceção desfasada por parte dos governos acerca da despesa do estado social. A este propósito, Silva e Pereira (2015) referem que Portugal apresenta uma despesa com proteção social inferior à de um conjunto de países mais ricos (em proporção da riqueza criada) e que são os países mais ricos que em termos relativos destinam uma maior proporção da riqueza às despesas com proteção social. Portugal não é só um dos países mais pobres da Europa, como destina uma fatia mais pequena da riqueza produzida à proteção social (Silva e Pereira, 2015:25)

Desta forma, os empreendedores sociais desempenham um papel extremamente importante na substituição do papel do Estado. O empreendedorismo social, concretiza-se nas iniciativas de articulação entre os princípios das organizações não lucrativas e os métodos de negócio dos campos da gestão e da Economia, com vista à sustentabilidade económica daquelas organizações (Quintão, 2011).

Para entendermos o conceito de empreendedorismo social, torna-se necessário abordar as diferentes escolas de pensamento e as distintas conceções sobre a temática.

Parente et al. (2013), referem-se às quatro escolas de pensamento do empreendedorismo social e que são as seguintes:

A Escola da Inovação Social – A ênfase é dada à criação de valor social a partir de formas inovadoras que permitam encontrar respostas em contexto de escassez de recursos, e a capacitação das comunidades, da criação do impacto social das mudanças, bem como a escala e a sustentabilidade das iniciativas. Destaca ainda o papel do empreendedor social e as suas qualidades pessoais intrínsecas que assumem uma importância central.

A Escola Empresarial ou da Geração de Recursos – Considera o recurso a mecanismos e ferramentas de planeamento e gestão estratégica de carácter empresarial e de orientação para o mercado e defende o desenvolvimento de atividades comerciais enquanto garantia de sustentabilidade, eficácia e prossecução de objetivos sociais no setor não lucrativo tal como a Escola de Inovação Social.

A Escola da Economia Social Europeia – o enfoque desta abordagem reside na vertente jurídica e normativa que se deve repercutir na estrutura interna das organizações com o objetivo de servir a comunidade e os interesses sociais em detrimento dos interesses do capital. Defende a gestão independente face ao setor público e privado; e a democraticidade dos processos de decisão assim com a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital.

A Escola da Economia Solidária – Esta Escola, em linha com a Escola da Economia Social Europeia, enfatiza a participação e a democraticidade interna das iniciativas, mas distingue-se por defender uma proposta alternativa ao modelo económico vigente assente nos princípios da solidariedade, da autogestão, da reciprocidade e da redistribuição económica.

O empreendedorismo social surge assim na Europa como um instrumento de intervenção em domínios como a exclusão social, a luta contra a pobreza, a inserção socioprofissional e o desenvolvimento local e sustentável, propondo soluções alternativas

para as necessidades sociais diversas que não são realizadas por parte do estado nem pelo mercado orientado para o lucro privado.

Os projetos de empreendedorismo social são uma via promissora de resposta dos cidadãos às lacunas do mercado não compensadas pela ação do Estado. Estes empreendimentos sociais podem constituir oportunidades de negócio, criando formas alternativas de produção económica e de participação social e democrática dos cidadãos, envolvendo soluções para o autoemprego de profissionais dos setores social e da educação. Para Bernardino e Santos (2014), a orientação socialmente empreendedora que vise a resolução persistente e sustentável de um problema social, deve comportar uma atenção para com as forças de mercado e tudo o que rodeia a iniciativa bem como uma forte preocupação em termos de eficácia, eficiência e autossuficiência económica, pois a inclusão de uma vertente económica é fundamental no suporte para a construção social duradoura, que potencie a continuidade do exercício da missão social da organização (Bernardino e Santos, 2014:2).

2.3.1. O Empreendedorismo Social em Portugal

Apesar de ser um país pequeno, Portugal caracteriza-se ainda por disparidades regionais significativas, as quais se tornam evidentes através da análise de vários indicadores como sejam o nível de rendimento ou a taxa de desemprego (Guerreiro e Caleiro, 2005). Em Portugal, a crise económica e financeira generalizada, o desemprego e a desigualdade social, revelam que o Estado tem sido incapaz, e é cada vez mais incapaz de acudir a todas as necessidades sociais mais exigentes, em particular ao nível das demências, dos lares de infância e juventude especializados, ao nível dos toxicodependentes e dos deficientes profundos (Silva e Pereira, 2015).

Em Portugal, e quando pensamos na rede de respostas às famílias, designadamente de creches e lares, bem como nas políticas de assistência social e de combate à pobreza, a ausência de respostas públicas que garantam níveis de cobertura satisfatórios é compensada por uma forte presença do terceiro setor que assegura as responsabilidades que o Estado não assume. Este terceiro setor é composto por instituições privadas de solidariedade social (IPSS, doravante), misericórdias, cooperativas, associações de desenvolvimento local e outras entidades que, sendo de natureza privada, operam de fora de uma lógica de mercado, não têm fins lucrativos e movem-se por propósitos

marcadamente sociais. Em Portugal, com a criação do Serviço Nacional de Saúde⁶, assistiu-se a um crescimento significativo das IPSS, um aumento moderado das misericórdias e um menor aumento das mutualidades. Nos casos em que a proteção social é assegurada por estas entidades e financiada pelo Estado, o espaço da sociedade civil diminuiu, e pese embora a natureza privada destas entidades, a verdade é que são totalmente dependentes de recursos públicos para financiar os serviços que prestam à comunidade, levantando-se, no entanto, questões importantes quer na eficácia do combate à pobreza, quer na eficiência na gestão de recursos públicos (Silva e Pereira, 2015).

Assim, o desenvolvimento de iniciativas e respostas sociais nas regiões menos desenvolvidas parece estar totalmente dependente da atenção e do financiamento do Estado. “Se bem que o Estado Social português se tenha desenvolvido muito, com as políticas públicas a chamar a si muitas responsabilidades, a verdade é que o papel atribuído ao terceiro setor continuou a expandir-se, sendo então as ações das entidades que o compõem uma realidade ainda mais presente nos dias de hoje” (Silva e Pereira, 2015:126). Neste sentido, é relevante ter em conta o que é constitucionalmente consagrado, o setor cooperativo e social constitui um dos pilares fundamentais da organização económico-social do Estado e um dos setores de propriedade dos meios de produção, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 80º e no nº4 do artigo 82º da Constituição da República Portuguesa (Rebelo, 2014). Assim, e dentro deste enquadramento constitucional, uma das singularidades do Estado Social português tem sido a delegação no terceiro setor de um conjunto importante de responsabilidades. A parceria entre Estado e IPSS foi-se consolidando, iniciando-se a partir de meados da década de 1980. O número de IPSS cresceu exponencialmente e acima de tudo, desenvolveu-se uma vasta rede de equipamentos sociais, em parte alavancada pelo papel dos recursos disponibilizados pelo financiamento comunitário, assente em lares e creches, mas, também, centros de dia e cantinas sociais (Silva e Pereira, 2015). As IPSS respondem, quer a situações de emergência social, quer na prestação de serviços às

⁶ Em 1978 o segundo governo constitucional universalizou o acesso à saúde e todos os portugueses passaram a poder ser assistidos de forma universal e gratuita nos postos dos então Serviços Médicos da Previdência e nos hospitais públicos ou nos antigos hospitais das misericórdias. Até então os portugueses que não estivessem cobertos pela Previdência, pela ADSE, ou por um dos diversos subsistemas de saúde só podiam ser assistidos depois de se submeterem a um inquérito assistencial que os classificava como pensionistas, porcionistas ou gratuitos, estes últimos os indigentes de acordo com a sua situação económica e social. Em setembro de 1979 foi aprovada a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, (Lei n.º 56/79, de 15 de setembro) mais conhecida por Lei António Arnaut, pela qual foi instituída uma rede de órgãos e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, através da qual o Estado salvaguarda o direito à proteção da saúde (Campos, 2008).

famílias, nomeadamente na primeira infância e na terceira idade. Segundo os mesmos autores é a forte presença e desenvolvimento das IPSS através da sua resposta solidária nos tempos de crise que evitam que as situações sociais das famílias sejam mais frágeis (Silva e Pereira, 2015:127).

Em Portugal, as iniciativas de empreendedorismo social são conhecidas como iniciativas privadas promovidas pela sociedade civil, que operam com o intuito da prossecução de um objetivo social, desenvolvendo-se numa esfera distinta do setor público ou privado (Bernardino e Santos, 2014).

Em Portugal, o empreendedorismo social conta com algumas organizações que o promovem através do apoio ao desenvolvimento de projetos que contribuam para a sustentabilidade ao nível social, económico, cultural e ambiental, em prol do desenvolvimento local e integrado.

O MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, é uma iniciativa do Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social e Instituto Padre António Vieira, que por sua vez conta com o apoio do COMPETE, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP e IAPMEI. Este instrumento de pesquisa envolve o mapeamento das iniciativas sociais inovadoras permitindo conhecer o objeto social dos projetos inovadores, sustentáveis, replicáveis e de grande impacto social, económico e ambiental.

A SEA – Agência de Empreendedores Sociais é uma cooperativa multissetorial, criada em 2007 por um grupo de empreendedores sociais e que igualmente tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de projetos de empreendedorismo social que promovem a integração pela vertente económica quer a nível individual, quer a nível das comunidades locais. Esta integração passa pela criação de atividades geradoras de rendimento, pela capacitação individual e desenvolvimento de competências empreendedoras para o mercado de trabalho, com base na metodologia da Marca Pessoal, ou pela geração de novos negócios sociais que contribuam para a criação de novo emprego e contribuam para a sustentabilidade ao nível social, económico, cultural e ambiental, em prol do desenvolvimento local e integrado.

Outra organização nacional relacionada com o fomento e o apoio ao empreendedorismo social é a Bolsa de Valores Sociais⁷, abordada no trabalho de Bernardino e Santos (2014) e que, segundo os autores, tem por objetivo a angariação de recursos para o financiamento de projetos socialmente inovadores. Neste estudo de caso os autores abordaram o perfil do empreendedor social em Portugal e observaram que as iniciativas mais frequentemente desenvolvidas pelas organizações inscritas na Bolsa de Valores Sociais se relacionam com o combate à pobreza e exclusão social, o apoio às pessoas com deficiência física e o apoio aos idosos e/ou pessoas com carência económica. Bernardino e Santos (2014), ao abordarem o perfil do empreendedor social em Portugal, sustentam que os empreendedores sociais apresentam um elevado nível de formação em diversas áreas científicas e uma personalidade marcada por elevado nível de extroversão, de abertura à experiência e “conscienciosidade” social. Ainda de acordo com Ferreira (2005), o empreendedor social assume um papel simultaneamente político e operacional, articulando a formulação da missão dos objetivos com o comando quotidiano das atividades da organização.

2.4. Avaliação das Políticas Sociais

Segundo Rodrigues (2010), ao longo da história, a enunciação e a explicitação sobre o domínio dos direitos reais dos cidadãos, têm assumido uma acentuada prioridade, mas o mesmo não tem acontecido no caso dos direitos sociais. Estes direitos que se enquadram na necessidade de distribuição de rendimentos e na consequente proteção aos mais vulneráveis, aos pobres e aos trabalhadores, devem ser equacionados a partir da ideia de justiça social e, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade. Para o autor, o reconhecimento dos direitos sociais está ligado à existência de uma participação ativa na vida social, pois é através do acionamento destes direitos que se pode promover a efetiva inserção social.

Por um lado, nem todos os indivíduos conseguem usufruir de igual modo dos direitos, isto é, existe discriminação, e por outro, nem todos os indivíduos têm a mesma capacidade para realizar os seus direitos. Existem alguns grupos sociais que não têm capacidade de

⁷ A Bolsa de Valores Sociais (BVS) é uma iniciativa criada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP e Euronext Lisbon e assenta numa plataforma online que replica o ambiente de uma bolsa de valores real, promovendo o encontro entre organizações da sociedade civil que necessitam de fundos para impulsionar os seus projetos e investidores que estejam dispostos a doá-los.

mobilização social, não conseguindo expressar as suas necessidades e reivindicar os seus direitos sociais (Rodrigues, 2010:3)

A inovação social é uma abordagem efetiva na solução de questões sociais desafiantes, ao dar respostas às necessidades de grupos vulneráveis da sociedade e melhorar a qualidade de vida. Mas, ao distanciar-se dos modelos tradicionais dos mercados, ainda não é bem compreendida a sua natureza específica nem a sua influência sobre a forma de criação de valor para os negócios. O impacto real das inovações sociais é difícil de avaliar em termos quantitativos, sendo difícil avaliar com objetividade os seus impactos económicos e sociais.

O próprio conceito de inovação social está longe de ter uma definição clara e a questão da recolha de dados e da medição da inovação social é ainda mais problemática, uma vez que, como observámos, as empresas sociais não são necessariamente inovadoras (embora forneçam um valor social) e algumas empresas também podem ser inovadoras sociais não visando o lucro. Neste contexto e de acordo com Silva e Almeida (2015) a inovação social, apesar de poder gerar receitas e poder contemplar uma restrita apropriação lucrativa, não tem como finalidade principal a obtenção de lucro, mas sim a geração de impactos positivos na resolução de um dado problema social os quais são difíceis de quantificar. Porém a avaliação, como elemento básico do planeamento das iniciativas e projetos sociais torna-se pertinente, dado que contribui para melhorar o processo de tomada de decisão e superar as soluções erráticas e não fundamentadas.

A avaliação das iniciativas e projetos sociais tem vindo a ganhar relevância no domínio das políticas públicas por ser fundamental para, por um lado, avaliar de forma clara e precisa o valor de uma determinada ação ou realização, e por outro, para que seja possível aferir critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Na área social, a preocupação com a avaliação tende a aumentar, o que pode ser constatado pelo número crescente de publicações relacionadas com o tema (Nogueira, 2002:142). Avaliar, significa associar valor à capacidade de satisfazer alguma necessidade humana e compreende o julgamento sobre as ações, comportamentos, atitudes ou realizações humanas na prossecução dos anseios ou expectativas, as quais devem dispor de referências precisas. Tradicionalmente, a avaliação é entendida como um instrumento suscetível de encontrar um valor, apreciar o mérito ou estimular a apreciação de alguém ou de algo. Como tal, segundo Prestes (2012), a avaliação é uma reflexão sistemática que se baseia em procedimentos científicos de recolha e análise de informação sobre o conteúdo, a estrutura, o processo e os resultados e/ou impactos das ações avaliadas.

Segundo Serapioni (2016), a avaliação de políticas sociais, iniciada nos EUA no início do século XX na área da educação, foi amplamente desenvolvida nos anos 60 na área da saúde e da assistência social⁸. Os fortes investimentos na luta contra a pobreza, desemprego e delinquência, levaram o governo dos EUA a investir igualmente no financiamento de estudos avaliativos para averiguar da efetividade do investimento e simultaneamente para introduzir uma distribuição mais efetiva dos recursos (Serapioni, 2016). No seu processo metodológico a avaliação recorre a métodos tanto quantitativos como qualitativos para analisar os programas sociais e utilizar os mesmos métodos e técnicas frequentemente adotadas pela investigação social. Enfrenta igualmente questões de “rigoriedade” e “debilidade”, no entanto a avaliação das políticas sociais, é mais problemática que a investigação social, dado que não visa apenas a compreensão da ação social, visando também formular uma apreciação ou juízo. (Serapioni, 2016:65). O mesmo autor baseando-se em (Bezzi, 2003), defende que a avaliação é um conjunto de atividades que permite expressar um juízo fundamentado sobre políticas e programas e que constitui a base sobre a qual é necessário construir um processo de avaliação sistemático, profissional e não improvisado ou informal.

Em Portugal, têm-se assistido a uma crescente preocupação com a avaliação das políticas públicas. A título de exemplo, podemos referir a UMPP recentemente criada na Universidade de Évora, cujos objetivos são os seguintes: contribuir para a produção de conhecimento e de informação relevante para a gestão estratégica e articulada entre os diferentes Programas Operacionais Temáticos; contribuir para assegurar novas condições de informação para a gestão estratégica articulada entre os diferentes Programas Operacionais Temáticos e o Programa Operacional Regional da região Alentejo; contribuir para a melhoria da recolha e do tratamento de informação sobre a qualidade da implementação e do desempenho das políticas sectoriais e territoriais aplicadas, ou em aplicação, na região Alentejo. Visa também contribuir para o melhor desempenho, na região, das políticas públicas e estratégias de relevância de âmbito nacionais.

Relativamente à utilidade dos resultados, a avaliação não deve ser considerada como atividade isolada do processo de tomada de decisão, sendo que o mais importante propósito não é provar, mas melhorar. Igualmente de acordo com este princípio, e

⁸ Entre 1965 e 1975, os programas como o War and Poverty, foram desenhados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população norte-americana e simultaneamente controlar o dinheiro público aplicado. A avaliação das políticas sociais teve nesta época forte desenvolvimento com o florescimento de literatura de avaliação como o Evaluations Review, a Evaluation News e a Education and Policy Analysis entre outros (Prestes, 2012).

apontando para a responsabilização dos decisores políticos por decisões e ações, Ramos e Schabbach (2012) referem que além de “aprimorar o processo de tomada de decisão, vislumbrar a alocação apropriada de recursos”, a avaliação permite aos decisores políticos a formulação de políticas mais consistentes, com melhores resultados e melhor utilização de recursos (Ramos e Schabbach, 2012:1273). Segundo Nogueira (2002), a avaliação integra três características processuais: é contínua e permanente, indo da conceção inicial aos resultados do projeto; envolve os atores na apreciação dos resultados e proporciona a todos os participantes o exercício da ação reflexiva.

No seu relatório de 2010, o Bureau of European Policy Advisers da Comissão Europeia refere-se à falta de dados sobre o setor da inovação social e aponta várias causas, que se devem sobretudo ao facto do impacto real das inovações sociais ser difícil de avaliar devido à natureza específica dos fenómenos aos quais a inovação social dá resposta e nem sempre existe correlação entre o número de beneficiários ou o capital investido e a melhoria dos serviços. O relatório aponta ainda a necessidade de se encontrarem melhores formas de medir o valor social gerado por um projeto e que novas formas de conceber, medir e avaliar a eficácia dos empreendimentos sociais bem como o impacto financeiro têm vindo a ser utilizadas, tais como o Retorno Social sobre o Investimento (SROI) e a Análise de Decisão Multicritérios e Análise Custo-Benefício (BEPA, 2011:111).

2.5. As Freguesias – História e Desafios

A Constituição da República Portuguesa (CRP, doravante) organiza o Estado em termos da administração, em quatro níveis distintos: direta, indireta, autónoma e independente. As autarquias locais estão integradas, enquanto entidades coletivas de população e território, na classe de administração autónoma (art.º 235 e 242 da CRP).

As autarquias locais, juntamente com as regiões administrativas e as associações públicas constituem a administração autónoma. Contrariamente à administração direta do Estado, não prosseguem, através das suas competências, atribuições delegadas pela administração direta, mas sim, a satisfação das necessidades sentidas pela população que as compõem e que residem na sua circunscrição administrativa. São detentores de grande grau de autonomia face à administração central, uma vez que esta só consegue avaliar e fiscalizar a legalidade dos seus atos, não interferindo sobre o mérito e oportunidade dos mesmos. As autarquias são assim definidas como entidades coletivas de população e

território, constituídas para a prossecução da satisfação dos interesses e necessidades das populações que as elegem.

No caso das freguesias, a constituição reconhece-as atualmente no seu artigo 236, como autarquias locais na sua plenitude o que no seu percurso histórico nem sempre aconteceu. A sua origem é de natureza exclusivamente eclesiástica remontando o aparecimento das primitivas freguesias ainda no período romano coincidindo com a cristianização da Península, no final do século III e início do século IV. Com a ocupação árabe, as estruturas episcopal e paroquial foram objeto de rápida desorganização. Mas com a reconquista cristã, a colonização do interior das terras reconquistadas levou à expansão da cristandade para os meios rurais, criando pequenos núcleos populacionais. Estes núcleos levaram à desconcentração do culto religioso para fora das cidades dando origem às paróquias que eram essencialmente comunidades de fiéis adstritos a uma determinada igreja e ainda não propriamente uma circunscrição geográfica explicitada (Pauleta, 1997). A comunidade dos fregueses ou paroquianos que se organizou à volta da paróquia é uma comunidade forte na qual o pároco, além de exercer uma paternidade espiritual, torna-se também no principal apoio dos paroquianos ou fregueses, construindo o seu património coletivo e as regras comunitárias.

Segundo Pauleta, (1997), na evolução das freguesias, podemos considerar a existência de três períodos distintos:

1. O primeiro que decorre da ocupação romana até 1830, durante o qual a freguesia é uma unidade fundamentalmente eclesiástica. A sua origem deve-se à expansão rural, durante a qual foi necessário criar núcleos de cristãos fora das cidades, dando origem às paróquias. Em virtude do papel e apoio que a igreja exercia, muitas vezes o único apoio junto dos paroquianos, estes eram chamados de fregueses e à congregação de fregueses chamou-se de freguesia. É assim que a freguesia rural se transforma numa comunidade com identidade própria. Estas comunidades eram autoadministradas por vizinhos, dispendo de magistratura popular, inicialmente eletiva e mais tarde confirmada pelo rei que exercia a sua autoridade através do juiz eleito ou de vintena. Nesta comunidade o pároco assumia um protagonismo importante.

2. Com o liberalismo, inicia-se um segundo período, o período liberal, com a criação em 1830 das juntas de paróquia com atribuições na área do culto religioso, mas incorporadas no sistema de administração pública com a designação de ‘paróquias civis’ por oposição às ‘paróquias eclesiásticas’.

Competia às freguesias conservar e reparar a igreja paroquial, receber e administrar os rendimentos e esmolas da igreja, mas também cuidar da conservação de fontes, poços, pontes, caminhos, baldios, cuidar da saúde pública e vigiar as escolas do ensino primário. Neste segundo período (1830 e 1878) persistiu uma grande indecisão quanto ao modelo institucional da freguesia. O Decreto nº 23 de 16 de maio de 1832 excluiu-as da divisão do território e da organização administrativa considerando-as mero agregado social e religioso. Três anos depois, a Lei de 25 de Abril de 1835 atribuiu-lhes funções administrativas. É assim que o Código Administrativo de 1835 designa os 17 ‘administradores dos concelhos e comissários das paróquias’, e com isto foi secularizada a vida das paróquias eclesásticas, atribuindo às juntas de paróquia várias tarefas entre as quais os bens e rendimentos que sejam pertencentes à Paróquia e à Fábrica da Igreja, e substituiu as estruturas administrativas tradicionais pelo sistema administrativo moderno.

3. Num terceiro período, só em 1878 é que a freguesia ou paróquia faz parte definitivamente da organização administrativa portuguesa, inicialmente com a designação de paróquia civil e posteriormente com a designação de freguesia, iniciando assim o seu percurso de consolidação como entidade administrativa, ainda que mantendo a sua ligação à igreja, a qual só se viria a afastar-se na Primeira República. O novo regime republicano reconheceu aos corpos administrativos a independência face ao poder central, adotou princípios descentralizadores e autonómicos, remetendo a capacidade de anular ou modificar as suas deliberações para os tribunais, alargou as suas competências e permitiu o recurso às contribuições diretas e a empréstimos que passaram a fazer parte do seu financiamento.

É neste período que a paróquia civil adquire a denominação de freguesia e o seu corpo administrativo a designação de junta de freguesia. Com a instauração do Estado Novo em 1926 as freguesias perderam a sua independência e autonomia. As Juntas de Freguesia continuavam a ser eleitas embora apenas por um colégio eleitoral constituído por chefes de família e podiam ser destituídas pelos presidentes de Câmara ou pelos governadores civis. Com a instauração do regime democrático em abril de 1974 as freguesias voltaram à plenitude das suas funções na organização administrativa do Estado português, readquirem autonomia e

beneficiam da descentralização da administração pública. Em 2011 o XIX Governo Constitucional elaborou o Documento Verde da Reforma da Administração Local com vista à implementação do processo de reorganização administrativa do território das 4259 freguesias, através da criação de novas freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais. Esta reorganização levou à redução do número de freguesias de 4259 para 3091, que foi operada no quadro da reorganização administrativa do território das freguesias, promovida pelas Leis n.ºs 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro. Esta reforma surgiu numa época de crise económica e financeira nacional associada à crise das dívidas soberanas e no âmbito da discussão do Memorando de Entendimento com a “Troika”⁹.

O processo de reorganização assentou em dois pressupostos. O pressuposto organizacional refere-se à necessidade de as freguesias ganharem dimensão para exercerem de melhor forma as suas competências, para dignificarem o serviço que prestam às populações e exercerem outras competências delegadas pelos municípios. O pressuposto financeiro refere-se à necessidade de aglutinação de forma a maximizar as receitas, racionalizar os gastos, aproveitar economias de escala e repartir mecanismos de financiamento em resultado do alargamento das competências próprias.

Nesta perspetiva o impacto da reforma administrativa nas responsabilidades financeiras das freguesias pode permanecer inalterado, dado que nas situações onde se verificam aumentos de despesa, estas encontram-se compensadas por via da concentração das transferências do Orçamento de Estado em menor número de entidades locais. As novas estruturas locais que resultaram desta reorganização pela agregação de freguesias podem assim reunir melhores condições inerentes ao facto de gerirem um território mais vasto e diversificado, podendo enfrentar novos desafios.

2.5.1. Breve Abordagem às Novas Competências das Juntas de Freguesia

A aglutinação administrativa das freguesias veio permitir que as atuais populações conservem a sua unidade cultural, mas concentrem as funções administrativas e políticas

⁹ Designação atribuída à equipa composta por representantes da União Europeia (UE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

numa única entidade, promovendo economias de escala e reduzindo os custos unitários de produção no processo de implementação dos seus projetos.

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, vem atribuir novas competências materiais às Juntas de Freguesia, nomeadamente ao nível do licenciamento, delegação de competências e relações institucionais, conservação e manutenção de infraestruturas públicas, proteção civil, toponímia e associativismo.

Neste novo quadro de competências, as Juntas de Freguesia passam a poder licenciar a venda ambulante de lotarias, os arrumadores de automóveis e as atividades ruidosas de caráter temporário como sejam as festas populares, romarias, feiras arraiais e bailes.

Relativamente à Delegação de Competências e Relações Institucionais (nº1 do art.º 16), as freguesias passam a:

- Discutir e preparar com a Câmara Municipal contratos de delegação de competências e acordos de execução nos termos previstos da presente lei;
- Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade;
- Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local;
- Participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social.

Apesar da referida lei indicar as competências que a Câmara Municipal delega nas Juntas de Freguesia, é necessário um acordo de execução entre ambas as partes. As competências a delegar são as seguintes:

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos;
- Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público;
- Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

Ao nível da conservação e manutenção de infraestruturas, as Juntas de Freguesia viram as suas competências alargadas à construção dos equipamentos que se venham a integrar no seu património tais como: parques infantis públicos, abrigos de passageiros, sanitários públicos, fontanários e cemitérios.

Em relação à Proteção Civil esta lei vem formalizar algumas competências que já estão contempladas nos Planos Municipais de Proteção Civil, passando o Presidente da Junta de Freguesia a poder colaborar no domínio da proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência.

Ao nível da Toponímia, as Juntas de Freguesia passaram a ter competências para colocar e manter placas toponímicas e para a emissão de pareceres sobre a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações.

Relativamente ao associativismo as Juntas de Freguesia passaram a poder deliberar sobre a constituição e participação nas associações de autarquias locais de fins específicos.

As Finanças Públicas Locais

As freguesias estão dotadas de finanças próprias que com base na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, podem ser patrimoniais, tributárias, creditícias e de transferências. As receitas patrimoniais provêm do rendimento de propriedades, venda de bens, venda e prestação de serviços, venda de bens de investimento e ativos financeiros. As receitas tributárias provêm dos impostos, taxas e licenças, e as receitas creditícias são as que resultam da obtenção de empréstimos de curto prazo. Relativamente às receitas por transferência, as mesmas provêm do Estado através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). A participação das freguesias nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. o montante global do FFF é fixado anualmente no Orçamento do Estado, constando o montante a atribuir a cada freguesia.

Outras transferências, de outras entidades públicas resultam geralmente dos contratos de execução ou delegação de competências com as Câmaras Municipais.

O regime remuneratório dos eleitos locais

Ao nível da Junta de Freguesia, o mandato dos membros, segundo o estabelecido nos artigos 26º e 27º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, poderá ser exercido em regime de tempo inteiro ou em regime de meio tempo, consoante o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, o volume das receitas e a área da freguesia.

O exercício do mandato a tempo inteiro só é permitido nas freguesias com mais de 10.000 eleitores ou naquelas com mais de 7.000 eleitores, mas com mais de 100 km² de área. Conforme o estipulado no nº 3 do artigo 27º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, também existe a possibilidade do exercício do mandato a tempo inteiro nas freguesias a partir dos 1.500 eleitores desde que a respetiva remuneração não ultrapasse 12% do valor total geral da receita da freguesia, constante na conta de gerência do ano anterior nem do valor inscrito no orçamento em vigor. Os restantes elementos da junta, secretário e tesoureiro, exercem o seu mandato em função do regime aplicável ao presidente da junta. Se o presidente exercer o seu mandato em regime de permanência, tem direito a uma remuneração mensal com base na remuneração do Presidente da República. Caso contrário, se não exercer o mandato em regime de permanência, tem direito a uma compensação calculada com base na remuneração dos presidentes das Câmaras Municipais com menos de 10.000 eleitores.

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo propomo-nos explicitar os procedimentos metodológicos considerados adequados para alcançar os objetivos anteriormente delineados.

A principal finalidade deste trabalho é a de abordar de uma forma mais profunda alguns projetos sociais desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia, dentro do quadro de competências próprias na área social, para melhor compreender o seu impacto na vida dos cidadãos. Com o objetivo de complementar de forma mais consistente a abordagem teórica deste trabalho, tomámos a iniciativa de recorrer ao estudo de caso por considerarmos que o estudo de caso é o método que melhor permite “explorar, descrever ou explicar” uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico, e desse modo contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse (Yin, 1994). Para o mesmo autor, o estudo de caso é um inquérito empírico que estuda um fenómeno contemporâneo no seu contexto de vida real. De acordo com Bell (1997), o estudo de caso emprega vários métodos, tais como: entrevistas, observação participante e estudos de campo, sendo considerado como o indicado para investigadores isolados, uma vez que proporciona uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto em pouco tempo. A escolha do estudo de caso prendeu-se, assim, com o facto de esta abordagem nos permitir compreender a envolvimento e desenvolvimento dos projetos sociais em estudo, assim como a sua avaliação no que diz respeito à relação dos recursos alocados com os resultados obtidos.

3.1. Opção Metodológica

O modelo de investigação seguido foi misto, isto é, quanti-qualitativo. Como métodos de recolha de dados, foram utilizados a entrevista e o questionário. A escolha metodológica deve responder à análise da realidade que pretendemos conhecer e aos objetivos que nos propomos alcançar. Se por um lado a compreensão da realidade particular dos autarcas, das suas motivações sociais e estratégias pode ser alcançada através de metodologia qualitativa, por outro lado a metodologia quantitativa facilita o acesso e a hierarquização dos valores indispensáveis para a análise custo-benefício dos projetos sociais.

3.2. Instrumentos de Recolha de Dados

A investigação qualitativa, segundo Bogdam e Bilken (1994), compreende tanto a observação sistemática como a informal, a entrevista, o questionário e os dados documentais. De acordo com a estratégia adotada – estudo de caso – e com o paradigma que lhe está associado – a abordagem qualitativa, Bogdam e Bilken (1994) dizem-nos que a entrevista pode constituir a estratégia dominante para a recolha de dados e torna-se ainda importante porque a conversa informal pode funcionar como um meio de recolha de informação que de outra forma seria impossível aceder, face ao seu carácter espontâneo e pessoal. Tuckman (2000) também refere as fontes de obtenção de dados que se podem utilizar num estudo de caso e que são normalmente de três tipos: entrevistas, documentos vários e observação. No presente estudo, a recolha de dados foi realizada mediante dois instrumentos fundamentais: o inquérito por entrevista aplicado aos quatro autarcas presidentes das Juntas de Freguesia e o inquérito por questionário aplicado aos residentes de cada freguesia. Enquanto a entrevista pode ser aplicada a um número limitado de sujeitos como foram os autarcas, o questionário permite abranger um número mais vasto de sujeitos como foram os residentes.

3.3. A Entrevista

Quivy e Campenhoudt (1998) definem entrevista como um contacto direto entre os investigadores e os seus interlocutores, em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas.

Descombe (1998) afirma que a entrevista é normalmente aplicada a informantes privilegiados dos temas em estudo. As suas vantagens referem-se ao facto de poder ser repetida ao mesmo entrevistado, já as desvantagens são relativas ao facto da sua aplicação ser mais demorada.

Ao entrevistar os autarcas empreendedores e conhecedores da temática em análise, pretendeu-se adquirir um conhecimento mais alargado sobre os projetos sociais desenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

3.4. Entrevista semiestruturada

Optámos, neste estudo, por este tipo de entrevista semiestruturada, pois, segundo Bell (1997), permite alguma liberdade ao entrevistado, mantendo o controlo no investigador. Assim, representou uma situação de compromisso entre a escassa experiência do investigador e a necessidade de liberdade dos participantes, de modo a permitir uma atitude interpretativa dos fenómenos sociais. Ainda de acordo com Creswell (2002) a entrevista semiestruturada fornece informação filtrada pela visão dos entrevistados, permitindo igualmente a focalização no tópico em estudo e utilização das propostas dos entrevistados como base para outros estudos.

No presente trabalho, o entrevistador possuía uma lista de assuntos que abordou no decorrer da entrevista, e de questões às quais pretendeu obter resposta.

Neste tipo de entrevista, o investigador deve ser flexível no que respeita à ordem em que os tópicos são abordados. Graças à sua flexibilidade, o entrevistado expôs com algum grau de liberdade os seus pontos de vista, auxiliado pelo investigador que dispunha de uma série de perguntas-guia relativamente abertas. As questões não foram colocadas necessariamente sob a ordem e forma como foram formuladas no guião da entrevista, tendo sido apresentadas no sentido de atingir os objetivos propostos pelo investigador. A construção do guião das entrevistas aplicadas aos autarcas (Anexo I) teve por base a temática em estudo e os objetivos do estudo.

3.5. O Questionário

Como já referimos, no presente estudo optámos por uma metodologia mista que nos permitiu complementar a informação relevante indispensável à análise custo-benefício dos projetos sociais desenvolvidos. A construção de um questionário revelou-se um instrumento crucial para colher a opinião dos residentes sobre a identificação dos projetos sociais desenvolvidos pelas juntas de freguesia, assim como a importância que atribuem aos projetos, quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista da comunidade. De acordo com Fortin (1999), o questionário assegura as condições de medida, assegura fidelidade e facilita a comparação entre sujeitos. Assim, foi desenvolvido um questionário (Anexo II) constituído por duas partes: a primeira parte destinada à caracterização dos inquiridos e uma segunda parte destinada a avaliar a sua relação com a Junta de Freguesia, obtendo-se desta forma os elementos quantificáveis

dos valores indispensáveis à análise custo-benefício simples que mais adiante explicaremos. Elaborado o questionário, e com vista a avaliar a sua clareza e compreensibilidade, realizámos um pré-teste que foi aplicado por entrevista a uma pequena amostra, constituída por utentes da Cantina Social de Portimão. Através do pré-teste, observámos que os inquiridos identificaram com clareza as atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, estabeleceram, igualmente com clareza, a hierarquização sobre a importância social de cada projeto, atribuindo-lhes em seguida, de acordo com a metodologia da análise custo-benefício, a respetiva importância monetária com que estariam dispostos a suportar a continuação de uma determinada atividade ou a evitar que a mesma deixasse de existir.

3.6. População e Amostra

No presente trabalho de investigação, os residentes inquiridos foram selecionados de acordo com as necessidades do próprio estudo. O questionário foi aplicado durante o mês de março de 2017 aos residentes na freguesia que se dirigiram aos serviços administrativos das Juntas de Freguesia e aceitaram responder às questões colocadas. É então uma amostra não probabilística e acidental. A amostragem não probabilística é um procedimento de seleção segundo o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra (Fortin, 1999). Ainda segundo a autora, a amostra acidental é formada por sujeitos que são facilmente acessíveis e estão presentes num local determinado num preciso momento (Fortin, 1999:208).

3.7. Técnicas de Análise de Dados

À informação obtida através das entrevistas realizadas aos presidentes das Juntas de Freguesia aplicar-se-á uma metodologia de carácter qualitativo, dado que esta possibilita que se investigue em profundidade o tema em análise. No presente estudo, recorreremos à análise de conteúdo para a análise dos dados qualitativos obtidos, através da entrevista semi-estruturada. Para Bardin (2003), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Vala (2001) diz-nos que a finalidade da análise de conteúdo é a inferência sobre as mensagens efetuadas, após os procedimentos de inventariação e sistematização das suas características. Será então a problemática e o quadro teórico em questão que, segundo

Vala (2001), irão permitir definir e identificar o conteúdo da comunicação, ou os componentes do conteúdo que são significativos e relevantes, bem como referenciar o contexto pertinente, os seus elementos e respetiva interação com os dados, fazendo apelo a uma teoria do contexto e a uma teoria dos dados para efetuar interpretações e inferências, ou, até para testar hipóteses, possibilitando a sua validação. Quivy e Campenhoudt (1998) referem que esta análise possibilita o tratamento de informações e testemunhos de forma metódica, que apresentem um determinado grau de profundidade e de complexidade e quando incide sobre assuntos ricos e penetrantes, permite satisfazer de forma harmoniosa as exigências de rigor metodológico e de profundidade inventiva, os quais nem sempre são facilmente conciliáveis. Ainda segundo Bardin (2003), a análise de conteúdo constitui uma etapa do processo de elaboração dos dados, posterior à fase da sua produção em entrevista, visando transformá-los em informação teoricamente expressiva, ou elucidativa, face à problemática em análise. Na segunda parte do estudo, e relacionada com a análise custo-benefício, fazemos uso da análise estatística para analisar os dados quantitativos, obtidos pela aplicação do questionário aos residentes nas respetivas freguesias. Recorremos a estatísticas descritivas para descrever a amostra e os resultados obtidos para cada item.

3.8. Análise SWOT

Na construção dos projetos sociais ajustados à realidade das freguesias parece-nos adequado recorrer à análise SWOT¹⁰ que consiste na análise das forças (ou pontos fortes), fraquezas (ou pontos fracos), oportunidades e ameaças. Isto porque, e de acordo com Costa (2013), na implementação de projetos as organizações devem ter múltiplos objetivos, ou simplificando pode dizer-se que estas têm um único objetivo: gerar lucro ou valor social (Costa, 2013:90). Segundo a autora, a análise externa e interna dos projetos é uma etapa do planeamento estratégico que visa determinar possíveis oportunidades e ameaças assim como pontos fortes e fracos.

A análise SWOT corresponde à identificação, por parte do órgão executivo da Junta de Freguesia, dos principais aspetos que caracterizam a sua posição estratégica num

¹⁰ O termo SWOT resulta da conjugação das iniciais de quatro palavras anglo-saxónicas:
S- *Strengths* (forças ou pontos fortes)
W- *Weaknesses*- (fraquezas ou pontos fracos)
O- *Opportunities*- (oportunidades)
T- *Threats* (ameaças)

determinado momento, tanto a nível interno como a nível externo e os resultados das observações SWOT são particularmente úteis, na medida em que facilitam a definição das medidas mais adequadas para atingir os objetivos. As oportunidades e os pontos fortes são os atributos que ajudam a atingir os objetivos; as ameaças e os pontos fracos são os fatores que podem impedir a concretização dos objetivos, sendo por isso necessário ultrapassá-los.

3.9. A Análise Custo-benefício – Breve Consideração Metodológica

A análise custo-benefício pode ser entendida como uma metodologia de apoio à tomada de decisão, especialmente adequada quando em causa estão questões de natureza social, tantas vezes alvo de políticas públicas. De facto, sempre que qualquer medida de política pública envolva benefícios e custos de natureza social – como, aparentemente, deverá ser o caso daquele tipo de política – dever-se-á ou, no mínimo, poder-se-á utilizar a análise custo-benefício.

Em termos simples, existem duas grandes abordagens metodológicas à análise custo-benefício (Sudgen e Williams, 1983).

Uma das abordagens consiste na adaptação dos tradicionais métodos de análise de projetos (de investimento), de forma a que todos os benefícios e todos os custos (i.e., ditos, internos e externos) sejam valorizados monetariamente, usando-se como critérios de decisão o cálculo do Valor Atual Líquido (VAL) e/ou da Taxa (Interna) de Rendibilidade (TIR).

Uma outra abordagem, mais próxima da Economia do Bem-Estar usa conceitos como os de Excedente Social e Ótimo/Melhoria de Pareto. Nesta, são cruciais os métodos de revelação de preferências e a valorização atribuída por todos aqueles sobre os quais se fazem sentir os efeitos de uma determinada política ou projeto de natureza pública. Nesta matéria, são utilizados métodos, ditos, de predisposição a pagar [por tradução de *willingness to pay* (WTP)] e/ou predisposição a receber [por tradução de *willingness to accept* (WTA)].

Aqui, por razões que se prendem com a natureza das atividades associadas aos diversos projetos em análise, iremos considerar esta segunda abordagem. Assim, torna-se importante ter uma noção mínima da ordenação de preferências perante projetos de cariz social que envolvam diversas atividades, bem como da valorização das mesmas, por via daqueles métodos baseados na predisposição a pagar e/ou receber. Para tal, foram

aplicados inquéritos¹¹ aos beneficiários das diversas atividades, de forma a recolher a informação necessária à análise custo-benefício, assumidamente simples, que iremos considerar em cada um dos estudos-caso.

¹¹ Um exemplar completo do questionário pode ser encontrado em anexo.

4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Em qualquer trabalho de investigação no campo das ciências sociais e humanas, as preocupações de natureza ética devem ser consideradas cuidadosamente, uma vez que tem como objeto o comportamento de seres humanos “pode dificultar, prejudicar, perturbar, tornar-se enganoso, ou afetar, de qualquer outro modo, negativamente, a vida dos que nele participam” (Tuckman, 2000: 19).

No respeito por este princípio e nos primeiros contactos telefónicos com as Juntas de Freguesia, nos quais foi solicitada a colaboração no presente estudo, foram explicitados os objetivos do estudo devidamente enquadrados na temática social em estudo. Obtida por esta via a sua colaboração, posteriormente e por via eletrónica, foram enviadas as questões constantes no guião de entrevista, assim como o modelo de questionário a aplicar aos residentes nas freguesias, tendo sido igualmente explicado os objetivos quer da entrevista quer do questionário. Quer no contacto por via eletrónica, quer no momento que antecedeu a entrevista, foi comunicado aos autarcas que o presente estudo se restringe exclusivamente ao âmbito académico e que é assegurada a total confidencialidade dos dados obtidos fora desse âmbito. Todos os quatro autarcas inicialmente abordados demonstraram o seu interesse em colaborar, tendo as entrevistas realizadas decorrido em ambiente harmonioso, atingindo-se integralmente os objetivos propostos.

Relativamente aos residentes que, quando abordados, demonstraram disponibilidade para responder às questões, os mesmos foram inicialmente informados e esclarecidos sobre a identidade do entrevistador e dos objetivos do estudo, sendo assegurada a confidencialidade da sua identidade e da informação recolhida.

5. APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS–CASO

Ao longo do presente capítulo apresentamos os quatro estudos de caso dos projetos sociais desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia que nos propusemos realizar, respeitando de modo rigoroso, e tão pouco influenciado pela interpretação quanto possível, os dados obtidos mediante a aplicação dos dois tipos de instrumentos de recolha de dados: a entrevista e o questionário. Assim, e na apresentação de cada estudo de caso, incluímos uma breve caracterização sociodemográfica de cada freguesia, tendo por base alguns indicadores referentes à população e relativos aos Censos de 2011 publicados pelo INE. Para melhor enquadramento e gestão na descrição dos dados, optámos por uma descrição sumária, disponibilizando em anexo (Anexos III, VI, VII e IX) as respetivas tabelas elaboradas a partir dos indicadores consultados e disponíveis no INE.

Relativamente à entrevista, e no respeito pela informação recolhida, procuramos uma descrição elucidativa da temática em análise em cada caso de inovação social com vista a obter a informação teoricamente expressiva e relevante para melhor compreender: o objeto social dos projetos, as motivações dos autarcas, as estratégias adotadas, modelo de financiamento e os principais resultados. No final da apresentação do caso com base na entrevista, apresentamos a análise SWOT. Isto porque consideramos que na implementação de um projeto social, ajustado e adaptado à realidade de cada freguesia, se espera que responda de forma eficiente e sustentável às necessidades da população, tornando-se por isso pertinente a análise pela Junta de Freguesia das forças (ou pontos fortes), fraquezas (ou pontos fracos), oportunidades e ameaças do projeto. Relativamente ao questionário, o mesmo foi concebido e aplicado com vista à recolha dos elementos de carácter quantitativo indispensáveis à análise custo-benefício simples. Assim, e após uma caracterização sociodemográfica da amostra de inquiridos de cada freguesia, será apresentada a análise custo-benefício, propositadamente simples, de cada projeto social.

5.1 Estudo de Caso da Freguesia de Portimão: A Cantina Social

Breve caracterização da freguesia

Segundo os Censos de 2011, o número de habitantes residentes no Município de Portimão era de 55.614 pessoas, o que perfazia 12% da população do Algarve. O Concelho integra atualmente 3 freguesias que são: a Freguesia de Mexilhoeira Grande, a Freguesia de Alvor e a Freguesia de Portimão.

Na década de 2001 a 2011, a população da freguesia de Portimão cresceu cerca de 25%, passando de 36.243 em 2001 para 45.431 residentes em 2011, observando-se em 2011 uma densidade populacional de 600,2 habitantes por km², aproximadamente o dobro da densidade populacional do concelho com 304,6 habitantes por km². Relativamente à distribuição da população residente na freguesia e por grupo etário, comparativamente com o concelho, observamos uma menor percentagem (17,53%) no grupo etário dos mais idosos (65 e mais anos) e uma maior percentagem na população mais jovem (15,89%) no grupo etário 0-14 anos. Observa-se igualmente a média de idade inferior (40,69 anos) relativamente, quer ao concelho, quer à região e à média nacional. A estrutura etária da população da freguesia em 2011 reflete-se de forma positiva no índice de envelhecimento¹² – 110,4, sendo de 127,8 a nível nacional e 131,10 na região do Algarve.

No índice de dependência de idosos¹³ – 26,3 (28,8 a nível nacional e 29,60 na região). O índice de renovação da população¹⁴ em idade ativa é de 101,14 sendo de 94,34 a nível nacional e 94,57 no concelho.

¹² **Índice de envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

¹³ **Índice de dependência de idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

¹⁴ **Índice de renovação da população em idade ativa:** Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos)

Por outro lado, dado o peso da população jovem, o índice de dependência dos jovens¹⁵ na freguesia (26,3) assume um valor superior, quer à média nacional (22,5), quer à média do concelho de Portimão (23,8).

Relativamente ao nível de instrução da população, a taxa de analfabetismo (3,68%) é significativamente inferior à média nacional (5,22%), à média regional (5,34%) e inferior à média do concelho (4,40%). A proporção de população residente na freguesia com ensino superior completo, em 2011, é de 15,34% (18,17% nas mulheres), sendo a média nacional de 15,11% e no concelho de Portimão, 14,34%. Ao nível do ensino secundário a proporção de população com este nível de ensino completo na freguesia (35,62%) é superior à média nacional (31,69%) e até à média do concelho (34,58%).

No que respeita ao mercado de trabalho e com base nos indicadores dos Censos de 2011 do INE, a taxa de atividade na freguesia (50,62%) é superior, quer à média nacional (47,56%), quer à média do concelho (49,93%). Na Freguesia, a taxa de atividade nos homens é de 53,3% e a taxa de atividade das mulheres é de 48,13%, enquanto que na taxa de desemprego não se observa uma diferença muito significativa. A taxa de desemprego na freguesia, em 2011 atingia os 17,52% enquanto o valor nacional se situava em 13,18%, a nível regional 15,74%, e a nível do concelho (17,37%). Como anteriormente referido, a freguesia envolve a maior parte (82%) da população do concelho, apresentando uma taxa de desemprego ligeiramente superior à média do concelho. A proporção dos profissionais socialmente mais valorizados na freguesia (21,14%) apresenta um valor ligeiramente inferior à média nacional (22,24%) e à média do concelho (21,39%), mas ligeiramente superior à média regional (19,88%).

Breve caracterização do entrevistado: Presidente

O presidente da Junta de Freguesia de Portimão, com 54 anos de idade, é natural da freguesia de Portimão, onde também reside, e a sua atividade empresarial está relacionada com a gestão da empresa Panificadora de Portimão, na qual é sócio-gerente. Atualmente, exerce a tempo inteiro a sua atividade na Junta de Freguesia, o que acontece desde outubro de 2009, ano em que foi pela primeira vez eleito como presidente.

¹⁵ **Índice de dependência de jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Anteriormente e desde 2005, integrava a Assembleia de Freguesia. Em outubro de 2013, foi reeleito como presidente da Junta de Freguesia de Portimão. Como Bombeiro Voluntário, integra a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portimão, com a qual a Junta de Freguesia mantém estreita colaboração. Como habilitações académicas, o autarca é detentor do 3º ciclo do ensino secundário completo.

A Cantina Social

Quando iniciou funções na Junta de Freguesia, o nosso entrevistado salienta que o que mais o impressionou foi observar as dificuldades de alguns residentes principalmente jovens casais com casas a pagar ao banco e sem dinheiro para alimentar os filhos. Refere também que se sentiu constrangido de visitar o refeitório social e por lá encontrar amigos seus que anteriormente viviam sem dificuldades económicas e inclusive com boa qualidade de vida. O que ao presidente mais lhe “custou”, foram os pedidos de ajuda alimentar que lhe foram dirigidos por muitas pessoas com dificuldades económicas que também tinham dificuldades em continuar a pagar a renda da casa, da água, da eletricidade, do gas e dificuldades em conservar e preparar os escassos alimentos que conseguiam “arranjar”.

São atualmente dois os refeitórios sociais em funcionamento na Freguesia de Portimão que são apoiados pela Junta de Freguesia: o do Centro Social Padre Arsénio, situado na Quinta da Senhora do Amparo, e a Cantina Social da Cáritas Paroquial da Igreja Matriz de Portimão, instalada num antigo restaurante situado na Rua Diogo Gonçalves, junto à sede da Cáritas.

Este projeto foi concebido com o objetivo único de posicionar o apoio social da Freguesia numa relação mais próxima com os residentes, sobretudo os mais pobres e idosos, os que vivem sós e em situação de isolamento e exclusão social. A iniciativa desenvolvida pela Junta de Freguesia que abordamos neste caso, e que consideramos de inovação social por se tratar de uma nova resposta às necessidades da população, diz respeito à Cantina Social, concebida com o objetivo de proporcionar ajuda alimentar em regime de “Take-Away” às famílias mais carenciadas da freguesia. Complementarmente, esta resposta social envolve também a distribuição de cabazes com produtos alimentares às pessoas que os podem confeccionar em casa.

Na freguesia de Portimão existia anteriormente em atividade um refeitório social, situado na Quinta do Amparo. No entanto, e tendo em conta a grande dimensão da

freguesia, com cerca de 45.000 habitantes, a Junta de Freguesia sentiu que esse serviço era insuficiente para dar resposta aos pedidos de ajuda que diariamente chegavam à Junta de Freguesia. Sentiu-se uma lacuna no apoio alimentar no centro histórico da cidade porque na zona mais antiga da cidade não havia ainda resposta social nessa valência – a Cantina Social. Por outro lado, o refeitório social existente e em atividade, criado pelo Padre Arsénio, estava essencialmente vocacionado para pessoas de grande carência económica e no apoio social à toxicodependência. Na perspetiva do nosso entrevistado, essa foi a principal missão com que entrou para a Junta de Freguesia, num ano marcado por muitas dificuldades económicas sentidas por um número crescente de famílias. Assim, foi sentida a necessidade de se criar outra Cantina para fazer face às necessidades das pessoas com carência económica, especialmente as mais idosas.

Iniciativas desenvolvidas

Com vista à criação da nova Cantina Social e por não dispor dos recursos humanos suficientes, a Junta de Freguesia estabeleceu um acordo de parceria com a Igreja Matriz de Portimão. Neste acordo, a Junta de Freguesia, comprometeu-se a financiar anualmente o projeto, o que foi decisivo para que a Igreja adquirisse um restaurante com vista à instalação de um novo refeitório social, no qual os residentes podem levar duas refeições para casa.

A nova Cantina Social iniciou a sua atividade em 2015, tendo sido inaugurada no dia 22 de fevereiro, confeccionando e preparando refeições durante todos os dias da semana. O nosso entrevistado salienta ainda a resposta dada aos residentes que, com carência económica, não podiam deslocar-se ao refeitório, ou por problemas de mobilidade (doentes acamados) ou conforme refere da “pobreza envergonhada” das pessoas que se envergonham de recorrer pessoalmente ao refeitório social. Assim, a resposta a estas pessoas foi dada através de um acordo de parceria com os Bombeiros Voluntários de Portimão que, além do transporte diário das refeições, inclui também os serviços de enfermagem. A profissional de enfermagem dos Bombeiros Voluntários, que quinzenalmente acompanha os Bombeiros, tem como principais responsabilidades a avaliação e vigilância domiciliária dos residentes referenciados. Sobre este aspeto do serviço domiciliário prestado, refere o nosso entrevistado que logo na primeira visita houve necessidade de encaminhamento de um residente para o serviço de Urgência do Hospital por se encontrar muito debilitado e doente. Das principais vantagens atribuídas

ao papel dos Bombeiros Voluntários, destacam-se a de promoverem as condições de segurança e de acessibilidade ao domicílio, resolvendo obstáculos externos, como barreiras arquitetónicas, e obstáculos internos, como mobílias e outros. De salientar ainda que os bombeiros detêm um conhecimento de precisão da morada dos residentes a visitar. Um fator decisivo e facilitador para o desenvolvimento deste projeto relaciona-se com os colaboradores que são exclusivamente pessoas em regime de voluntariado - os voluntários da Igreja - e que são cerca de 90.

Parceiros Associados

Segundo o nosso entrevistado, este projeto da Cantina Social insere-se num projeto mais amplo e que se denomina por projeto “*Tão perto de ti*”, concebido pelos parceiros do projeto e que são, a Cáritas de Portimão, Junta de Freguesia, a Igreja Matriz de Portimão e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portimão.

Financiamento do projecto

Relativamente ao financiamento, a Junta de Freguesia conta em 2016 com um orçamento de receita de cerca €697.480,00 e suporta com um montante de €5.000, o que corresponde a cerca de 0,7% do seu orçamento, o apoio ao funcionamento dos dois refeitórios sociais existentes, valor que se destina basicamente a pagar as despesas de transporte, água, eletricidade, gas, produtos alimentares e produtos de higiene e limpeza. De salientar que a maioria dos produtos alimentares provêm do Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve. Neste projeto é a Junta de Freguesia que procede ao diagnóstico social das pessoas com dificuldade económica, procedendo ao seu encaminhamento e distribuição pelos diferentes serviços de apoio alimentar.

Impactos do Projeto

A população beneficiada pelos serviços de refeição social que a Junta de Freguesia apoia envolve 70 pessoas, que recorrem assiduamente ao refeitório social, o qual serve uma refeição diária, o almoço, e 30 pessoas que recorrem diariamente à nova Cantina Social, levando em regime de *take-away* o jantar e almoço para o dia seguinte. Mensalmente são ainda distribuídos cerca de 200 cabazes de alimentos a outras famílias

com carência económica, mas que ainda podem cozinhar. O número de pessoas que recorrem aos refeitórios tende a diminuir no verão e a aumentar no inverno, sendo apontada como causa dessa flutuação a característica sazonal da oferta de parte do emprego.

5.1.1. Análise SWOT

Tabela 1- Cantina Social de Portimão: análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos fracos
Proximidade com a população carenciada; Parcerias; Apoio social aos doentes e dependentes com dificuldades na mobilidade; Apoio social aos idosos em situação de isolamento/exclusão social; Voluntariado.	Falta de pessoal/recursos humanos; Falta de recursos técnicos e meios de transporte; Exposição social das pessoas carenciadas; Limitações de mobilidade das pessoas idosas; Limitações das pessoas doentes.
Oportunidades	Ameaças
Identificação e sinalização das situações de pobreza; Identificação e sinalização das situações de isolamento/exclusão social.	Perda de voluntários; Insuficiência de voluntários.

A relação de proximidade com a população carenciada e maioritariamente residente no centro histórico da cidade, no qual se localiza a sede da Junta de Freguesia, revela-se num ponto forte e relaciona-se com o conhecimento dos problemas com que se deparam as pessoas mais idosas, reformados e pensionistas com pensões mínimas, e idosos dependentes ou com problemas de saúde que correm grave risco de isolamento social. A iniciativa da Junta de Freguesia desenvolvida em parceria com a Paróquia local pretende dar uma resposta social de apoio à população mais carenciada e em situação de exaustão de recursos económicos, evitando e prevenindo situações de pobreza agravada com impactos na qualidade de vida e na saúde das pessoas e da comunidade. Como pontos fracos, é de salientar a escassez de recursos humanos e meios técnicos disponíveis na Junta de Freguesia, mas que dentro do contexto da inovação e de inovação social é contornada e ultrapassada pelo recurso às parcerias num ambiente de cooperação. A cooperação é também, no contexto social, considerada como uma estratégia útil, já que

permite ultrapassar obstáculos e vencer dificuldades financeiras e técnicas, inerentes à reduzida dimensão, quer das Juntas de Freguesia, quer das organizações paroquiais. As estratégias de cooperação revelam-se assim vantajosas porque conseguem inovar, através da diferenciação dos seus serviços por consequência do trabalho conjunto.

A exposição social das pessoas carenciadas é uma dimensão à qual, nesta iniciativa social, foi dada especial atenção, pelo desenvolvimento de formas de apoio alimentar diversificadas e alternativas, como são a distribuição de cabazes de alimentos, que atenuam ou minimizam a exposição social, promovem a individualidade e, sobretudo, evitam a exclusão das pessoas carenciadas da ação concreta do projeto.

Neste projeto, o voluntariado, representa também um ponto forte, revelando-se estruturante para a sua sustentabilidade e continuidade como resposta social. Com o desenvolvimento do projeto e o seu financiamento assegurado e mantido pela Junta de Freguesia, todas as vertentes operacionais do projeto radicam essencialmente na participação dos voluntários, daí que a perda de voluntários com a redução do número de participantes seja considerada uma ameaça à continuidade do projeto.

Como grandes oportunidades deste projeto destacam-se a identificação e sinalização das situações de pobreza, de isolamento ou exclusão social e que, sendo diagnosticadas pela Junta de Freguesia, podem ser complementarmente referenciadas aos serviços locais de Segurança Social, para que seja realizada uma efetiva avaliação integrada da situação social das famílias e da eventual adequabilidade de apoio económico e social nas situações em que tal se justifique, para que se corrijam desajustamentos nos apoios legalmente consignados à natureza das situações sociais. Este aspeto pode ser considerado relevante, tendo em conta que as pessoas idosas muitas vezes vivendo sós, são acometidas e de forma súbita, entre outras, por limitações funcionais e cognitivas que as impedem de recorrer em tempo oportuno aos diversos apoios sociais existentes e assegurados pelo Estado.

Na freguesia, a falta de pessoal próprio é uma dificuldade sentida, mas que é ultrapassada com recurso aos voluntários da paróquia. No entanto, e paradoxalmente, se este aspeto pode à primeira vista constituir-se numa ameaça ao desenvolvimento do projeto, é a relação próxima dos voluntários com a Paróquia em si, a garantia da continuidade do projeto no tempo, independentemente do que venha a ser a nova constituição do órgão executivo da Junta de Freguesia em novo mandato após as novas eleições autárquicas.

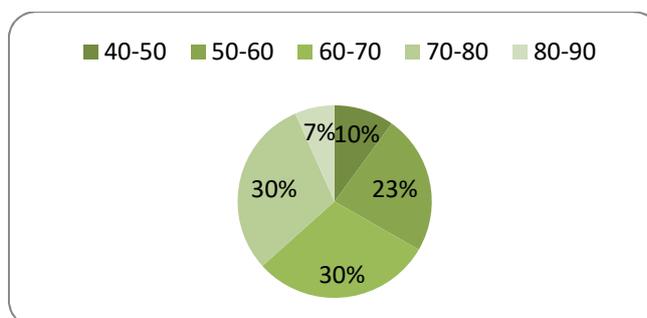
5.1.2. Análise Custo-Benefício

Relativamente ao questionário aplicado aos residentes na freguesia de Portimão, na qual abordámos o caso da Cantina Social, contamos com a participação de 30 residentes. De seguida, e incluída na primeira parte do questionário descrevemos a amostra, através da apresentação das suas principais características sociodemográficas.

Caracterização da amostra

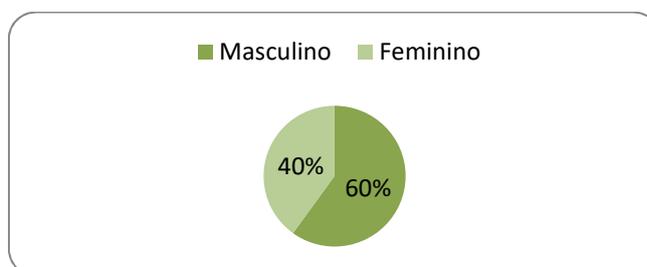
Relativamente à idade dos residentes inquiridos apresentamos no gráfico seguinte a distribuição por grupo etário:

Gráfico 1-Grupo etário- Freguesia de Portimão



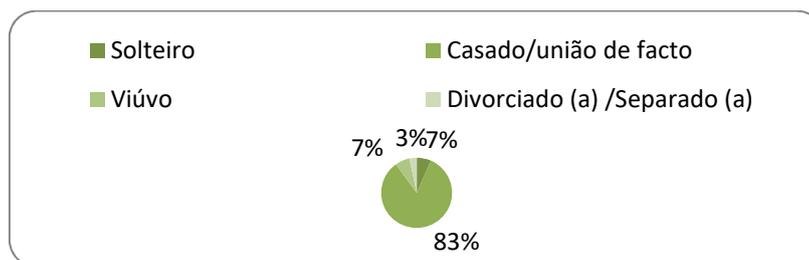
As idades dos inquiridos na freguesia de Portimão compreendem-se entre os 40 e os 90 anos de idade. 7% dos inquiridos são idosos com mais de 80 anos de idade, seguindo-se 10% com idades compreendidas entre os 40 e 50 anos de idade, 23% entre os 50 e 60 anos de idade, 30% entre os 60 e os 70 anos de idade e igualmente 30% com idades compreendidas entre os 70 e 80 anos de idade.

Gráfico 2- Género- Freguesia de Portimão



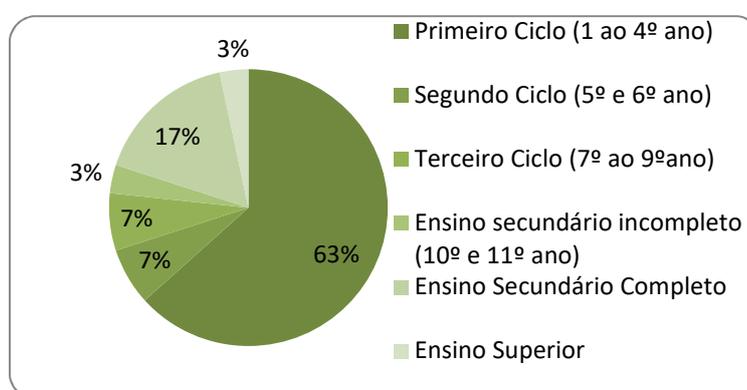
Os inquiridos abordados são maioritariamente do género masculino (60%) e 40% são do género feminino.

Gráfico 3- Estado civil- Freguesia de Portimão



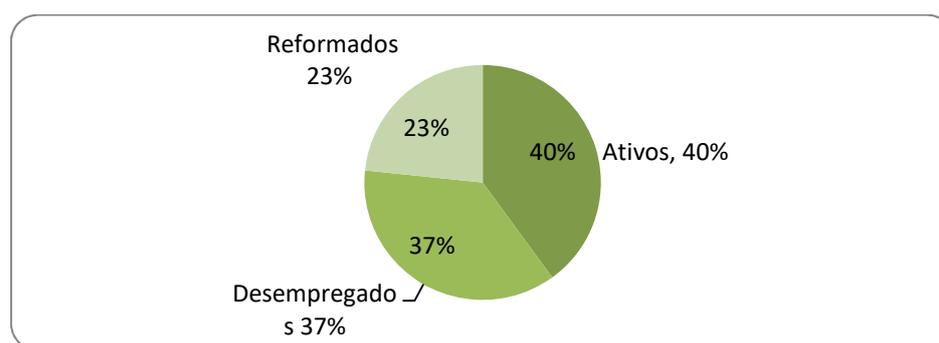
Na sua grande maioria os inquiridos são casados (83%), 7% são viúvos e solteiros, sendo que 3% são divorciados.

Gráfico 4- Habilitações literárias- Freguesia de Portimão



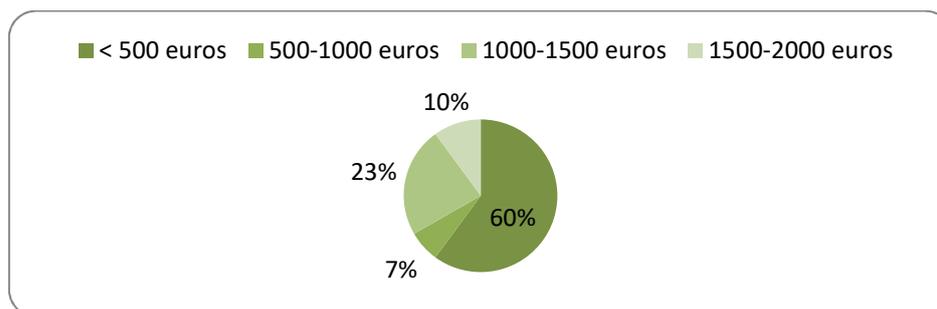
Na sua maioria (63%) dos inquiridos detêm habilitações literárias ao nível do primeiro ciclo (1º ao 4º ano). Apenas 3% detêm habilitações ao nível do ensino superior.

Gráfico 5- Situação profissional -Freguesia de Portimão



A nível profissional 40% encontram-se ativos, 37%, são desempregados e 23,3% encontram-se reformados.

Gráfico 6- Rendimento mensal auferido



De acordo com os dados obtidos ao nível do rendimento mensal referido pelos inquiridos, a maioria (60%) refere auferir menos de 500 euros mensais, seguindo-se 23% que auferem entre 1000 e 1500 euros, 10% auferem entre 1500 e 2000 euros e 7% auferem entre 500 e 1000 euros.

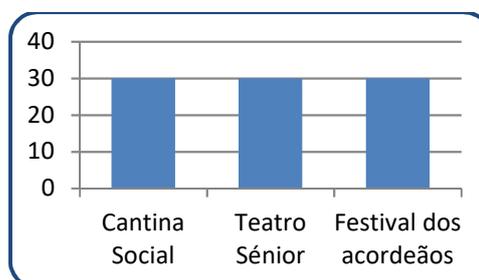
Análise das preferências

Relativamente à segunda parte do questionário (relação do residente com a Junta de Freguesia) composta por 8 questões, passamos agora a apresentar a distribuição das respostas a cada uma das questões colocadas.

Questão nº 7- Identifique as atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia

Com esta questão pretendemos que os residentes refiram as principais atividades realizadas pela Junta de Freguesia nas quais participaram ou detêm o conhecimento da sua realização. As respostas obtidas são demonstradas no gráfico seguinte:

Gráfico 7- Principais atividades desenvolvidas- Freguesia de Portimão

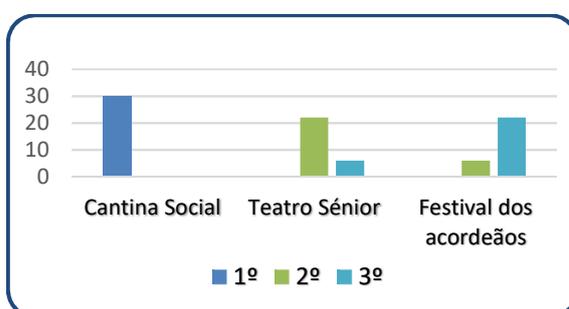


Todos os residentes inquiridos, em número igual a 30, identificaram a Cantina Social, o Teatro Sénior e o Festival de Acordeões como atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia.

Questão n°8. Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para si da mais importante, para a menos importante.

Nesta questão pretendemos que os inquiridos considerem as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, relativamente à importância que pessoalmente lhe atribuem, sendo que a atividade referida em primeiro lugar (n°1) é considerada a mais importante e a referida em terceiro lugar (3°) é considerada a menos importante. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

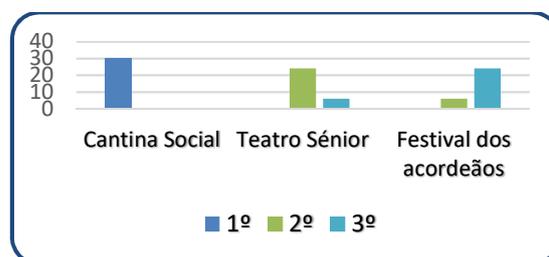
Gráfico 8- Ordenação das atividades (residentes)



Questão n°9- Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante:

Pretendemos agora, com esta questão, que os residentes considerem a importância que de um modo geral cada atividade pode representar para a comunidade, sendo que a primeira será a que tem maior importância para a comunidade e a terceira, a que for de menor importância. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 9- Ordenação das atividades (comunidade)



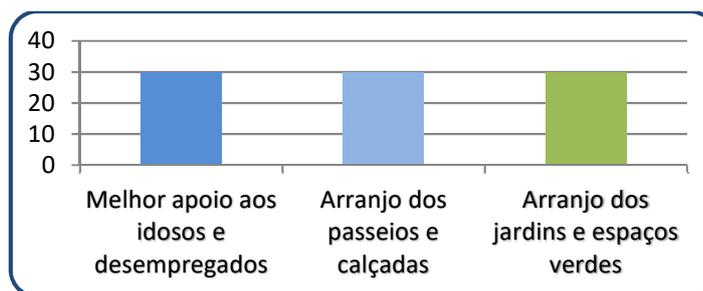
De acordo com as respostas obtidas nas duas questões anteriores, todos os inquiridos identificaram a Cantina Social como sendo a atividade mais importante, quer para si (questão 8) quer para toda a comunidade (questão 9). Em segundo lugar, em termos de importância, quer para o próprio, quer para toda a comunidade, foi considerado o

Teatro Sénior por 73,3%, e em último lugar de importância, igualmente para 73,3%, o Festival dos Acordeões.

Questão nº10- Considera que existe alguma atividade que a Junta de Freguesia pudesse desenvolver e que não desenvolve, mas você gostaria que fosse desenvolvida?

Nesta questão, pretendemos averiguar junto dos residentes, quais as atividades que gostariam que fossem desenvolvidas pela Junta de Freguesia e ainda não foram.

Gráfico 10- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia

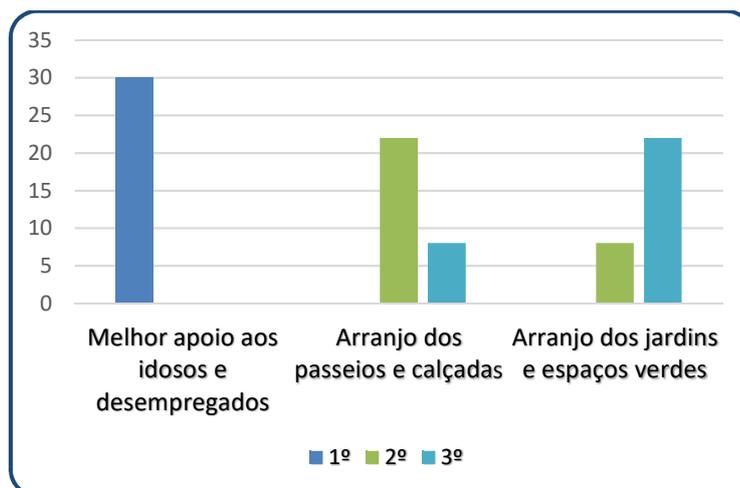


Em relação às atividades que, não sendo desenvolvidas pela Junta de Freguesia, o inquirido julga que se deveriam realizar (questão 10), todos os inquiridos identificaram o melhor apoio aos idosos, o arranjo dos passeios e calçadas e o arranjo dos jardins e espaços verdes como sendo relevantes.

Questão nº11- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a si da mais importante, para a menos importante.

Identificadas as atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia, pretendemos agora que os inquiridos se refiram à sua importância, distinguindo-as da mais importante para a menos importante. A ordenação é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 11- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)

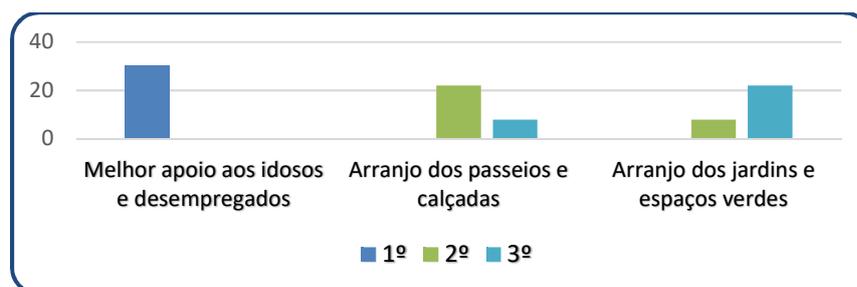


De acordo com os dados obtidos, todos os inquiridos consideram que a atividade de melhor apoio aos idosos e desempregados é a mais importante que devia ser desenvolvida. Segue-se o arranjo dos passeios em segundo lugar e o arranjo dos jardins e espaços verdes surge em terceira posição. Pretendemos na questão seguinte, averiguar também o grau de importância que os inquiridos lhe atribuem, considerando a sua importância para a comunidade.

Questão nº12- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

A ordenação é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 12- Ordenação das atividades (comunidade)



Todos os inquiridos identificaram, quer para si (questão 11), quer para a comunidade (questão 12), o melhor apoio aos idosos e desempregados como a atividade que prioritariamente deveria ser desenvolvida, encontrando-se em segundo lugar o arranjo dos passeios e calçadas e em último lugar o arranjo dos jardins e espaços verdes.

Análise das predisposições

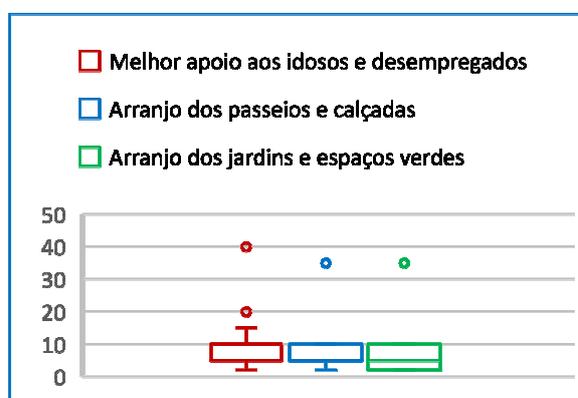
De acordo com os nossos objetivos, na última parte do questionário foram colocadas as questões seguintes, em todas as quatro juntas de freguesia em análise.

Por uma questão de clareza, analisemos as respostas a estas questões, em cada uma das quatro freguesias.

Questão nº13- Para cada atividade que gostaria ver a desenvolver pela Junta de Freguesia, diga quanto estaria disposto a pagar para que a Junta as desenvolva.

A predisposição para pagar as atividades a desenvolver, são demonstrados no gráfico seguinte.

Gráfico 13- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida

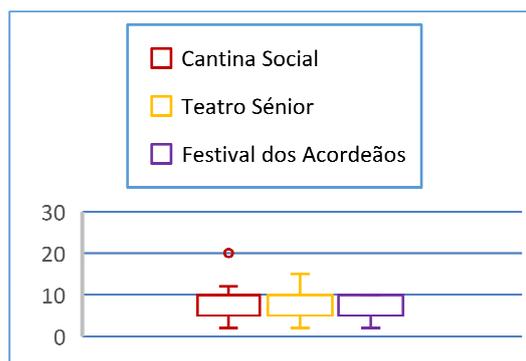


Conforme demonstrado no gráfico acima, a atividade associada ao Melhor apoio aos idosos e desempregados é aquela que regista uma maior predisposição a pagar com o valor médio de 9 € (anuais) quanto à predisposição a pagar pelo Arranjo dos passeios e calçadas- cerca de 7 € (anuais) sendo este valor ligeiramente superior à predisposição a pagar, perto dos 6 € (anuais), pelo Arranjo dos Jardins e Espaços Verdes. Sobretudo do ponto de vista da atividade de apoio aos Idosos e desempregados, estes resultados estão em perfeita sintonia com aqueles obtidos nas questões 11 e 12.

Questão nº 14- Relativamente às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, quanto estaria disposto a pagar para que não deixem de existir na sua Freguesia.

Com esta pergunta, pretendemos avaliar a predisposição dos inquiridos para pagar para que as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia não terminem. Os valores obtidos são demonstrados no gráfico seguinte:

Gráfico 14- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem

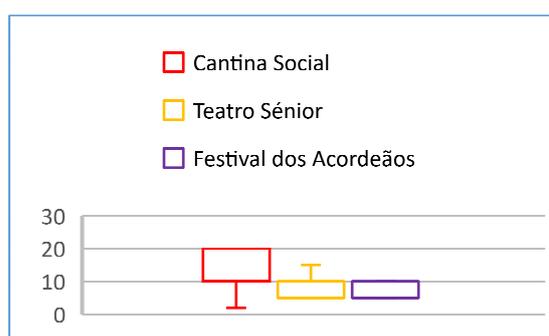


Quanto às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, a análise da predisposição a pagar para que as mesmas não terminassem (Questão 14) revela que a Cantina Social apresenta o valor médio mais elevado de predisposição a pagar – perto de 9 € (anuais). As atividades Teatro Sénior e Festival dos Acordeões, recolhem uma predisposição para pagar semelhante entre si, cerca de 6 € (anuais).

Questão nº15-Relativamente às atividades desenvolvidas pela JF, quanto estaria disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique.

Por último, questionámos os residentes, sobre o montante de quanto estariam dispostos a pagar para que o fim das atividades não os prejudicasse. A predisposição é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 15- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique



Conforme é demonstrado, de forma coerente com a resposta anterior também neste caso, a predisposição a aceitar o encerramento daquelas três atividades apresenta maiores valores em relação à Cantina Social.

5.1.3. Discussão dos Resultados

Das principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, no ano de 2016, além da Cantina Social, destacam-se ainda as seguintes: o Teatro Sénior e o Festival do Acordeão. Relativamente ao teatro sénior, esta atividade, envolve a participação de um grupo de residentes idosos que se dedicam ao ensaio e representação de teatro, apresentando as suas peças nas diversas associações e coletividades da freguesia. De modo semelhante, o festival do acordeão é considerado uma atividade muito apreciada e participada pela população idosa, envolvendo-a no ensino da prática musical do acordeão, ensino esse que é ministrado por um praticante de acordeão muito popular na região. Existem, no entanto, algumas atividades que, por falta de recursos, a Junta de Freguesia ainda não conseguiu desenvolver e que dizem respeito a um apoio mais abrangente aos desempregados, principalmente no apoio à habitação.

O projeto da Cantina Social visa na sua essência o combate à fome devida às situações de pobreza da população da freguesia. A pobreza representa uma privação dos direitos básicos dos indivíduos em participar ativamente na vida social, económica, cultural e política na comunidade em que estão inseridos. Segundo Alves (2010) os níveis de pobreza persistentemente elevados em Portugal representam uma questão incontornável no processo de desenvolvimento da economia portuguesa nas décadas mais recentes, sendo o desemprego de longa duração o maior causador de pobreza e exclusão social.

Do estudo realizado, emerge a preocupação da Junta de Freguesia com as situações de pobreza dos seus residentes, as quais assumem causas diversas, complexas e multidimensionais, pois, e de acordo com Alves (2010), não há provavelmente nenhuma definição que capte simultaneamente todas as dimensões que caracterizam as várias faces de uma situação de pobreza. Para o mesmo autor, a pobreza pode ser conceitualmente definida como uma situação de privação baseada em falta de recursos, que limita uma participação plena na sociedade. Uma dimensão desta definição que neste caso pode ser destacada, poderá estar relacionada com o nível de recursos da comunidade tendo em conta a elevada taxa de desemprego que se observa e a característica sazonal da oferta de emprego, com menor número de empregos disponíveis fora da época balnear, o que na opinião do entrevistado faz crescer o número de pessoas que recorrem aos refeitórios sociais no período de inverno.

Observamos, neste caso, que a Junta de Freguesia, sendo uma entidade pública local, com competências próprias na área social, promove, e procura, a aproximação social aos residentes com necessidades económicas, ultrapassando os seus constrangimentos ao nível dos recursos humanos com a sensibilidade e habilidade para implementar e desenvolver projetos de apoio social mais abrangentes e diversificados (que incluem neste caso cuidados de saúde), recorrendo a parcerias, otimizando assim recursos humanos, técnicos e financeiros.

De acordo com Rodrigues (2010), o alargamento da intervenção nos domínios da proteção social a outras entidades que não o Estado (o poder local ou as IPSS, por exemplo) teve a ver com a necessidade de conceder uma maior eficácia e proximidade à intervenção pública e sobretudo com a necessidade de compensar os entraves financeiros com que o Estado se debate. O desenvolvimento do poder local e das redes de parceria que vão procedendo ao planeamento estratégico conseguem obter uma perspetiva mais aproximada das realidades locais. Os vários parceiros locais definem estratégias de ação e envolvem a própria população na procura das soluções mais adequadas aos problemas de pobreza e exclusão social. Esta perspetiva é consistente com o que nos foi dado a conhecer pelo nosso entrevistado, segundo o qual o compromisso de financiamento por parte da Junta de Freguesia de Portimão, foi determinante para que o seu principal parceiro, a Igreja Matriz de Portimão, pudesse adquirir um novo espaço para criar um novo serviço, a Cantina Social, destinada essencialmente a dar uma resposta social no centro da cidade a pessoas carenciadas. Em complementaridade, o financiamento efetivo por parte da Junta de Freguesia tornou viável, através do envolvimento dos Bombeiros Voluntários, o apoio alimentar a pessoas com limitações de mobilidade/acessibilidade, e ainda um apoio diferenciado na vigilância e monitorização das condições de saúde das pessoas carenciadas.

De salientar ainda o apoio alimentar aos idosos e toxicodependentes, que sendo importante no combate à fome e subnutrição, é considerado importante na prevenção de doença incapacitante, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida das pessoas com carência económica, promovendo a sua reintegração social. De acordo com Westley e Antadz (2010), a exclusão de grande parte da população de serviços económicos básicos aumenta a vulnerabilidade de toda a comunidade. Segundo o mesmo autor, a inovação social procura assim envolver as populações mais vulneráveis não apenas como recetores de serviços, mas como participantes e contribuintes ativos, (reintegrando os pobres, os sem-teto, os doentes mentais e os

solitários na comunidade) procura os seus contributos, os seus pontos de vista, a sua diversidade e evita a perda do potencial das contribuições locais. Assim, a inovação social não serve apenas às populações vulneráveis, mas é servida por elas, por sua vez (Westley e Antadze, 2010:5)

Pelo que observamos da avaliação realizada junto dos residentes envolvidos na amostra em estudo, consideramos que o projeto da Cantina Social responde muito positivamente às suas expectativas, dada a resposta às necessidades básicas da população mais carenciada, a qual encontra nas diversas formas de apoio alimentar, uma ajuda importante que de outra forma não estaria a ser conseguida.

Face ao número de refeições servidas no refeitório e na cantina social (90) e de cabazes alimentares (200) distribuídos e a população abrangida estimada em cerca de 290 pessoas, consideramos que a parcela orçamental estimada em cerca 0,7% do orçamento anual da Junta de Freguesia se revela de forma eficiente face aos benefícios que realiza e proporciona a cerca de 0,7% da população freguesia.

Relativamente às cantinas sociais, torna-se, entretanto, oportuno salientar a pretensão do governo atual de que tenciona substituir o modelo atual de cantinas sociais, pela distribuição de cabazes, recorrendo para o efeito a fundos comunitários. De acordo com a notícia do jornal Observador de 24 de janeiro de 2017 o que o governo pretende é proceder a uma transição, que não seja abrupta, do modelo atual da cantina social para o modelo de cabaz, salvaguardando-se que a resposta das cantinas sociais possa permanecer e se possível seja reforçada. A oferta de cabazes compostos com carne, peixe e legumes congelados destinam-se às pessoas mais carenciadas que possam confeccionar os alimentos em casa e tem por objetivo cobrir as necessidades nutricionais diárias em 50%. Consideramos assim, que esta medida recentemente anunciada pelo governo se enquadra integralmente na preocupação da Junta de Freguesia na conceção e desenvolvimento do projeto de apoio alimentar.

Em síntese, consideramos, que este projeto social de apoio alimentar promovido pela freguesia de Portimão se enquadra integralmente, quer nas políticas nacionais, quer nas políticas do Parlamento Europeu, o qual, segundo Kraatz (2017), teve um papel muito ativo na promoção da continuação do Programa de Distribuição Alimentar da UE para os mais carenciados quando em negociações com o Conselho Europeu obteve o aumento do orçamento do FEAD de 2,5 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros.

5. 2. Estudo de Caso da Freguesia de Carnide: Projeto OPPA

Breve caracterização da freguesia

Localizada no extremo norte do concelho de Lisboa, Carnide é uma das maiores freguesias do município, em extensão e em população. Apesar de ser uma das mais antigas, só foi integrada no perímetro urbano em 1885. Tradicionalmente rural foi envolvida, nos últimos anos, no processo de crescimento urbano da capital. Na freguesia, observa-se uma dinâmica ligada ao próprio crescimento populacional (população essencialmente jovem) que se apresenta como sinal de vitalidade.

Relativamente à população residente, na década de 2001 a 2011, e contrariamente ao concelho de Lisboa, que registou uma perda de 3% da população, a freguesia de Carnide cresceu 22,79% com 23.316 residentes em 2011, superando o crescimento da população que se observou em toda a região metropolitana de Lisboa (6,01%) nesse período. Com 5.800 habitantes por Km² é uma freguesia de elevada densidade populacional, quer face aos valores da região (941 habitantes/Km²) quer aos valores nacionais (114,5 habitantes/Km²). Porém, e apesar do crescimento da população residente, a densidade populacional é substancialmente inferior à do Concelho, que atinge os 6.389,6 habitantes/Km². A freguesia apresenta uma população predominantemente jovem com uma idade média de 37,34 anos, inferior às médias do concelho, regional e nacional. De salientar ainda que, no grupo etário da população idosa, apresenta uma média de 15,55 anos inferior a todas as outras dimensões territoriais. O índice de envelhecimento de 96,1 é significativamente inferior ao índice de envelhecimento nacional (127,8) e regional (117,4) sendo substancialmente inferior ao índice de envelhecimento do concelho de Lisboa, o que dá consistência à sua característica de freguesia jovem. Com um índice de dependência de idosos igualmente menor (23,7) e um índice de dependência de jovens que acompanha com aproximação os valores concelhios, regionais e nacionais. Relativamente ao nível de instrução, apesar da sua população predominantemente jovem, prevalece, no entanto, uma taxa de analfabetismo de 3,82 % que, sendo inferior à taxa nacional (5,22%), se situa acima da taxa do concelho (3,21%) e da região (3,22%). No entanto, nos restantes indicadores (população com ensino superior completo, ensino secundário e pelo menos o 3º ciclo do ensino básico) apresenta valores superiores em todos os indicadores, destacando-se a proporção da população residente com o ensino superior completo (42,35%) em ambos os géneros. No que

respeita ao mercado de trabalho, a taxa de atividade na freguesia (50,06%) é superior, à média nacional (47,56%), à média do concelho (47,54%) e à média regional (49,79%). Relativamente ao indicador da taxa de desemprego na freguesia, em 2011, era de 11,04%, enquanto o valor nacional atingia 13,18% e a nível da Área Metropolitana de Lisboa, 10,58%. A proporção de profissionais socialmente mais valorizados na freguesia (50,47%) é substancialmente superior, comparativamente às outras dimensões territoriais. Relacionados com a área social do estudo de caso da freguesia de Carnide, os indicadores de condições de vida e habitação apontam para uma maior proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (13,52%), o que é substancialmente superior aos valores nacionais (4,41%), regionais (3,38%), e mesmo concelhios (7,39%). Paralelamente, os encargos médios mensais com a aquisição ou arrendamento de habitação é inferior (317 euros/mensais), comparativamente aos encargos médios do concelho (347 euros mensais), regionais (358 euros mensais) e nacionais (333 euros mensais).

Breve caracterização do entrevistado: Presidente

Detentor do grau de Mestre em Psicologia na vertente de Aconselhamento e Psicoterapia, o atual Presidente da Junta de Freguesia de Carnide de 30 anos de idade, exerce a tempo completo a liderança do executivo da Junta de Freguesia de Carnide em Lisboa. Foi eleito como presidente em outubro de 2013, tendo no mandato anterior (2009-2013) integrado a Assembleia de Freguesia. Na sua atividade associativa, é Presidente da Associação Mãos do Mundo e Bombeiro Voluntário nos Bombeiros Voluntários da Pontinha, desde 1998.

O projeto OPPA (Orçamento Participativo Partilhado Apadrinhado)

O projeto que se apresenta está intimamente relacionado com envolvimento dos parceiros locais com os problemas habitacionais dos moradores dos bairros sociais. O projeto de intervenção na habitação social foi concebido e desenvolvido com o objetivo que visa na sua essência o empoderamento de competências próprias dos habitantes desses bairros nas obras de reparação e conservação dos lotes habitacionais. O fomento do relacionamento estreito e o convívio entre ambos os interlocutores identificados pela Junta de Freguesia constitui a pedra basilar para a resposta a uma necessidade premente

de intervenção para a conservação e manutenção das habitações degradadas. Em 2012, o estado das habitações e dos espaços comuns dos lotes habitacionais encontrava-se muito degradado e, face à falta de resposta da entidade gestora, era preciso intervir para evitar a degradação avançada dos lotes, e para tal era necessário envolver nesse processo os próprios moradores. O projeto teve grande adesão dos moradores e o seu desenvolvimento tem sido crescente, sendo que os principais objetivos visam essencialmente a recuperação dos lotes habitacionais em estado de crescente degradação e o empoderamento em competências próprias dos residentes na revitalização dos bairros sociais. A Junta de Freguesia sabia que não detinha competências próprias para intervir na habitação social, sendo essas da exclusiva competência municipal. No entanto, a sua relação de proximidade com a população fez-lhe sentir os problemas e as dificuldades que os residentes enfrentavam para obter da Câmara Municipal ou da empresa gestora (Gebalis) uma resposta atempada para a resolução dos problemas das suas habitações. Os residentes que enfrentavam problemas na habitação, tinham muita dificuldade em reivindicar, mas limitavam-se a reivindicar, não se assumiam como parte capaz de ser a solução para o seu próprio problema. Para a Junta de Freguesia, era importante torná-los parte ativa para a resolução do problema porque ninguém melhor que o morador conhece o seu problema. Tornou-se importante dotar os moradores de competências, dar-lhe recursos, dar-lhe tempo e espaço em torno de um projeto conjunto para a revitalização dos seus bairros que foram construídos para acolher grande parte da população oriunda das barracas que foram demolidas. A diversidade étnica e cultural dessa população foram aspetos considerados para que em primeiro lugar se promovesse o relacionamento entre os moradores.

Iniciativas desenvolvidas

O que a Junta considerou como principal estratégia foi que os moradores se relacionassem melhor entre si, conversando sobre os seus lotes, levantando os seus problemas conjuntos e planeando as intervenções necessárias para as obras de conservação, da pintura, do arranjo das fachadas com fendas e infiltrações, das portas, das janelas, das varandas e dos espaços comuns. Assim e na fase inicial do projeto foram realizadas na Junta de Freguesia várias reuniões mensais entre moradores e parceiros locais com vista à constituição de comissões de lote.

Foi nesta primeira fase que a Junta de Freguesia se comprometeu a financiar o projeto denominando-o de Orçamento Participativo, Partilhado e Apadrinhado, isto porque a maior parte do financiamento cabe à Junta de Freguesia, e envolve a participação dos moradores no diagnóstico e planeamento das intervenções, é partilhado na despesa porque aos moradores cabe, embora menor, uma parte do financiamento, e é apadrinhado por um parceiro local ao qual cabe a gestão de todo o processo que envolve as obras a realizar, o seu acompanhamento e supervisão ao longo do tempo. O nosso entrevistado reforça a ideia de que este projeto seria impensável sem a promoção do bom relacionamento entre os moradores e parceiros locais, e que a este primeiro passo se deve a elevada adesão dos moradores. A estratégia que envolve a participação, partilha e apadrinhamento no projeto é considerada pela Junta de Freguesia como um meio para assegurar a sua sustentabilidade, cabendo aos parceiros a supervisão, mas apela também à responsabilidade dos moradores sobre a observação em boas condições das habitações intervencionadas.

Parceiros associados

Cada lote habitacional foi neste processo apadrinhado por um parceiro, dos parceiros que são as várias associações locais, na sua maioria da área social, cultural e desportiva e também as associações de moradores, estas tendo sido apoiadas juridicamente pela Junta de Freguesia no seu processo de constituição como entidades associativas.

Um dos principais parceiros é a Juventude Horta Nova que, dada a sua dinâmica e atividade multisectorial, tem a seu cargo 10 lotes. Foram constituídas comissões de lote por cada parceiro conjuntamente com os moradores. Estas comissões têm o papel de gerir e acompanhar o seu lote, zelando pela sua manutenção e conservação, promovendo as boas condições habitacionais.

As reuniões da Junta de Freguesia foram planeadas de acordo com as condições de cada lote habitacional. Para os moradores dos lotes mais degradados as reuniões decorreram semanalmente, enquanto para outros menos degradados decorreram mensalmente. Isto porque, nas habitações mais degradadas os residentes eram socialmente mais desfavorecidos e com menor capacidade para compreender, aceitar e envolver-se em todo o processo.

Financiamento do projecto

A Junta de Freguesia financia este projeto que, como referido anteriormente, abrange os dois bairros sociais da freguesia que são constituídos por, 45 lotes habitacionais no bairro Horta Nova, e 105 lotes no bairro Padre Cruz, sendo que, em cada lote habitam 10 agregados familiares. O montante do financiamento da Junta destina-se basicamente à aquisição de bens materiais necessários às obras, sendo a execução das mesmas de responsabilidade partilhada entre o parceiro do lote e cada morador. O valor do financiamento pela Junta de Freguesia inscrito no seu orçamento, e que se tem revelado adequado a todo o processo de reabilitação dos dois bairros, é de €250 anuais para cada lote o que perfaz €48.750 por ano, sendo que cada morador comparticipa com 10% do valor das obras a realizar na sua habitação.

Impactos do Projeto

De acordo com o nosso entrevistado, todos os lotes (150) foram, e continuam a ser, alvo de intervenção e manutenção anual, sendo que os custos das obras em cada lote são naturalmente diferentes de lote para lote e de apartamento para apartamento, de acordo com o seu estado de conservação e necessidade de reparação e manutenção. A verba anual atribuída aos lotes que nesse ano não necessitem de intervenção é distribuída pelos lotes mais necessitados, ampliando assim a capacidade técnica de intervenção. São assim beneficiados com obras de pintura, reparação de portas, janelas e varandas, os 1500 agregados familiares que habitam nesses dois bairros sociais. Os valores atribuídos anualmente pela Junta de Freguesia a cada lote mantêm-se constantes, podendo parte, ou mesmo o total, desse valor, transitar para o ano seguinte, se não for nesse ano totalmente despendido pelos moradores. Cabe a cada parceiro, a gestão do montante atribuído anualmente pela Junta de Freguesia.

5.2.1. Análise SWOT

Tabela 2- Projeto OPPA- Freguesia de Carnide: análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos fracos
Envolvimento de proximidade com a população; Conhecimento profundo dos problemas; habitacionais e das condições de vida dos residentes; Promoção da sociabilidade e do convívio; Parcerias locais; Juventude e associativismo.	Escassez de recursos financeiros; Escassez de recursos técnicos; de pessoal/recursos humanos; Continuada dependência da Entidade Gestora nas obras de maior vulto.
Oportunidades	Ameaças
Expansão do projeto a novas áreas de intervenção; Maior envolvimento e participação social da população residente especialmente dos mais jovens; Melhor auto- estima e qualidade de vida.	Dificuldades técnicas e operacionais; Oscilação dos parceiros; Perda de parceiros; Sobrecarga das associações; Asfixia das associações.

O forte “enraizamento” deste projeto nos moradores deu-lhes a consciência de que o trabalho em cooperação se revela mais vantajoso quando se trata igualmente dos bens comuns como são neste caso os lotes habitacionais.

Os principais pontos fortes deste projeto envolvem o conhecimento profundo dos problemas habitacionais dos bairros por parte da autarquia que promove e alimenta o envolvimento dos seus residentes em torno de um projeto comum, desenvolvido em parcerias, nas quais o associativismo está muito presente.

Neste projeto, são de salientar, contudo, como pontos fracos, a dependência da Junta de Freguesia da Entidade Gestora do Município para a realização das intervenções que exigem maior despesa, e a limitação das suas competências e respetivo financiamento, traduz-se em escassez de recursos humanos e técnicos, face aos problemas e exigências com que a autarquia se defronta. Relativamente à continuidade do projeto no futuro, são de salientar os ganhos de autoestima e de qualidade de vida alcançados pelos moradores, o que se constituiu num processo irreversível do projeto, que apenas e

eventualmente poderá ser perturbado pela “oscilação” dos parceiros. Isto significa que, com o processo natural de renovação da liderança das associações, possam surgir líderes que não se identifiquem com o projeto que é fortemente marcado pela coesão associativa. Além deste projeto que se desenvolveu abrangendo novas áreas de intervenção, as principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, são ainda: o apoio às marchas populares, e os projetos sociais “nós e vós menos nós” e o “venha beber o café connosco”. Se o apoio às marchas populares se reveste de grande importância na preservação de uma atividade cultural tradicional em Lisboa e de relevância nacional, o apoio aos projetos sociais ganha igualmente relevância envolvendo contactos regulares e frequentes com a população mais idosa com vista a uma abordagem próxima aos seus problemas e expectativas. O projeto “venha beber o café connosco” tem periodicidade trimestral e é aberto a toda a população que se reúne neste momento com a Junta de Freguesia.

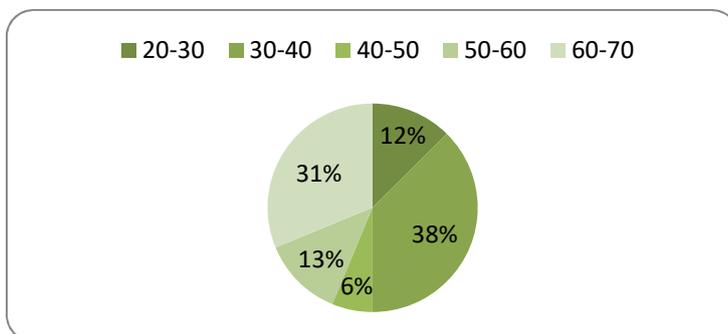
5.2.2. Análise Custo-Benefício

Na freguesia de Carnide, em Lisboa, a recolha de dados através do questionário, contou com a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que demonstrou interesse no questionário apresentado como instrumento de recolha de dados, disponibilizando-se para o aplicar junto das associações de moradores e outros trabalhadores da sua Junta de Freguesia. Foram recolhidos 32 questionários com respostas completas a todas as questões formuladas.

De seguida, seguindo a primeira parte do questionário, descrevemos a amostra, através da apresentação das suas principais características demográficas (dados referentes aos residentes na freguesia).

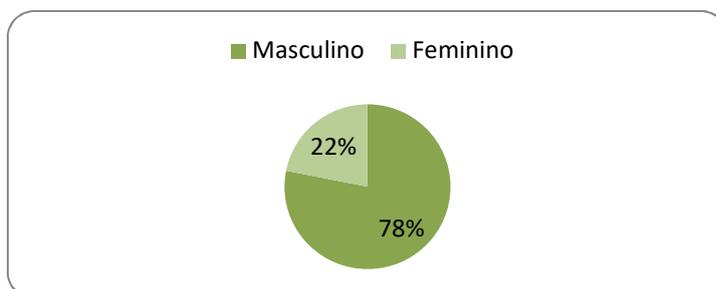
Caracterização da amostra

Gráfico 16- Grupo etário- Freguesia de Carnide



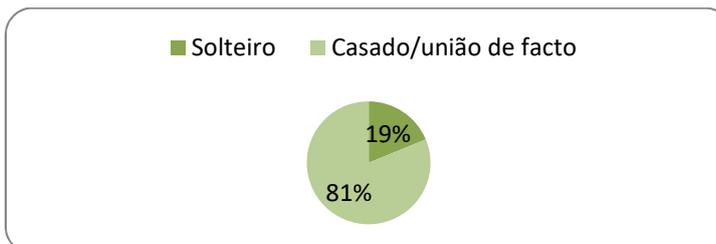
As idades dos inquiridos compreendem-se entre os 20 e os 70 anos de idade. 38% dos inquiridos têm entre os 30 e 40 anos de idade, seguindo-se 31% com idades entre os 60 e 70 anos idade, 13% entre os 50 e 60, 12% entre 20 e 30 e uma pequena percentagem (6%) têm idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos de idade.

Gráfico 17- Género- Freguesia de Carnide



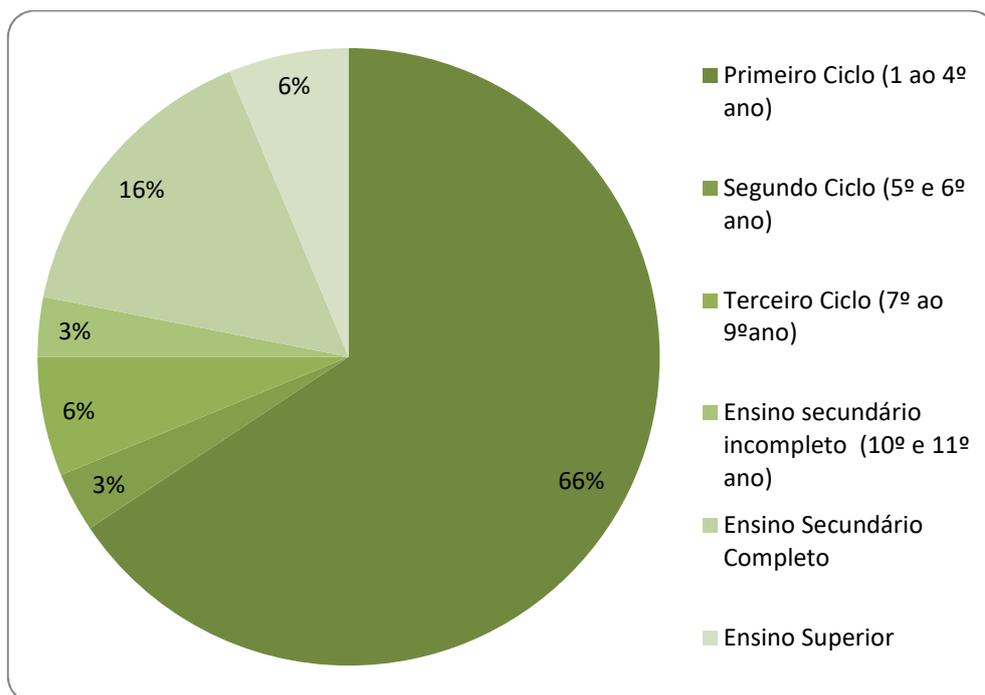
Os inquiridos são maioritariamente do género masculino (78 %) e 22% são do género feminino.

Gráfico 18- Estado civil- Freguesia de Carnide



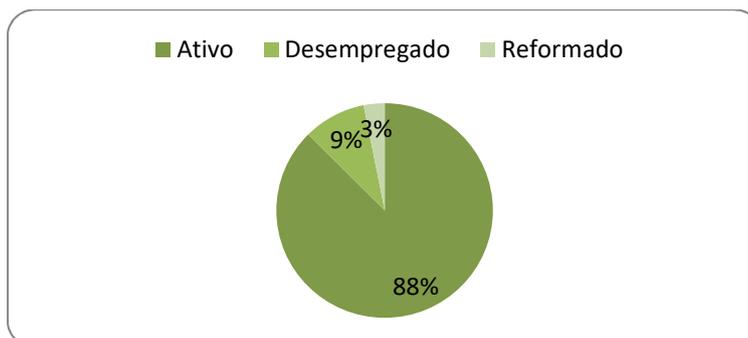
Na sua grande maioria os inquiridos são casados (81%) e 19% são solteiros.

Gráfico 19- Habilitações literárias- Freguesia de Carnide



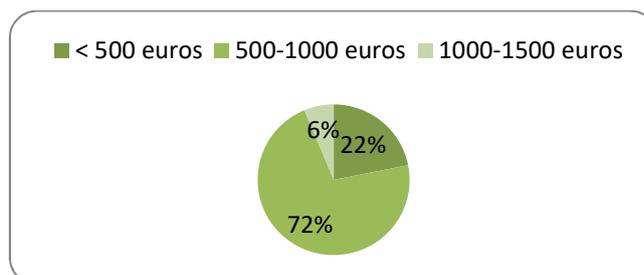
Conforme os dados obtidos, na sua maioria (66%) detêm habilitações literárias ao nível do primeiro ciclo (1º ao 4º ano), 16% têm o ensino secundário completo, 6% têm o 3º ciclo do ensino básico e igualmente 6% têm habilitações ao nível do ensino superior.

Gráfico 20- Situação profissional- Freguesia de Carnide



A nível profissional, 88% encontram-se ativos, sendo que 9% são desempregados e 3%, encontram-se reformados.

Gráfico 21- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Carnide



Ao nível do rendimento mensal referido pelos inquiridos, a maioria (72%) refere auferir entre 500 e 1000 euros, seguindo-se 22% que auferem menos de 500 euros e 6% refere auferir entre 1000 e 1500 euros.

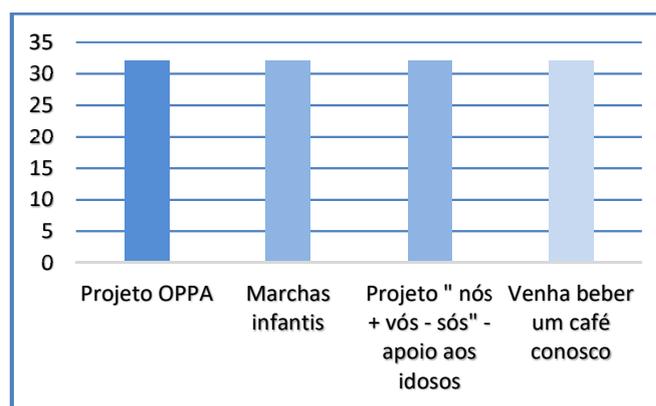
Análise das preferências

Passamos agora a apresentar a distribuição das respostas a cada uma das questões colocadas.

Questão nº 7- Identifique as atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia

Com esta questão pretendemos que os residentes se refiram às principais atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia, nas quais participaram ou detêm o conhecimento da sua realização e desenvolvimento. As respostas obtidas são descritas no gráfico seguinte:

Gráfico 22- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia de Carnide



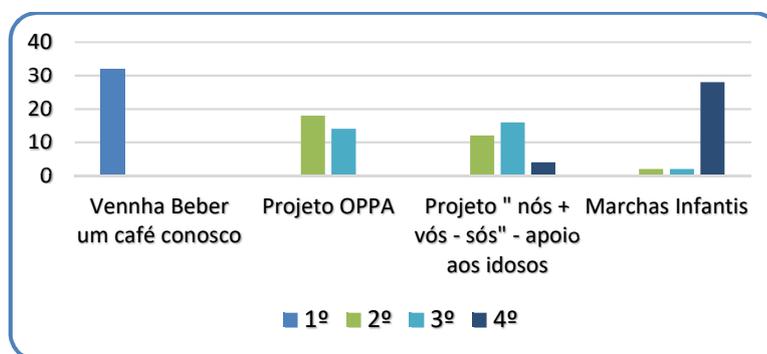
Conforme os dados apresentados, todos os inquiridos identificaram as principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia e que são, além do projeto (OPPA) dirigido à reabilitação urbana, outras atividades igualmente desenvolvidas e identificadas como relevantes, como sejam as marchas infantis, o projeto de apoio aos idosos da freguesia “Nós + vós- nós” e o programa “Venha beber um café connosco” que representa

um momento importante de reunião entre o executivo da Junta de Freguesia e a sua população.

Questão n.º8. Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para si da mais importante, para a menos importante.

Nesta questão pretendemos que os inquiridos considerem as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, relativamente à importância que pessoalmente lhe atribuem, sendo que a atividade referida em primeiro lugar (n.º1) é considerada a mais importante e a referida em terceiro lugar (3.º) é considerada a menos importante. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 23- Ordenação das atividades (residentes)

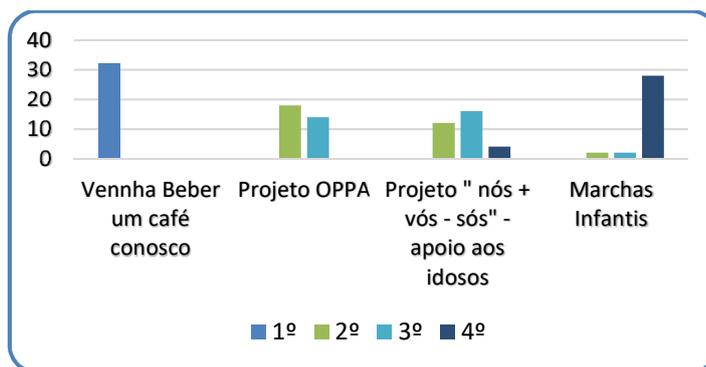


De acordo com os dados obtidos, a atividade “Venha beber um café connosco” é apontada pela totalidade dos indivíduos inquiridos como a mais importante, seguindo-se o Projeto OPPA. Em terceiro lugar, surge a atividade “Nós+ vós- nós- apoio aos idosos” e por último, em 4.º lugar, a atividade “Marchas Infantis”.

Questão n.º9- Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

Pretendemos agora, com esta questão, que os residentes considerem a importância que de um modo geral cada atividade pode representar para a comunidade, sendo que a primeira será a que tem maior importância para a comunidade e a terceira, a que for de menor importância. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 24- Ordenação das atividades (comunidade)

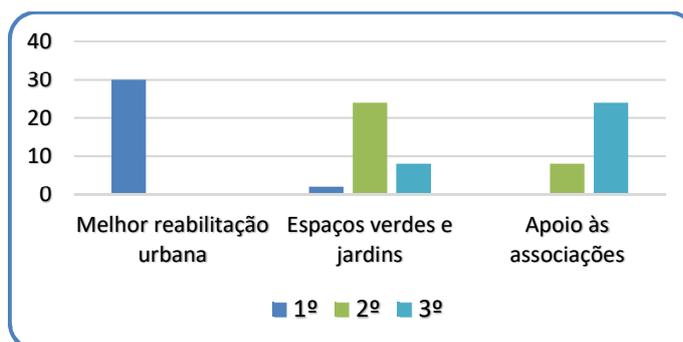


Através dos dados obtidos, os resultados são semelhantes aos da questão anterior. A totalidade dos inquiridos refere que a atividade “Venha beber um café conosco” é a mais importante para a comunidade, em segundo surge o projeto OPPA, em terceiro lugar o projeto “Nós +vós-sós” e em quarto lugar surge a atividade das Marchas infantis.

Questão nº10- Considera que existe alguma atividade que a Junta de Freguesia pudesse desenvolver e que não desenvolve, mas você gostaria que fosse desenvolvida?

Nesta questão, pretendemos averiguar junto dos residentes, quais as atividades que gostariam que fossem desenvolvidas pela Junta de Freguesia e ainda não o foram.

Gráfico 25- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia

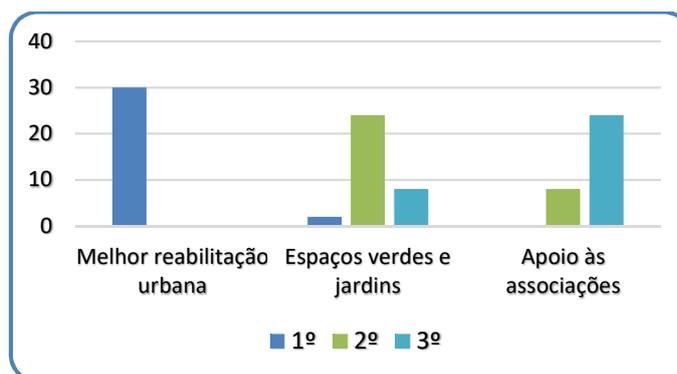


Pelos dados recolhidos, todos os inquiridos se referem à necessidade de melhor reabilitação urbana como atividade que devia ser desenvolvida pela Junta de Freguesia. O arranjo dos espaços verdes e jardins assim como o melhor apoio às associações, são atividades que segundo a opinião de todos os inquiridos deveriam ser mais desenvolvidas pela Junta de Freguesia.

Questão nº11- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a si da mais importante, para a menos importante:

Identificadas as atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia, pretendemos agora que os inquiridos se refiram à sua importância, distinguindo-as da mais importante para a menos importante. Os dados obtidos, são descritos na tabela seguinte:

Gráfico 26- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)

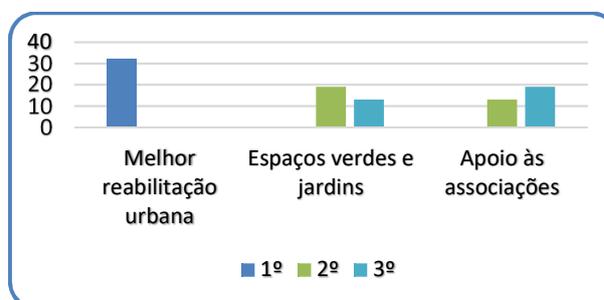


De acordo com os dados obtidos, a maioria dos inquiridos consideram que a atividade de melhor reabilitação urbana é a mais importante que devia ser desenvolvida, seguindo-se o arranjo dos espaços verdes e jardins e o melhor apoio às associações.

Questão nº12- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

Pretendemos nesta questão, averiguar a importância que os inquiridos lhe atribuem na perspetiva da comunidade. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte.

Gráfico 27- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade)



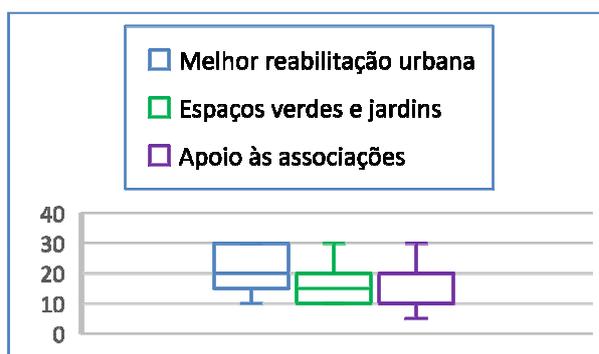
Todos os inquiridos identificaram, quer para si (questão 11), quer para a comunidade, (questão 12), a melhor reabilitação urbana, como a atividade que

prioritariamente deveria ser desenvolvida, encontrando-se em segundo lugar os espaços verdes e em último lugar o apoio às associações.

Análise das predisposições

Questão n.º13- Para cada atividade que gostaria ver a desenvolver pela Junta de Freguesia, diga quanto estaria disposto a pagar para que a Junta as desenvolva.

Gráfico 28- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida

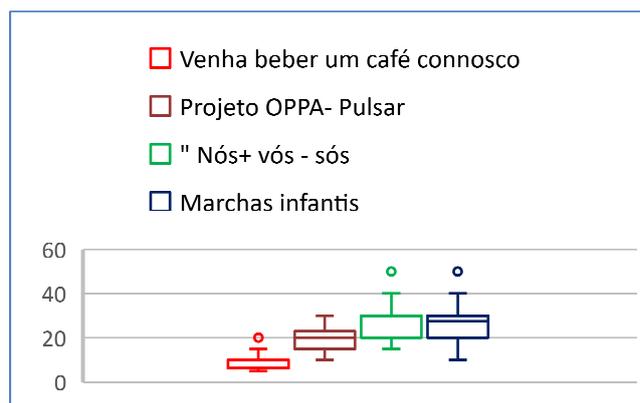


Conforme demonstrado no gráfico acima, a atividade associada à Melhor reabilitação urbana é aquela que regista uma maior predisposição a pagar, cerca de 22 € (anuais) quanto à predisposição a pagar pelo arranjo dos Espaços verdes e jardins- cerca de 17 € (anuais) sendo este valor ligeiramente superior à predisposição a pagar para o Apoio às associações (perto dos 14 € anuais). Sobretudo do ponto de vista da atividade relacionada com a Melhor reabilitação urbana, estes resultados estão em perfeita sintonia com aqueles obtidos nas questões 11 e 12.

Questão n.º 14- Relativamente às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, quanto estaria disposto a pagar para que não deixem de existir na sua Freguesia.

Nesta questão, pretendemos avaliar a predisposição dos inquiridos para pagar para que as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia não terminem.

Gráfico 29- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem

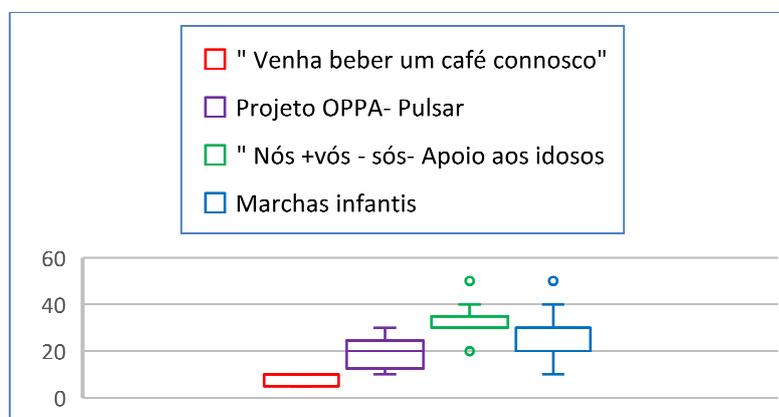


Quanto às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, a análise da predisposição a pagar para que as mesmas não terminassem (Questão 14) revela que o projeto “Nós + vós – sós” apresenta o maior valor médio de predisposição a pagar, perto de 29 € (anuais). As marchas infantis recolhem uma predisposição a pagar de cerca de 24 €, seguindo-se o projeto OPPA com uma predisposição a pagar de 19, e em último lugar a atividade “venha beber um café connosco” com cerca de 9 € (anuais).

Questão nº15- Relativamente às atividades desenvolvidas pela JF, quanto estaria disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique.

Por último, questionámos os residentes, sobre o montante de quanto estariam dispostos a pagar para que o fim das atividades não os prejudicasse. A predisposição é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 30- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique



Conforme é demonstrado, de forma coerente com a resposta anterior também neste caso, a predisposição a pagar para evitar o encerramento daquelas quatro atividades apresenta maiores valores no projeto “Nós + vós – sós”, seguindo-se o projeto OPPA.

5.2.3. Discussão dos resultados

O projeto OPPA, planeado pela Junta de Freguesia em 2012, foi amplamente implementado em 2013, e nesse ano, todos os lotes habitacionais foram alvo de obras de conservação, incluindo a pintura integral dos prédios, a maioria dos quais envolveu diretamente a participação da população, que há mais de 18 anos se confrontava com graves problemas de habitação, e que segundo a autarquia, nunca até então tinham sido resolvidos.

As principais estratégias delineadas pela Junta de Freguesia para intervir na área da habitação social (em franco processo de degradação nos dois lotes habitacionais) foram: a sensibilização e envolvimento dos moradores em torno do projeto assim como o seu empoderamento na conservação dos prédios, contando para tal com o apoio das diversas associações locais, ultrapassando assim a ausência de competências próprias ou delegadas pelo município na área da habitação social. Neste sentido e como referem Maurer e Silva (2014), o propósito de uma inovação social particular deve atender aos objetivos gerais dos envolvidos e tentar conciliar os objetivos individuais e coletivos, sendo que o alcance dos mesmos deve procurar o bem comum e para tal deve haver cooperação entre os atores (Maurer e Silva, 2014:135). É assim de salientar neste projeto a elevada adesão e participação da comunidade e a grande envolvência dos diversos atores locais que aderiram ao projeto em todas as suas fases, como são as associações de moradores, desportivas, culturais e sociais. A este propósito e como referem Santos e Seabra (2015) referindo-se a (Bignetti 2011), a inovação social manifesta-se fundamentalmente através da participação e de cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (Santos e Seabra, 2015:113)

Reconhecida a escassez de recursos financeiros e humanos da autarquia, a relação de proximidade estabelecida pela Junta de Freguesia foi determinante para conquistar a adesão dos moradores ao projeto, levando-os a participar, quer na realização das obras, quer na comparticipação financeira. A este propósito, Santos e Seabra (2015) salientam que é da combinação dos recursos internos à comunidade, com novas contextualizações

e modos de fazer, que na maioria das vezes emerge a inovação social, constituindo-se como um dos seus traços distintivos. O estado de degradação das habitações, aliado à morosidade observada na intervenção da entidade gestora, constituíram para Junta de Freguesia fatores de incómodo, levando-a a procurar novos parceiros e novas soluções para a resolução dos problemas, no sentido da procura de bem-estar dos moradores. Neste sentido, a função do empreendedor social perante uma situação problemática é reconhecer constrangimentos e bloqueios e fornecer novos modos de a desbloquear (Ferreira, 2005). Do mesmo modo, Alves e Almeida (2015) referem que as inovações que surgem nos novos movimentos sociais acontecem como produto de uma construção coletiva, decorrente da partilha de uma matriz de princípios identitários e de uma posição de adversidade face às normas e instituições conservadoras (Alves e Almeida, 2015:43). Ionescu (2015) refere que se deposita muita esperança na inovação social a nível local, bem como a nível nacional e global, porque as estruturas e políticas existentes não conseguem resolver algumas das questões mais urgentes do nosso tempo e as pessoas estão cada vez mais conscientes de que é hora de trabalhar em conjunto para encontrar novas soluções para os problemas que a sociedade vai enfrentando. Referindo-se ao papel da inovação social na administração das cidades, Bonneau (2015) defende que, a fim de promover e beneficiar da inovação social, as cidades precisam de mudar os seus sistemas de governação e abrir o processo a todos os atores, da administração aos cidadãos, incluindo as ONG e outras partes interessadas, e que essas mudanças na gestão urbana são, elas próprias, uma forma de inovação social. A inovação reside assim, no princípio de que a gestão urbana não é vista como um processo isolado, separado da realidade e dos cidadãos, mas procura experimentar novos métodos de trabalho dentro da administração, juntamente com as partes interessadas e os cidadãos. A inovação coloca os indivíduos no centro de um modelo de gestão que se revela mais holístico e tem o potencial de enriquecer o papel dos cidadãos na sociedade (BEPA, 2011). Como pudemos observar neste caso de estudo, a inovação social pode fornecer novas soluções para as questões orçamentais, humanas e legais que as administrações locais enfrentam cada vez mais e pode desempenhar um papel crucial na identificação de soluções para questões sociais que não são atendidas pelos atores tradicionais (BEPA, 2011:66). A inovação social pode igualmente contribuir para o reforço da coesão social e para formas de vida novas e mais sustentáveis para todos os grupos da população, incluindo os jovens. A inovação social representa neste projeto a procura de uma solução inovadora, uma nova forma de organização e novas interações para a questão da habitação social, que se

concentra em novas formas de colaboração entre a administração local da cidade, os cidadãos e as associações. Outro dos aspetos a destacar, diz respeito à forma como o projeto tem sido desenvolvido, estendendo-se atualmente aos espaços exteriores, quer tratando do arranjo dos passeios e jardins, quer envolvendo o lazer, o desporto e outras atividades culturais. O estado atual dos lotes, a sua aparência e envolvência, e conforme pudemos observar, não tem comparação com o estado em que se encontravam em 2012. Esta demonstração é com frequência realizada pela Junta de Freguesia quando é convidada a participar em diversos fóruns recorrendo à apresentação de imagens do estado “antes e do atual”.

5.3. Estudo de Caso da Freguesia de Afife: Projeto de ATL na Escola Básica

Breve caracterização da freguesia

Localizada à beira-mar e a 12 km da sede do concelho, Afife é uma freguesia do concelho de Viana do Castelo, com 11,08 km² de área e 1632 habitantes (2011), perfazendo uma densidade populacional de 147,3 habitantes/km². Na década de 2001 a 2011, perdeu população, apresentando um saldo negativo de 2,68% nessa década. Por seu turno, a região Norte e o concelho de Viana do Castelo, mantiveram crescimento populacional com taxas de variação positivas de 0,06% e 0,11%, respetivamente. Relativamente à estrutura etária, a freguesia de Afife apresenta uma percentagem da população mais idosa (65 e mais anos) de 26,10%, que consideramos elevada face ao mesmo valor nacional, concelhio e regional. Assim, relativamente à idade média da população (47,46 anos), é igualmente superior comparativamente aos outros locais. Observa-se igualmente uma menor taxa de população jovem nos grupos etários 0-14 e 15-24 face aos valores nacionais, concelhios e regionais.

Na freguesia, o índice de envelhecimento regista (em 2011) o valor 240,7, sendo significativamente superior, comparativamente, quer ao índice de envelhecimento nacional (127,8), quer ao regional (113,3), quer ao do concelho (138,7). Com um índice de dependência de idosos (41,4) igualmente elevado, apresenta consequentemente um índice de renovação da população em idade ativa substancialmente inferior (56,49) face ao valor nacional (94,34), ao valor regional e ao valor concelhio. O índice de dependência de jovens, registando o valor 17,2, é inferior, comparativamente aos demais locais em análise, o que se pode justificar pela reduzida proporção de população jovem.

Relativamente ao nível de instrução da população, a taxa de analfabetismo de 3,86% é inferior à taxa nacional (5,22%), à taxa da região norte (5,00%) e à do concelho (4,43%). A taxa de população residente com o ensino superior completo (22,77%) é substancialmente superior à do concelho, verificando-se igual tendência relativamente à proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (36,85%) e à proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (51,34%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de atividade na freguesia (44,79%) é inferior à média nacional (47,56%), à média regional (47,59%) e à média do concelho (46,87%). O indicador da taxa de desemprego na freguesia, em 2011, era de 11,63%, enquanto o valor nacional atingia 13,18%, a região norte 14,47% e a nível do concelho 12,46%. A proporção de profissionais socialmente mais valorizados na freguesia (34,06%) é substancialmente superior, comparativamente às outras dimensões territoriais em análise. Relacionados com a área social do estudo de caso da freguesia de Afife, os indicadores de educação apontam para uma menor taxa de abandono escolar de 1,15% comparativamente à taxa de abandono escolar a nível nacional, (1,70%), concelhio (1,46%) e regional (1,53%).

Breve caracterização do entrevistado: Presidente

O atual presidente da Junta de Freguesia de Afife, eletricitista de profissão e com 58 anos de idade, tem integrado os executivos da Junta de Freguesia desde 1987 como secretário e tesoureiro, tendo sido pela primeira vez eleito como presidente em 2009 e reeleito em 2013. No início da entrevista, que decorreu na sede da Junta de Freguesia ao longo de mais de duas horas, salienta a sua independência face aos partidos políticos, reforçando o seu empenho pessoal em manter boas relações com todas as diferentes forças políticas com vista a congregar esforços e sinergias com o fim último de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes da freguesia onde nasceu. Salienta também que para se ser autarca é necessário estar próximo da população e ter um bom conhecimento de freguesia.

O Projeto de ATL na Escola Básica

De acordo com o que nos foi revelado na entrevista, este projeto teve como objetivo central impedir o encerramento definitivo da escola básica. Foi desenvolvido em três fases distintas, envolvendo-se empenhadamente o autarca nas principais iniciativas devidamente pensadas e estruturadas com vista a alcançar o objetivo delineado. O decréscimo continuado da taxa de natalidade da freguesia e das freguesias vizinhas, com repercussão no decréscimo do número de alunos, e o envelhecimento do edifício escolar com degradação das instalações, eram aspetos que, para o autarca, conduziriam a escola ao encerramento. Isto porque, como se observava, alguns residentes optavam pelas escolas da cidade levando os filhos para fora da freguesia. Assim, e numa primeira fase, o autarca intercedeu pela requalificação da escola, numa segunda fase, sensibilizou os pais e por fim criou na escola as condições desejáveis para que os alunos voltassem e aumentassem: a criação da valência de Atividades de Tempo Livre (ATL).

Iniciativas desenvolvidas

Face à degradação da escola e ao reduzido número de alunos a sobrevivência da escola estaria seriamente em causa. Este aspeto suscitou no autarca a necessidade de promover rapidamente a requalificação da escola e propôs ao presidente da Câmara Municipal de Viana que a escola deveria ser requalificada para evitar que ruísse e que essa era uma condição para que aceitasse ser candidato à assembleia de freguesia, o que se veio a concretizar pelo acordo das negociações com a Câmara Municipal. As obras de requalificação da escola iniciaram-se no início de 2010, tendo sido concluídas no mês de setembro desse mesmo ano. No entanto, e ainda durante o processo de requalificação da escola (da qual o autarca salienta os quadros interativos como expoente máximo da tecnologia ao serviço da educação), eis que o Ministério da Educação através da Resolução do Conselho de Ministros 44/2010¹⁶ anuncia, no início de junho de 2010, o

¹⁶ A Resolução do Conselho de Ministros 44/2010, de 14 de Junho publicada no Diário da República n.º 113/2010, Série I de 2010-06-14, estabelece orientações para o reordenamento da rede escolar: adaptar a rede escolar ao objetivo da escolaridade de 12 anos para todos os alunos; adequar a dimensão e as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar; promover a racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino. Esta resolução determina que as escolas do 1.º ciclo do ensino básico devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos.

encerramento de cerca de cinco centenas de escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos. A escola de Afife tinha nesse ano inscritos 15 alunos e seria uma das escolas a encerrar, apesar das obras de requalificação em curso e orçadas em meio milhão de euros. Esta medida do Ministério da Educação baseia-se no princípio de que o sucesso escolar está relacionado com a dimensão das escolas, dado que as escolas de muito pequena dimensão apresentam taxas de insucesso escolar muito superiores à média nacional. Perante esta situação, e com a escola requalificada, seria “impensável” para o autarca deixá-la fechar agora por insuficiente número de alunos, medida essa imposta, na altura, pelo Ministério, apesar do elevado montante despendido nas obras de requalificação. Assim, e como nos relata o nosso entrevistado, resolveu encetar uma abordagem pessoal junto de todos os pais e encarregados de educação, aos quais pediu para que inscrevessem de novo os filhos na escola de Afife, convidando-os a visitar a escola, agora com excelentes condições de funcionamento para a aprendizagem. De salientar que após a conclusão das obras no mês de setembro, o presidente abria a escola frequentemente para que a população em geral, e os pais em particular, a pudessem visitar. Nesse período, salienta que escola se manteve quase sempre aberta.

Mas, não obstante a escola melhorada, o autarca sentiu que, por si, tal aspeto não se revelava suficiente para convencer os pais e encarregados de educação, porque muitos deles já tinham a sua vida estruturada em torno das escolas que os filhos frequentavam e não estariam na disposição de experimentarem de novo sobressaltos provocados pela incompatibilidade do horário de funcionamento da escola e horário do emprego. Convém lembrar que a abertura da escola é às 09 horas e a saída para o emprego para muitos dos pais acontece antes dessa hora, e por isso não têm onde, nem com quem, deixar os filhos em segurança antes do horário da escola.

Para ultrapassar aquela dificuldade dos pais e encarregados de educação, o autarca decide então pela criação dentro da escola de uma valência de Atividades de Tempos Livres (ATL), contratando para o efeito uma nova funcionária e assegurando o transporte gratuito para os alunos cujos pais solicitassem.

Com horário de abertura às 07 horas da manhã, acolhendo e ocupando em segurança os alunos até ao horário da escola e mantendo-os de novo ocupados depois do fim das aulas até às 19 horas, a resposta do ATL foi determinante para que muitos pais considerassem definitivamente a inscrição na escola dos seus filhos, o que se concretizou, tendo a escola recuperado o número de alunos indispensável ao seu normal funcionamento, segundo os requisitos sugeridos pelo Ministério da Educação. Neste

processo, e uma vez viabilizado o normal funcionamento da escola requalificada, vieram para Afife os alunos das escolas das freguesias vizinhas, cujas escolas foram, entretanto, encerrando por insuficiente número de alunos.

Parceiros associados

A Câmara Municipal de Viana do Castelo desenvolve com a Junta de Freguesia uma estreita cooperação, como foi o caso da requalificação da escola básica, tendo a mesma permitido dotar a escola de novas tecnologias, como são os quadros interativos que são considerados como um importante apoio educativo. A Casa do Povo, da qual o autarca também é presidente, revelou-se num importante parceiro neste projeto porque proporciona o serviço de transporte das crianças o que em muito ajudou ao desenvolvimento do projeto.

Financiamento do Projeto.

O nosso entrevistado demonstra o seu natural orgulho por ter conseguido contornar todos os obstáculos que se apontaram no seu caminho como quase intransponíveis com vista ao encerramento da escola, que por fim evitou para o bem da sua freguesia. O recurso à criação do ATL foi determinante, bastando para tal a contratação de uma nova funcionária dedicada, com o horário repartido por dois períodos, o da manhã e o da tarde, o que representa para a Junta de Freguesia uma despesa mensal orçamentada em 1000 euros destinada exclusivamente ao pagamento do salário da funcionária e despesas com materiais diversos para a realização das atividades de tempos livres das crianças.

Impactos do Projeto

De acordo com os dados recolhidos durante a entrevista, no ano 2010 estavam inscritos na escola básica 15 alunos, número que, face ao estabelecido pelo quadro legislativo de então, era manifestamente insuficiente para manter a escola em funcionamento. Com as obras de requalificação da escola e a criação do ATL com o transporte gratuito dos alunos deu-se novo alento e vida à escola, sendo que no ano letivo 2016/2017, distribuídos pelos quatro anos de ensino básico, frequentam a escola básica

de Afife 54 alunos. Simultaneamente, a instalação do ATL na escola básica criou um novo posto de trabalho, dando emprego a uma nova funcionária.

5.3.1 Análise SWOT

Tabela 3- ATL da Escola Básica de Afife- análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos fracos
Sentimento de pertença à Escola; Identidade reforçada da Freguesia; Envolvimento de proximidade com a população; Conhecimento dos problemas demográficos;	Diminuída taxa de natalidade; Movimento sazonal da população; Escassez de recursos financeiros.
Oportunidades	Ameaças
Maior sentimento de segurança na educação básica; Melhor apoio socioeconómico às famílias; Melhor qualidade de vida.	Envelhecimento da população; Desemprego local; Diminuição da natalidade.

Como pontos fortes desta iniciativa, empreendida pela Junta de Freguesia, emerge um forte sentimento de pertença à Escola vivenciado pela população que aderiu e correspondeu ao empenho do autarca na defesa da atividade escolar na freguesia, sendo que o envolvimento de proximidade do autarca com os pais e encarregados de educação foi determinante nesse processo. O conhecimento e preocupação com a tendência demográfica regional e local são fatores decisivos no processo de tomada de decisão na defesa da escola, o qual culmina com o desenvolvimento de uma nova resposta social de apoio à educação e à natalidade que responde muito satisfatoriamente às necessidades das expectativas da população. O envelhecimento progressivo da população, o desemprego e a diminuição da natalidade, constituem sérias ameaças ao projeto do ATL por perda de alunos. No entanto, o encerramento das escolas nas freguesias vizinhas, que acresceu significativamente o número de alunos nesta escola, contribui significativamente para a sustentabilidade e continuidade da valência de ATL.

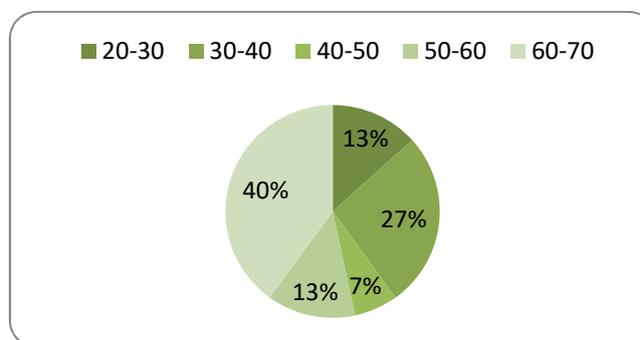
5.3.2. Análise Custo-Benefício

Na freguesia de Afife foram aplicados e recolhidos 30 questionários com respostas completas a todas as questões formuladas.

De seguida, e incluída na primeira parte do questionário (Dados referentes aos residentes na freguesia), descrevemos a amostra, através da apresentação das suas principais características sociodemográficas.

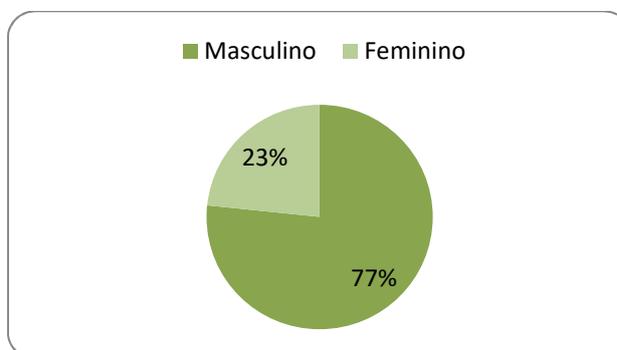
Caracterização da amostra

Gráfico 31- Grupo etário- Freguesia de Afife



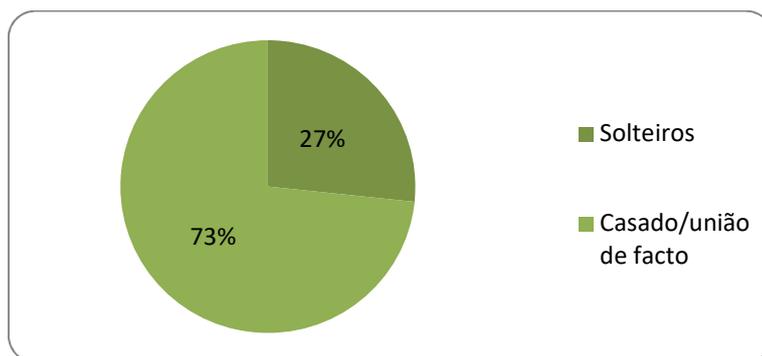
As idades dos inquiridos compreendem-se entre os 20 e os 70 anos de idade. 40% dos inquiridos têm entre os 60 e 70 anos de idade, seguindo-se 27% com idades entre os 30 e 40 anos, 13% entre os 50 e 60, 13% entre 20 e 30 anos de idade e uma pequena percentagem (7%) com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos.

Gráfico 32- Género- Freguesia de Afife



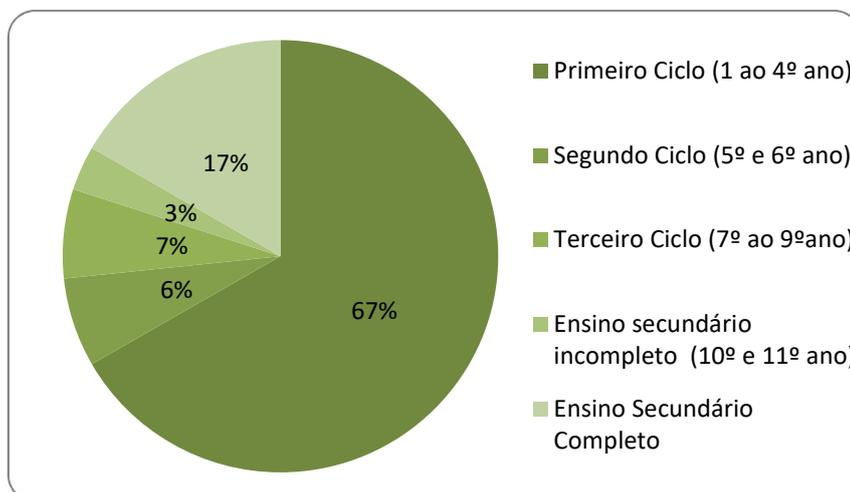
A maioria (77%) dos inquiridos são do género masculino e 23 % são do género feminino.

Gráfico 33- Estado civil- Freguesia de Afife



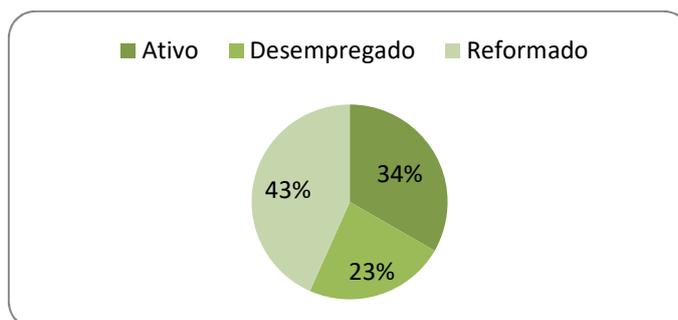
Relativamente ao estado civil dos inquiridos, na sua maioria (73%) são casados, e 27% são solteiros.

Gráfico 34- Habilitações literárias- Freguesia de Afife



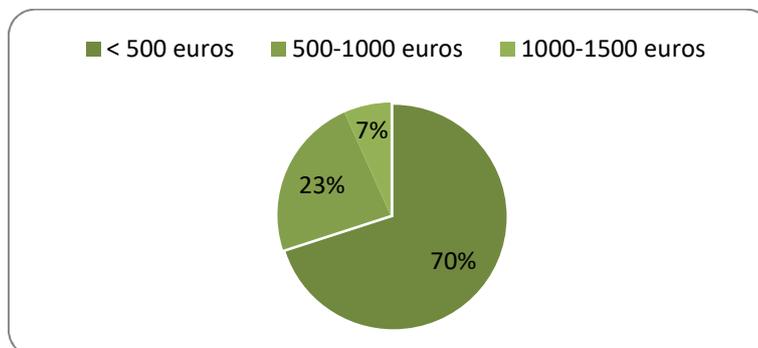
Conforme os dados obtidos, na sua maioria (67%) detêm habilitações literárias ao nível do primeiro ciclo (1º ao 4º ano), 17 % têm o ensino secundário completo, 7% têm o terceiro ciclo, 6% têm habilitações ao nível do segundo ciclo e 3% possuem o ensino secundário incompleto.

Gráfico 35- Situação profissional - Freguesia de Afife



A nível profissional 43% encontram-se ativos, sendo que 23% são desempregados e 34% encontram-se reformados.

Gráfico 36- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Afife



Ao nível do rendimento mensal referido pelos inquiridos, a maioria (70%) refere auferir menos de 500€, seguindo-se 23% que auferem entre 500 e 1000€, e 7% refere auferir entre 1000 e 1500.

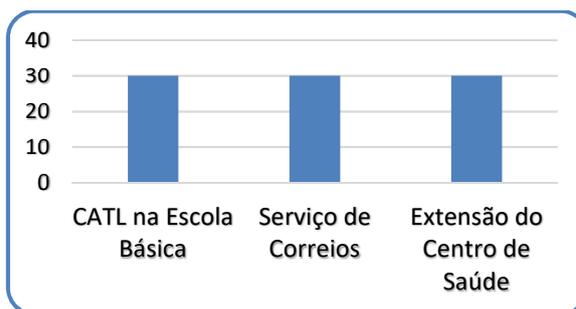
A análise das preferências

Passamos agora a apresentar a distribuição das respostas a cada uma das questões colocadas.

Questão nº 7- Identifique as atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia

Com esta questão pretendemos que os residentes se refiram às principais atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia, nas quais participaram ou detêm o conhecimento da sua realização e desenvolvimento. As atividades desenvolvidas são demonstradas no gráfico seguinte:

Gráfico 37- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia

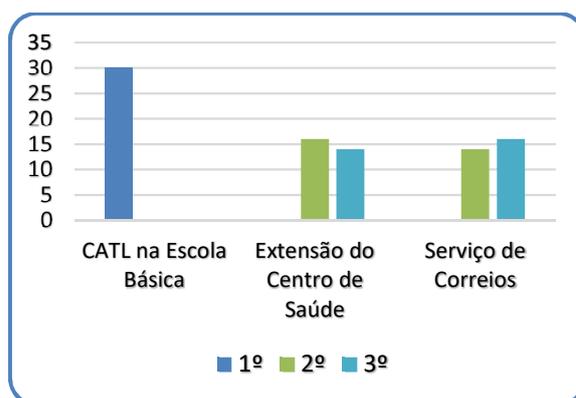


Conforme os dados apresentados, todos os inquiridos identificaram as principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia e que são: O CATL na Escola Básica, O Serviço de Correios e a Extensão de Saúde.

Questão nº8. Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para si da mais importante, para a menos importante.

Nesta questão pretendemos que os inquiridos considerem as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, relativamente à importância que pessoalmente lhe atribuem, sendo que a atividade referida em primeiro lugar (nº1) é considerada a mais importante e a referida em terceiro lugar (3º) é considerada a menos importante. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 38- Ordenação das atividades (residentes)

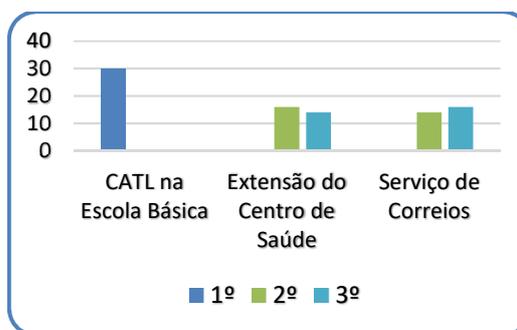


De acordo com os dados obtidos, a atividade “CATL na Escola Básica” é apontada pela totalidade dos indivíduos inquiridos seguindo-se a “Extensão de Saúde” e referida em terceiro lugar, surge a atividade “Serviço de Correios”.

Questão nº9- Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante:

Pretendemos com a questão seguinte que os residentes considerem a importância que de um modo geral cada atividade pode representar para a comunidade, sendo que a primeira será a que tem maior importância para a comunidade e a terceira, a que for de menor importância. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 39- Ordenação das atividades (comunidade)

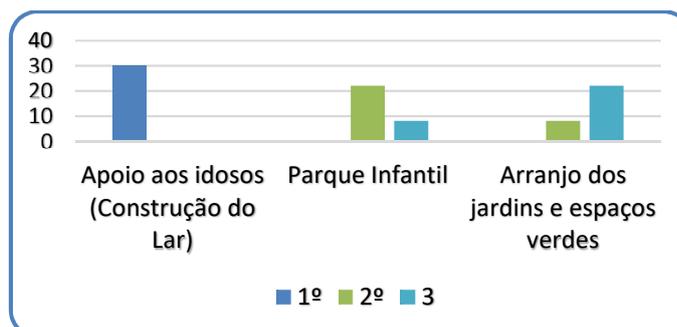


Pela observação dos dados obtidos, todos os inquiridos identificaram o CATL como sendo a atividade mais importante, quer para si (questão 8), quer para toda a comunidade (questão 9). Em segundo lugar, em termos de importância, quer para o próprio, quer para toda a comunidade, foi considerada a Extensão do Centro de Saúde, e o Serviço de Correios foi apontado também como sendo a segunda atividade mais importante por uma percentagem de inquiridos (46,7%) quase próxima da percentagem correspondente à Extensão do Centro de Saúde (53,3%).

Questão nº10- Considera que existe alguma atividade que a Junta de Freguesia pudesse desenvolver e que não desenvolve, mas você gostaria que fosse desenvolvida?

Nesta questão, pretendemos averiguar junto dos residentes, quais as atividades que gostariam que fossem desenvolvidas pela Junta de Freguesia e ainda não o foram.

Gráfico 40- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia

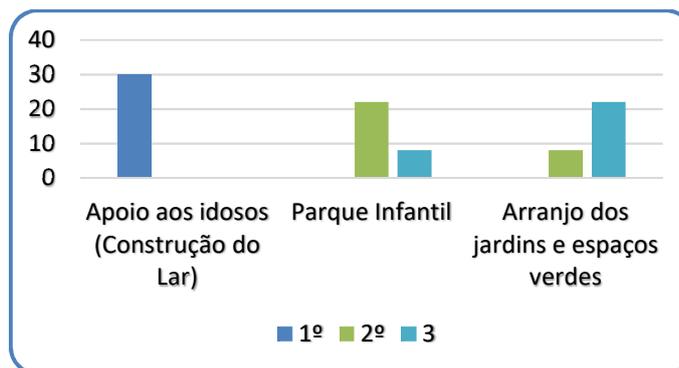


Pelos dados recolhidos, todos os inquiridos se referem à necessidade do “Apoio aos idosos /Construção do Lar)” como atividade que devia ser desenvolvida pela Junta de Freguesia. O “Parque infantil” e o “Arranjo dos jardins e espaços verdes”, são atividades que segundo a opinião dos inquiridos deveriam ser desenvolvidas pela Junta de Freguesia.

Questão nº11- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a si da mais importante, para a menos importante.

Identificadas as atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia, pretendemos agora que os inquiridos se refiram à sua importância, distinguindo-as da mais importante para a menos importante. Os dados obtidos, são demonstrados no gráfico seguinte:

Gráfico 41- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)

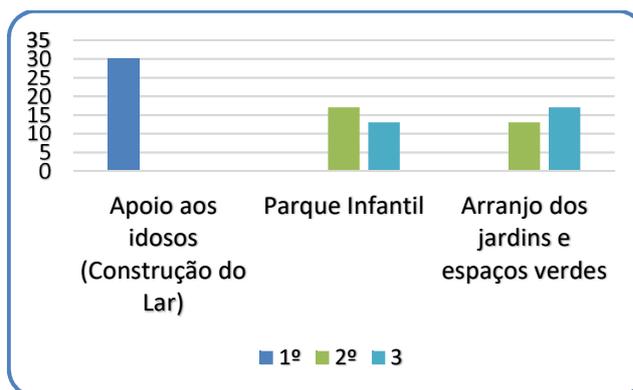


De acordo com os dados obtidos, a totalidade dos inquiridos consideram que a atividade de “Apoio os idosos” que envolve a construção de um lar é a mais importante que devia ser desenvolvida, seguindo-se a criação do “Parque infantil e o “arranjo dos jardins e espaços verdes”.

Questão nº12- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

Pretendemos nesta questão, averiguar a importância que os inquiridos lhe atribuem na perspetiva da comunidade. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte.

Gráfico 42- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade)

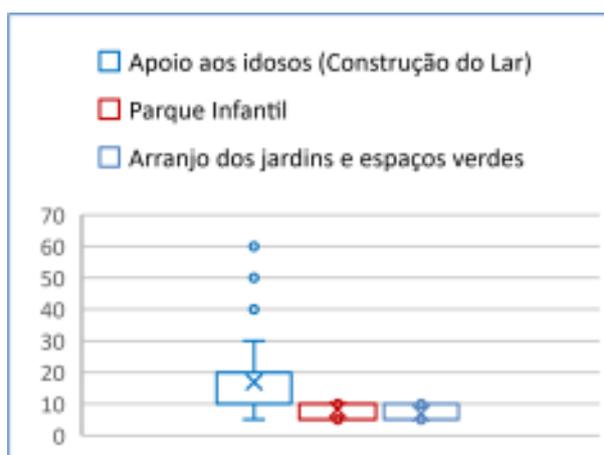


A maioria dos inquiridos identificou, quer para si (questão 11), quer para a comunidade (questão 12), o apoio aos idosos como a atividade que prioritariamente deveria ser desenvolvida, encontrando-se em segundo lugar o Parque infantil e em terceiro lugar, o arranjo dos jardins e espaços verdes.

Análise das predisposições

Questão nº13- Para cada atividade que gostaria ver a desenvolver pela Junta de Freguesia, diga quanto estaria disposto a pagar para que a Junta as desenvolva.

Gráfico 43- Predisposição a pagar pela atividade não desenvolvida



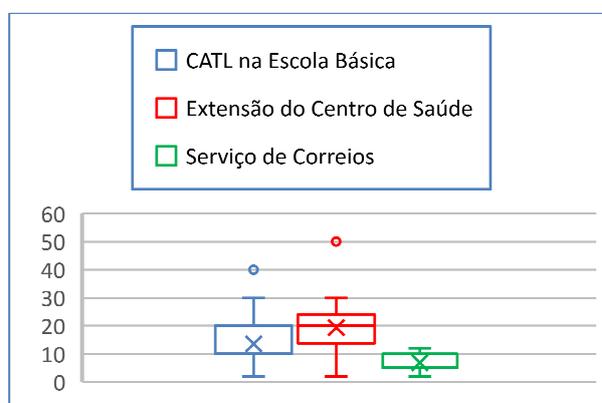
Conforme demonstra o gráfico acima, a atividade associada ao Apoio aos Idosos (Construção de um Lar) é aquela que regista uma maior predisposição a pagar – perto de 17 € (anuais), (pouco) mais do dobro da predisposição a pagar pelo Parque Infantil – perto de 8 € (anuais) -, sendo este valor ligeiramente superior à predisposição a pagar pelo

Arranjo dos Jardins e Espaços Verdes – perto dos 7 € (anuais). Sobretudo do ponto de vista da atividade Apoio aos Idosos, estes resultados estão em perfeita sintonia com aqueles obtidos nas questões 11 e 12.

Questão n.º 14- Relativamente às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, quanto estaria disposto a pagar para que não deixem de existir na sua Freguesia:

Na questão seguinte, pretendemos avaliar a predisposição dos inquiridos para pagar para que as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia não terminem.

Gráfico 44- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem

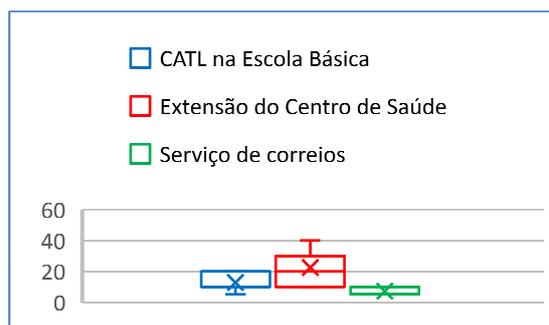


Quanto às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, a análise da predisposição a pagar para que as mesmas não terminassem (Questão 14) revela que a Unidade de Cuidados de Saúde apresenta o maior valor médio de predisposição a pagar – perto de 19 € (anuais) – o que, tendo em conta os resultados obtidos nas questões 8 e 9, parece indicar que, reconhecendo a importância primordial do CATL na Escola Básica, os inquiridos reconhecem também que, eventualmente, tendo em conta a sua própria utilização (presente e futura) do Centro de Saúde, para que esta atividade não terminasse, estariam dispostos a pagar mais do que em relação ao CATL na Escola Básica e o serviço de Correios.

Questão n.º15-Relativamente às atividades desenvolvidas pela JF, quanto estaria disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique.

Por último, questionámos os residentes, sobre o montante de quanto estariam dispostos a pagar para que o fim das atividades não os prejudicasse. A predisposição é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 45- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique



Conforme se demonstra no gráfico é de forma coerente com a questão anterior, a predisposição para evitar o encerramento daquelas três atividades apresenta maiores valores em relação à Extensão do Centro de Saúde.

5.3.3. Discussão dos resultados

Referindo-se a outros desafios igualmente importantes para a freguesia e nos quais se envolveu, o autarca salienta ainda o seu empenho no normal funcionamento da extensão de saúde, a qual como refere, funcionava apenas duas vezes por semana e esteve igualmente em risco de fechar. Atualmente a extensão de saúde funciona todos os dias de segunda a sexta-feira servindo toda a população com cuidados de saúde primários. Outra das conquistas que igualmente considera importante para a freguesia, foi impedir o encerramento do posto de correios, tendo-o evitado pelo aluguer à REFER da estação de comboios para onde transferiu os serviços administrativos da Junta de Freguesia que incluem os serviços de correio. Localizada numa pequena praça no centro da Freguesia, a estação de comboios assumiu assim uma nova centralidade no serviço público prestado à população. De salientar neste caso que a estação de comboios se encontrava inoperacional e como tal, também em processo de degradação. De forma semelhante à solução socialmente inovadora que encontrou para a continuidade da escola básica, também para manter o serviço de correios na freguesia, o autarca recorreu a uma solução inovadora ao adquirir por aluguer a antiga estação dos comboios, integrando neste novo espaço central da freguesia os serviços da Junta de Freguesia, os quais igualmente contemplam o atendimento social, em especial aos residentes idosos e aos que enfrentam situação de carência económica.

Ao arrendar a estação de comboios ofereceu à população um serviço melhorado pela acessibilidade a bens e serviços, dado que se conjuga num único espaço, a oferta dos

serviços administrativos, com a oferta dos serviços de correio. Assim, neste contexto, e na perspetiva de Bernardino e Santos (2014) o empreendedorismo social deve ser encarado como uma construção multidimensional, que envolve um comportamento empreendedor para o alcance de uma missão social, caracterizando-se pela aplicação de princípios e práticas empreendedoras no fornecimento de bens e serviços.

Pelo que observamos neste caso, as iniciativas da Junta de Freguesia para manter e preservar os serviços públicos à população, ocorrem num quadro de atenção global e integrada procurando o melhor bem-estar possível da população. A atenção que dá ao processo demográfico nacional, em geral, e da sua freguesia em particular (com diminuída taxa de natalidade), aliado ao seu envolvimento próximo com a população, tem envolvido o autarca num desafio que visa contrariar os impactos das alterações demográficas no normal funcionamento dos serviços, como foram os de correio, de saúde e da educação. Neste caso observamos a grande determinação do autarca presidente da Junta de Freguesia em resolver os problemas relacionados com o iminente e definitivo encerramento da escola básica e, tendo superado esses problemas, foi criando novas soluções com valor social acrescido para a comunidade que, com proximidade política, dirige e governa, dando e ganhando confiança à população. De acordo com Dainiene e Dagiliene (2015), o papel e a importância da inovação social tornam-se predominantes na educação, mobilidade social, confiança e vida comunitária, bem-estar infantil, etc. Como em qualquer processo de inovação, logo também neste caso particular de inovação social, os problemas da população transformaram-se em desafios a superar e geraram novas oportunidades - no sentimento de segurança na educação básica; na melhoria de serviços de saúde; no melhor atendimento e apoio às famílias - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Observamos neste caso, que as principais preocupações sociais desta autarquia se prendem com a natalidade, a educação e o inevitável envelhecimento progressivo da população, sendo apontado o desemprego como um fator que contribui fortemente para a primeira, pois a insegurança económica e o receio do futuro são uma barreira considerável à natalidade, problema para o qual Françoise Castex, enquanto deputada do Parlamento Europeu, sugere, no seu trabalho de 2008, ser necessário ajudar as mulheres a conciliar a vida profissional com a vida familiar e os Estados-Membros devem implementar estruturas de acolhimento para as crianças, o que em síntese constituem dois aspetos chave igualmente emergentes deste estudo de caso.

De acordo com Nunes (2013) a educação é considerada um pilar essencial ao desenvolvimento integral de cada pessoa em todas as sociedades modernas e competitivas. Se ao Estado cabe a implementação e organização do ensino primário, secundário, geral e profissional públicos e acessíveis a todos, neste estudo de caso demonstra-se que caberá às autarquias locais o dever de zelar pela otimização das condições de aprendizagem e o desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam às necessidades de desenvolvimento educativo e social das crianças, ao apoio aos pais e encarregados de educação numa efetiva igualdade de oportunidades.

Ao revitalizar a escola e a vida das crianças na escola e na sua freguesia, a função essencial deste projeto, como de qualquer projeto educativo na infância, será sempre a promoção de uma cidadania responsável, crítica e participativa essencial para a formação da personalidade da criança, que a capacitem para ser um cidadão pleno e produtivo num futuro mais ou menos próximo.

5.4. Estudo de Caso da Freguesia de Canaviais- Mercado de Produtores Locais

Breve caracterização da freguesia

A freguesia de Canaviais, com uma área de 19,412 Km², situando-se cerca de 5 km da cidade de Évora, e fora do perímetro urbano da mesma, foi desde a sua origem utilizada como área de hortas, integrando-se numa vasta zona que fornece produtos hortícolas à cidade. Atualmente, e de acordo com a tipologia de áreas urbanas em vigor a freguesia de Canaviais é classificada como área predominantemente urbana. A freguesia revela uma dinâmica populacional distinta do território envolvente. Pertence ao concelho mais dinâmico da região, o concelho de Évora, mas ainda assim, nos Censos 2011, apresenta indicadores populacionais mais favoráveis que os do próprio concelho.

Situada no Alentejo, uma região caracterizada pela fraca densidade populacional (24 habitantes por Km², em 2011), a freguesia de Canaviais nos últimos censos realizados (2011), apresenta um indicador de 177,3 hab./Km², o qual é mesmo superior à média nacional (114,5 hab./Km²). É de destacar a taxa de variação da população residente na freguesia entre os dois últimos Censos realizados. De facto, a população residente na freguesia de Canaviais, entre 2001 e 2011, cresceu 14,7%, sendo que a população residente no concelho de Évora cresceu apenas 0,1%, a população residente no Alentejo

registou uma taxa de variação negativa (-2,5%) e a população residente em Portugal cresceu apenas 2%.

A média de idades da população residente na freguesia em 2011 (39,31 anos) é ligeiramente inferior, quer à média nacional (41,83 anos) quer ao valor do concelho (42,51 anos), sendo que o peso da população no grupo etário 0-14 anos é de 17,6% (14,9% a nível nacional e 14,4% no concelho de Évora) e a população de 65 e mais anos representa 15,6%, enquanto que a média nacional é de 19% e a média no concelho é de 19,7% (na região Alentejo este grupo etário da população representa 24,2%). A estrutura etária da população da freguesia em 2011 reflete-se de forma positiva em indicadores como o índice de envelhecimento – 88,6 (127,8 a nível nacional e 137,10 no concelho de Évora) –, o índice de dependência de idosos – 23,3 (28,8 a nível nacional e 30 no concelho) e o índice de renovação da população em idade ativa – 117,62 (94,34 a nível nacional e 91,07 no concelho). Por outro lado, dado o peso da população jovem, o índice de dependência dos jovens na freguesia (26,3) assume um valor superior, quer à média nacional (22,5), quer à média do concelho de Évora (21,9).

Em termos do nível de instrução da população residente na freguesia em 2011 e com exceção da taxa de analfabetismo (5,87%), a qual é superior à média nacional (5,22%), mas ainda assim muito abaixo da média regional (9,55% no Alentejo), os indicadores, quando comparados com os valores médios nacionais e regionais apresentam-se favoráveis à freguesia. A proporção de população residente na freguesia com ensino superior completo, em 2011, é de 19,58% (23,15% nas mulheres), sendo a média nacional de 15,11% e no concelho de Évora de 20,1%. A nível do ensino secundário também a proporção de população com este nível de ensino completo na freguesia (41,06%) é superior à média nacional (31,69%) e até à média do concelho (39,58%).

No que respeita ao mercado de trabalho, com base nos indicadores dos Censos 2011, verificamos que a taxa de atividade na freguesia (50,44%) é superior, quer à média nacional (47,56%), quer à média do concelho (48,89%). Destacamos o indicador da taxa de desemprego na freguesia que em 2011 era de 8,53%, enquanto o valor nacional atingia 13,18% e a nível do concelho 10,58%. A proporção de profissionais socialmente mais valorizados na freguesia (25,13%), embora inferior à média do concelho (27,18%) influenciada pela presença da Universidade de Évora, é superior à média nacional (22,24%).

Breve caracterização do entrevistado: Presidente

Com 51 anos de idade, residente na freguesia e licenciado em Direito, o atual presidente da Junta de Freguesia de Canaviais, exerce a sua atividade como autarca em regime de não permanência, em meio tempo. Profissionalmente é na qualidade de Assistente Técnico Administrativo que exerce a tempo completo a sua atividade nos serviços administrativos da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Nos mandatos de 2005-2009 e de 2009 a 2013, integrou o executivo da Junta de Freguesia como vogal, na qualidade de Tesoureiro. Integra também, desde 2013, os órgãos sociais do Secretariado Distrital da ANAFRE.

O Mercadinho - Feira de Produtores Locais

O mercado de produtores locais, da freguesia de Canaviais, mais conhecido por Mercadinho, foi implementado pela Junta de Freguesia com o principal objetivo de promoção e desenvolvimento da agricultura local de base familiar. O Mercadinho, feira de produtores locais, realiza-se semanalmente aos domingos na parte da manhã e envolve a participação de um núcleo de seis agricultores/vendedores. No Mercadinho, são comercializados os produtos agrícolas e hortícolas produzidos localmente, tais como vegetais e frutas da época entre outros. Segundo o nosso entrevistado, foi considerado o domingo de manhã para a realização do mercado porque numa freguesia vizinha já se realiza um mercado de âmbito municipal e tratava-se de dar uma resposta quer à população local quer à população que não pode comprar ao sábado, preferindo comprar os produtos frescos ao domingo. De salientar, que os produtos são colhidos frescos na véspera e não são submetidos a qualquer processo de refrigeração ou conservação, isto é, são vendidos frescos. Daí que a Junta de Freguesia tenha numa primeira fase, criado e registado a marca associada ao projeto “Frescos com Tradição *Made in Canaviais*”. A criação e registo desta marca visa assegurar a identificação e designação da produção local produzida segundo os processos tradicionais.

No processo de implementação do projeto, foi importante para a Junta quer o acompanhamento da regulamentação europeia¹⁷, quer a legislação nacional que a este respeito estava a ser preparada e que se destinava ao estabelecimento do regime jurídico dos mercados de produtores locais e que confere às autarquias locais competências para a sua instalação. O mercado de produtores locais teve o seu início em 15 de maio de 2015 e a legislação respeitante foi publicada na semana seguinte, em 21 de maio através do Decreto-Lei n.º 85/2015, publicado no Diário da República n.º 98/2015, Série I.

Para a Junta de Freguesia, a promoção da produção local pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da freguesia, através dos circuitos locais de produção e do consumo, baseados na agricultura familiar e nos produtos transformados de base artesanal. A cooperação entre os vários produtores locais da freguesia pode ajudar a estabelecer soluções concretas e sustentáveis, quer através da comercialização local, quer através da criação de novos circuitos ou novas formas de comercialização.

O que para a Junta esteve na origem da implementação deste projeto foi o conhecimento sobre o papel que no passado tiveram as pequenas quintas situadas nos bairros da periferia da cidade de Évora. As pequenas quintas ou quintinhas eram a principal fonte do abastecimento de produtos hortícolas ao mercado municipal, às mercearias e aos supermercados da cidade de Évora. Com o aparecimento das grandes superfícies e a descida dos preços, aliadas à mudança dos hábitos de consumo, essas pequenas explorações agrícolas foram perdendo competitividade, e os pequenos agricultores foram abandonando a atividade, restando atualmente um reduzido número de agricultores dedicados à produção de produtos hortícolas, nomeadamente localizados na freguesia de Canaviais.

Trata-se, portanto, com este projeto de recuperar o potencial agrícola da freguesia em favor da agricultura local. De salientar ainda que os produtores/vendedores, na

¹⁷ O Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), estabelece que o apoio ao desenvolvimento rural no período 2014-2020 se concentra em seis prioridades, entre as quais o melhorar da competitividade de todos os tipos de agricultura, o assegurar da viabilidade das explorações agrícolas, bem como a promoção da organização de cadeias alimentares, nomeadamente através do desenvolvimento de mercados locais e de cadeias de abastecimento curtas. A produção local, de cariz familiar, assume uma importância relevante na economia nacional, nomeadamente em termos de produtividade, emprego e diminuição da dependência externa. As vendas diretas e as cadeias curtas agroalimentares contribuem para valorizar e promover os produtos locais e, simultaneamente, estimular a economia local, criar emprego, reter valor e população no território.

insuficiência de produção própria, recolhem junto de outros produtores não vendedores, os produtos para venda. Pretende-se assim que toda a produção comercializada seja de origem local, criando oportunidades de comercialização aos pequenos produtores sem habilitação para a venda ao público.

Este projeto é inovador e único no seu modelo de intervenção por ter sido desenvolvido por uma autarquia local- a Junta de Freguesia. O projeto foi estendido à gestão da Cantina Escolar e à promoção e venda do artesanato local e como tal tem sido alvo de interesse por parte de vários municípios, entre os quais o de Campo Maior quando na implementação em 2016 do projeto de hortas sociais solicitou a colaboração da Junta de Freguesia.

Iniciativas desenvolvidas

Uma etapa considerada crucial para a implementação do projeto, foi a conceção pela Junta de Freguesia da marca “*Frescos com Tradição Made in Canaviais*”. Com a criação da marca foi iniciado o processo de sensibilização junto dos produtores locais e dos parceiros e foi o tema central das primeiras reuniões realizadas, nas quais foram expostos os objetivos do projeto e discutidos os vários aspetos integrantes do regulamento interno da atividade do Mercadinho - feira de produtores locais. Para a implementação do projeto, foram selecionados os parceiros locais e regionais, os quais participaram nas fases de planeamento e instalação do mercado local.

Parceiros associados

Para o desenvolvimento do projeto, a Junta de Freguesia estabeleceu parcerias com a Casa do Povo de Canaviais e a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentado e Inovação Social, C.R.L, Rurambiente. A esta última entidade, cabe o papel de assessoria técnica junto dos agricultores na promoção da qualidade no ciclo de vida dos produtos desde a produção à comercialização, enquanto a Casa do Povo representa para a Junta de Freguesia uma interface de eleição para a relação próxima com os agricultores.

Financiamento do Projeto

Indispensável à instalação do mercadinho, foi a aquisição pela Junta de Freguesia dos equipamentos e materiais tais como as seis bancas, seis tendas e outros materiais de suporte publicitário indispensáveis à venda dos produtos o que representou no ano de 2015 uma despesa global de 4400 euros. Os vendedores ficaram no primeiro ano isentos de taxas aplicando-se a partir de 2016 inclusive uma taxa mensal de 10 euros por agricultor.

Impactos do Projeto

O projeto do Mercadinho, que envolveu no seu processo inicial seis agricultores e respetivas famílias, proporciona a ocupação a tempo completo de dois agricultores anteriormente desempregados e a ocupação a tempo parcial de outros dois familiares dos agricultores (criação líquida de emprego). A feira de produtores locais de periodicidade semanal, realizada aos domingos de manhã, comercializa preferencialmente: produtos hortícolas de consumo imediato e fresco; produtos agrícolas, secos ou frescos, de natureza conservável; frutas; produtos agroalimentares (queijos, mel, compotas, licores). A comercialização dos produtos foi também estendida à Escola Básica para a confeção das refeições substituindo os produtos adquiridos junto dos retalhistas e grossistas sendo que o montante médio mensal dos produtos hortícolas transacionados com a Escola é de 500 euros. Com a implementação da Feira de Produtores, a Junta de Freguesia desenvolveu paralelamente um plano de animação cultural no espaço central do mercado, o qual envolve atividades essencialmente musicais, de dança e dos cantares populares, onde participam voluntariamente os grupos e associações locais, do concelho, e regionais. O espaço do mercado local torna-se assim também num novo espaço de convivência social na freguesia que é determinante para a diversificação dos processos de comercialização entre os quais se tem tornado significativa a entrega dos produtos no domicílio, restaurantes e instituições com serviço de confeção de refeições.

5.4.1. Análise SWOT

Tabela 4- Mercadinho de Canaviais: análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos fracos
Produtos frescos com qualidade; Relação de proximidade entre vendedores e consumidores; Agricultura de base tradicional; Preservação ambiental	Adversas condições climatéricas da venda; Pouca oferta de alguns produtos dada a ênfase que é dada aos produtos da época
Oportunidades	Ameaças
Divulgação dos produtos locais; Abertura de novos mercados; Abertura a novas formas de comercialização baseada em novas tecnologias.	Concorrência de outros mercados nas freguesias próximas; Forte concorrência dos hipermercados.

Da análise SWOT retiramos que, os pontos fracos e ameaças identificados têm sobretudo a ver com a ainda reduzida dimensão do Mercadinho. Em nosso entender, o próprio desenvolvimento da iniciativa contornará as ameaças identificadas. Destacamos positivamente o facto de se tratar de um projeto de inovação social autossuficiente do ponto de vista financeiro, retirando qualquer inibição ao seu crescimento. As oportunidades que se apresentam, prendem-se essencialmente com uma crescente procura dos produtos por parte de consumidores individuais ou coletivos o que representa um desafio para os agricultores no sentido de aumentarem e a melhorarem as suas instalações produtivas procurando eficiência e rentabilidade, mantendo a qualidade.

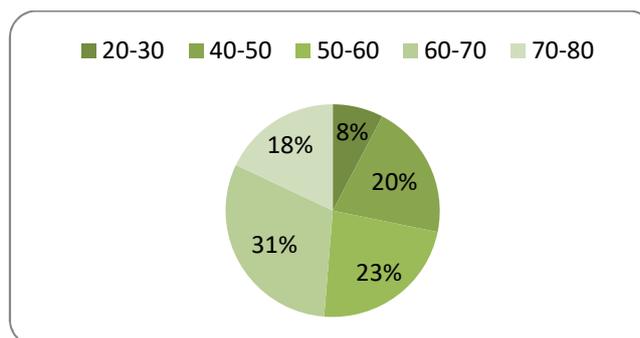
5.4.2 Análise Custo-Benefício

Na freguesia de Canaviais foram aplicados e recolhidos 39 questionários com respostas completas a todas as questões formuladas. De salientar neste processo a disponibilidade e amabilidade da Direção do Banco do Tempo de Évora que colaborou na aplicação de um conjunto de questionários junto dos seus colaboradores residentes na freguesia.

De seguida, e incluída na primeira parte do questionário (Dados referentes aos residentes na freguesia), descrevemos a amostra, através da apresentação das suas principais características sociodemográficas.

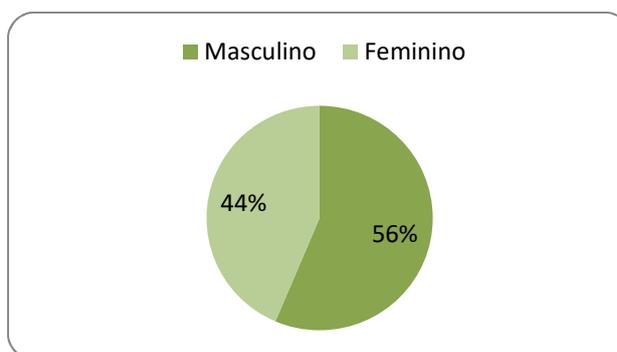
Caracterização da amostra

Gráfico 46- Grupo etário- Freguesia de Canaviais



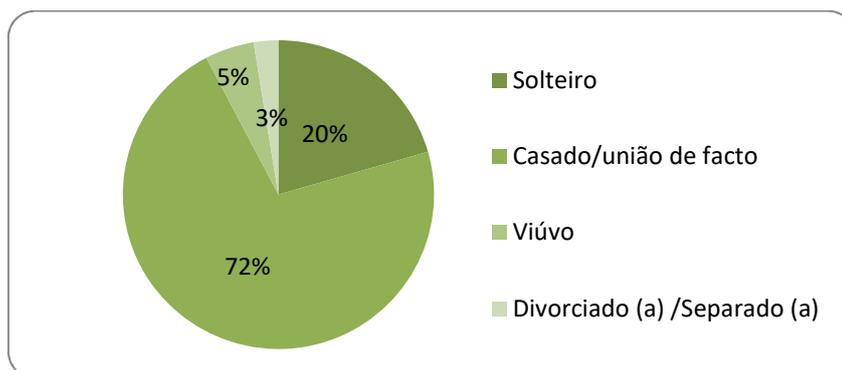
As idades dos inquiridos compreendem-se entre os 20 e os 80 anos de idade. 31% dos inquiridos têm entre os 60 e 70 anos de idade, seguindo-se 23% com idades entre os 50 e 60 anos, 20% entre os 40 e 50, 18% entre 20 e 30 e uma pequena percentagem (8%) com idades compreendidas entre os 70 e os 80 anos de idade.

Gráfico 47- Género- Freguesia de Canaviais



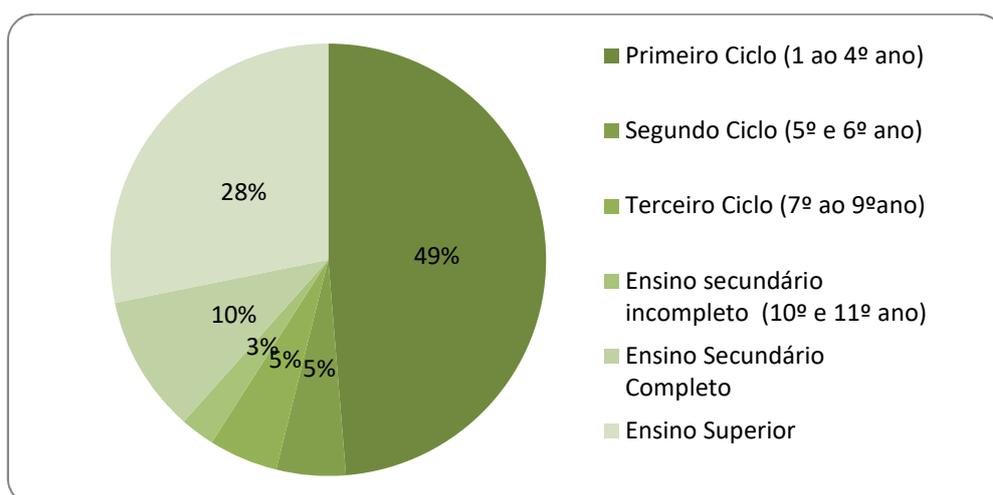
A maioria (56%) dos inquiridos são do género masculino, sendo 44% do género feminino.

Gráfico 48- Estado civil - Freguesia de Canaviais



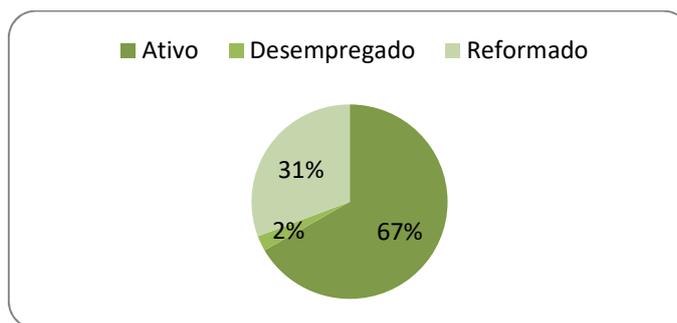
Relativamente ao estado civil dos inquiridos, na sua maioria (72%) são casados, 20% são solteiros, 5% são viúvos e 3% dos inquiridos são divorciados.

Gráfico 49- Habilitações literárias- Freguesia de Canaviais



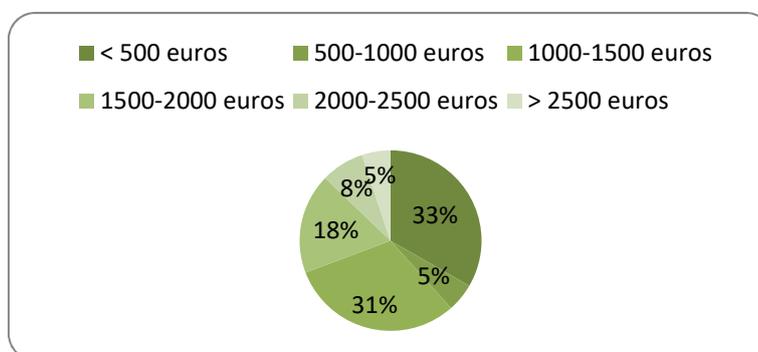
Conforme os dados obtidos, na sua maioria (49%) detêm habilitações literárias ao nível do primeiro ciclo (1º ao 4º ano), 28 % têm o ensino superior, 10% têm o ensino secundário incompleto e 5% têm habilitações ao nível do segundo e terceiro ciclos, respetivamente, e 3% possuem o ensino secundário completo.

Gráfico 50- Situação profissional- Freguesia de Canaviais



A nível profissional, 67% encontram-se ativos, sendo que 31% são desempregados e 2%, encontram-se reformados.

Gráfico 51- Rendimento mensal auferido- Freguesia de Canaviais



Ao nível do rendimento mensal referido pelos inquiridos, a maioria (33%) refere auferir menos de 500€, seguindo-se 31% que auferem entre 1000 e 1500€, 18% auferem entre 1500 e 2000€, 8% auferem entre 2000 e 2500€ e por fim uma pequena percentagem (5%) que refere auferir mais de 2500 €.

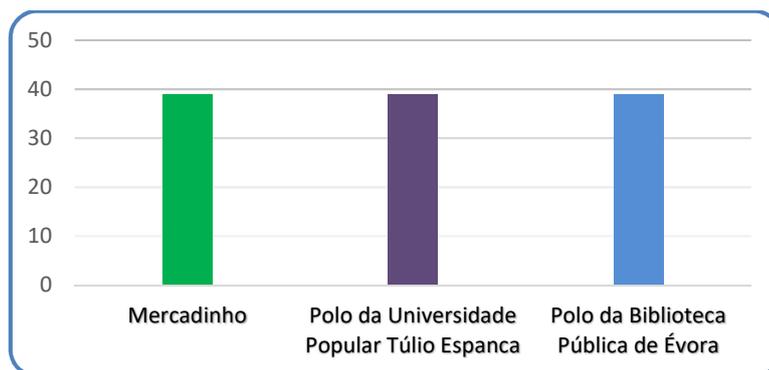
A análise das preferências

Passamos agora a apresentar a distribuição das respostas a cada uma das questões colocadas.

Questão nº 7- Identifique as atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia

Com esta questão pretendemos que os residentes se refiram às principais atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia, nas quais participaram ou detêm o conhecimento da sua realização e desenvolvimento. As atividades desenvolvidas são demonstradas no gráfico seguinte:

Gráfico 52- Principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia

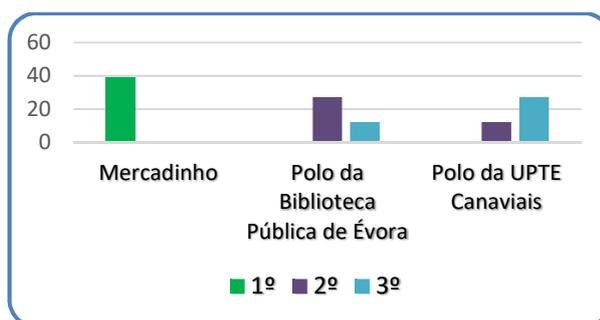


Conforme os dados apresentados, todos os inquiridos identificaram as principais atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia e que são: O Mercadinho, o Polo da Universidade Popular Túlio Espanca e o Polo da Biblioteca Pública em Canaviais.

Questão nº8. Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para si da mais importante, para a menos importante.

Nesta questão pretendemos que os inquiridos considerem as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, relativamente à importância que pessoalmente lhe atribuem, sendo que a atividade referida em primeiro lugar (nº1) é considerada a mais importante e a referida em terceiro lugar (3º) é considerada a menos importante. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 53- Ordenação das atividades (residentes)

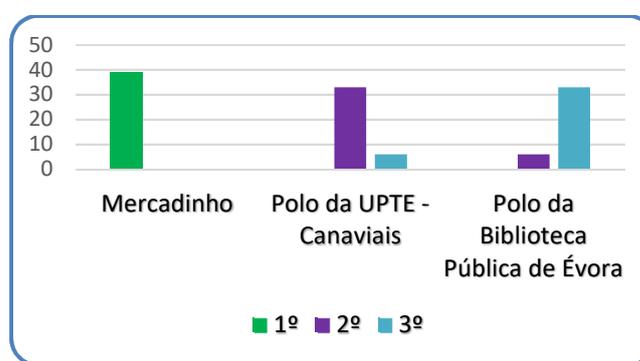


De acordo com os dados obtidos, a atividade “Mercadinho” é apontada pela totalidade dos indivíduos inquiridos seguindo-se o Polo da Biblioteca e referida em terceiro lugar surge a atividade “Polo da Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE)”.

Questão nº9- Ordene as atividades desenvolvidas, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

Pretendemos agora, com a questão seguinte, que os residentes considerem a importância que de um modo geral cada atividade pode representar para a comunidade, sendo que a primeira será a que tem maior importância para a comunidade e a terceira a que for de menor importância. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte:

Gráfico 54- Ordenação das atividades (comunidade)

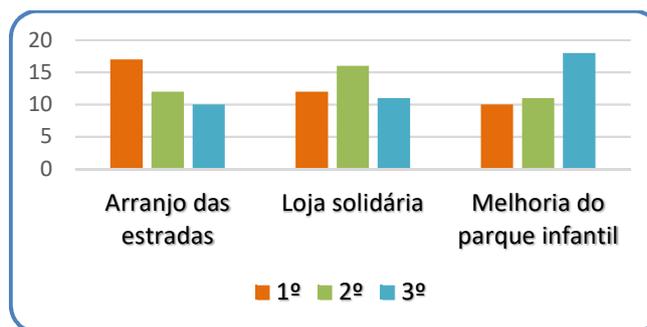


Através dos dados obtidos, os resultados são semelhantes aos da questão anterior. A totalidade dos inquiridos refere que a atividade “Mercadinho” é a mais importante para a comunidade, em segundo surge o Polo da UPTE, em terceiro lugar o Polo da Biblioteca Pública de Canaviais.

Questão nº10- Considera que existe alguma atividade que a Junta de Freguesia pudesse desenvolver e que não desenvolve, mas você gostaria que fosse desenvolvida?

Nesta questão, pretendemos averiguar junto dos residentes, quais as atividades que gostariam que fossem desenvolvidas pela Junta de Freguesia e ainda não o foram.

Gráfico 55- Atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia

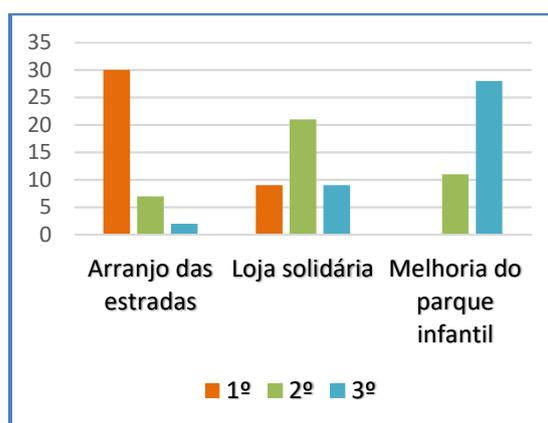


Pelos dados recolhidos, todos os inquiridos se referem à necessidade do Arranjo das estradas, como atividade que devia ser desenvolvida pela Junta de Freguesia. A loja solidária e a melhoria do parque infantil, são atividades que segundo a opinião dos inquiridos deveriam ser desenvolvidas pela Junta de Freguesia.

Questão nº11- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a si da mais importante, para a menos importante.

Identificadas as atividades não desenvolvidas pela Junta de Freguesia, pretendemos agora que os inquiridos se refiram à sua importância, distinguindo-as da mais importante para a menos importante. Os dados obtidos, são descritos na tabela seguinte:

Gráfico 56- Ordenação das atividades não desenvolvidas (residentes)

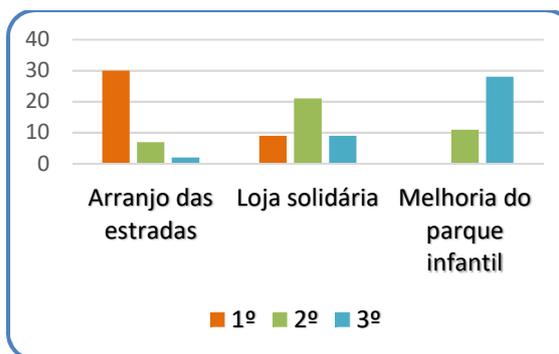


De acordo com os dados obtidos, a maioria dos inquiridos consideram que a atividade de Arranjo das estradas é a mais importante que devia ser desenvolvida, seguindo-se a criação da loja solidária e a melhoria do parque infantil.

Questão nº12- Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as, considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante.

Pretendemos nesta questão, averiguar a importância que os inquiridos lhe atribuem, considerando-as para importantes para a comunidade. A ordenação das atividades é demonstrada no gráfico seguinte.

Gráfico 57- Ordenação das atividades não desenvolvidas (comunidade)

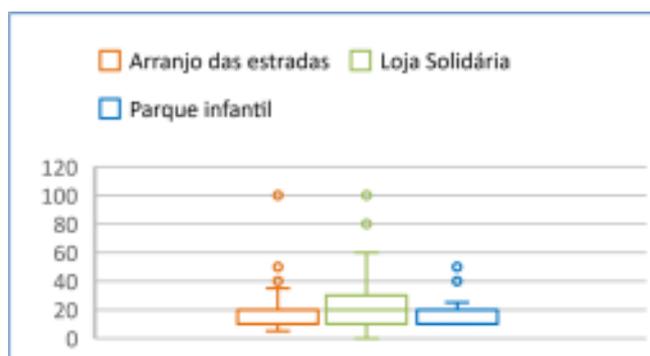


A maioria dos inquiridos identificaram, quer para si (questão 11), quer para a comunidade (questão 12), o arranjo das estradas como a atividade que prioritariamente deveria ser desenvolvida, encontrando-se em segundo lugar a Loja Solidária e a Melhoria do Parque infantil.

Análise das predisposições

Questão nº13- Para cada atividade que gostaria ver a desenvolver pela Junta de Freguesia, diga quanto estaria disposto a pagar para que a Junta as desenvolva.

Gráfico 58- Predisposição a pagar pelas atividades não desenvolvidas

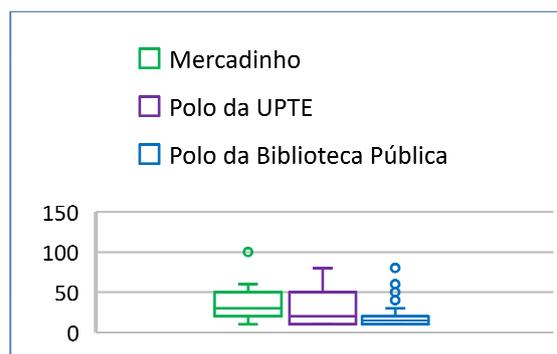


Conforme demonstrado no gráfico acima, a atividade associada à criação da Loja Solidária é aquela que regista uma maior predisposição a pagar, cerca de 25 € (anuais). Quanto à predisposição a pagar pelo arranjo das Estradas é de cerca de 22 € (anuais), sendo este valor ligeiramente superior à predisposição a pagar para a melhoria do parque infantil, perto dos 15 € (anuais). Estes resultados estão em perfeita sintonia com os obtidos nas questões 11 e 12.

Questão n.º 14- Relativamente às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, quanto estaria disposto a pagar para que não deixem de existir na sua Freguesia.

Nesta questão pretendemos avaliar a predisposição dos inquiridos para pagar para que as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia não terminem.

Gráfico 59- Predisposição a pagar para que as atividades não terminem

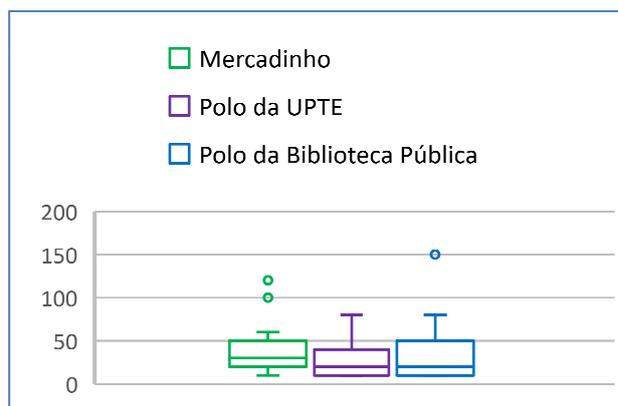


A análise da predisposição a pagar para que as atividades não terminassem (Questão 14) revela que o Mercadinho apresenta o maior valor médio de predisposição a pagar – perto de 37 € (anuais). O Polo da UPTE recolhe uma predisposição a pagar de cerca de 29 €, seguindo-se o Polo da Biblioteca Pública com uma predisposição a pagar de 22 € (anuais).

Questão n.º 15- Relativamente às atividades desenvolvidas, quanto estaria disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique.

Por último, questionámos os residentes, sobre o montante de quanto estariam dispostos a pagar para que o fim das atividades não os prejudicasse. A predisposição é demonstrada na figura seguinte:

Gráfico 60- Predisposição a pagar para que o fim das atividades não prejudique



Conforme é demonstrado, de forma coerente com a resposta anterior também neste caso, a predisposição a pagar para evitar o encerramento das atividades apresenta maiores valores em relação ao Mercadinho.

5.4.3. Discussão dos resultados

O Mercadinho (Feira de Produtores Locais), iniciativa integrada no projeto de desenvolvimento sustentável e comunitário “Frescos com Tradição – Made in Canaviais” foi uma atividade planificada no plano de ação 2015 da Comissão Social de Freguesia de Canaviais (Rede Social de Évora) e pretende dar uma resposta para a sustentabilidade da agricultura local. Como anteriormente referido, estão incluídos neste projeto todos os pequenos agricultores, incluindo os que não têm possibilidades ou disponibilidade para vender, mas que através dos vendedores habilitados, escoam parte dos seus produtos, obtendo daí uma mais valia para o seu rendimento familiar. O mercadinho é, portanto, apenas uma pequena parte de um projeto mais amplo de inovação com criação de valor social, em pleno desenvolvimento e que respondeu ao desemprego local, minorando-o, e contribui simultaneamente para a melhoria do rendimento de muitos agregados familiares da freguesia. Assim, o mercadinho de produtores locais apresenta já alguns resultados quantificáveis, como sejam a criação de emprego e escoamento de produtos por parte dos pequenos produtores, sendo que as perspetivas futuras são de facto animadoras.

Uma das vertentes mais importantes do projeto é o fornecimento dos produtos locais, essencialmente legumes e frutas, à Cantina da Escola Básica, cuja gestão cabe à Junta de Freguesia, através de acordo de delegação de competências com a Câmara

Municipal, pretendendo esta última replicar o projeto a todas as escolas básicas do Concelho, contando neste processo com a colaboração da Junta de Freguesia.

Outro aspeto relevante e inerente ao projeto do mercado local tem sido o apoio à valorização de competências dos agricultores locais, pelo seu envolvimento em torno de ações de gestão e formação profissional asseguradas pelas diversas entidades públicas com as quais a Junta de Freguesia desenvolve parcerias.

No seguimento deste trabalho, igualmente desenvolvido em articulação com as diversas associações de desenvolvimento local, é prestado aos agricultores o apoio indispensável nas candidaturas aos fundos europeus com vista à modernização e ampliação das estruturas de produção e também no apoio à comercialização. Consideramos assim que este projeto local satisfaz necessidades essenciais e de qualidade de vida da população, promove a economia e o emprego locais e assegura também uma pedagogia de participação das pessoas, apelando ao exercício de uma cidadania ativa como fator fundamental nos processos de desenvolvimento.

Em síntese, este projeto responde aos desígnios da Comissão Europeia,¹⁸ segundo a qual a noção de desenvolvimento local está relacionada com a componente endógena dos processos de desenvolvimento, a diversificação das atividades económicas e sociais e a conservação da paisagem cultural e natural, fundamentais para o desenvolvimento local sustentável dos territórios. Reconhece ainda que a promoção da organização de cadeias alimentares, nomeadamente através do desenvolvimento de mercados locais e de cadeias de abastecimento curtas, estimula a economia local e uma maior interação social entre as comunidades rural e urbana, favorecendo uma maior ligação das populações às suas origens, desempenhando funções que beneficiam os produtores, os consumidores, o ambiente e a economia local.

¹⁸ No livro verde sobre a Coesão Territorial Europeia, publicado em 2008 pela Comissão Europeia, a coesão territorial é considerada como indispensável à resolução dos problemas de exclusão e à melhoria do acesso à educação e aos cuidados de saúde. Considera-se também que a competitividade e a prosperidade dependem das pessoas e das empresas presentes num dado território e da sua capacidade para retirar o máximo partido de todos os recursos aí existentes.

6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As principais limitações deste estudo, que incide sob quatro projetos sociais, desenvolvidos por Juntas de Freguesia, são inerentes à metodologia utilizada pois recorreremos à metodologia qualitativa para conhecer em profundidade os principais aspetos relacionados com o desenvolvimento das iniciativas sociais distintas entre si. Pela sua natureza, a metodologia qualitativa, ainda que permita a compreensão de realidades e vivências complexas e subjetivas, recolhendo dados ricos e descritivos, comporta a impossibilidade de generalização dos resultados, pelo que não é possível transpor diretamente os dados de uma realidade para outra, podendo apenas traçar-se analogias e procurar-se padrões e temas comuns.¹⁹ Uma abordagem qualitativa não pode ter pretensões a generalizar, a partir da análise aprofundada de alguns casos, para toda a população. No entanto os dados obtidos permitem ao investigador teorizar sobre o processo que é alvo de estudo, não pretendendo aferir sobre a frequência desse processo na sociedade.

Relativamente à abordagem quantitativa realizada através de questionário, as principais limitações prendem-se com a sua natureza e complexidade, sendo difícil de ser respondido e integralmente auto-preenchido por pessoas menos informadas acerca das iniciativas desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia.²⁰

7. CONCLUSÕES

Primeira. Apesar das limitações anteriormente apontadas, este trabalho permitiu conhecer em profundidade as iniciativas sociais desenvolvidas pelas quatro freguesias que seleccionámos, quer pela natureza social dos projetos, quer pela diversidade territorial em que se desenvolveram. Dos casos aqui analisados, não pretendemos obter generalizações nem extrapolações para o universo das freguesias, pretendemos apenas contribuir com elementos que sejam relevantes e úteis para que novas iniciativas sociais possam ser prosseguidas tomando estas como exemplo. Pelo caminho percorrido e por

¹⁹ Esta é uma limitação que se assume, mas que deve ser entendida como inevitável, dado que o nosso trabalho assenta em estudos de casos. Uma generalização poderá ficar para trabalhos posteriores, de maior profundidade.

²⁰ Em todo o caso, conforme se recomenda em análise custo-benefício, sobretudo perante questões que envolvam pré-disposições a pagar e/ou receber, é extremamente importante que a aplicação do questionário seja feita pelo próprio investigador, no sentido de, mais facilmente, se obterem respostas sinceras.

constatarmos que alguns dos projetos podem ser por outras entidades e noutros contextos replicados e ampliados, estamos convictos que estas iniciativas podem ser consideradas como exemplo a seguir. Comum a todos os projetos aqui apresentados e desenvolvidos pelas freguesias, a inovação social surge como meio de elaborar respostas novas às necessidades sociais não satisfeitas por outras entidades e todos os projetos procuraram responder de forma eficiente aos problemas com que a população de cada freguesia se debatia, como a fome e a pobreza, a degradação da habitação social, os problemas da educação com o iminente encerramento da escola básica, o desemprego e o reduzido rendimento das famílias.

Segunda. Nos casos aqui apresentados foram fundamentais o empenho e o papel de liderança desempenhado pelas Juntas de Freguesia que perante os problemas com que se depararam, delinearão estratégias, envolveram novos parceiros e novos atores, organizaram-se e geraram os apoios necessários para pôr os projetos em funcionamento e torná-los sustentáveis. Observamos a figura do autarca como empreendedor social que se sente insatisfeito, incomodado, e de forma alguma conformado com as evidentes necessidades dos indivíduos mais vulneráveis. Ao serviço das Juntas de Freguesia os autarcas colocam a sua criatividade ao serviço da mudança social, delineando estratégias, fazendo escolhas operacionais, financeiras e de parcerias que desenvolvem em torno de uma estratégia adaptada para levar por diante o seu projeto. As Juntas de Freguesia revelam-se assim em novas organizações socialmente empreendedoras ao recorrerem à inovação social, a qual atenua as necessidades de grupos de população mais vulnerável.

Terceira. Em todos os casos abordados, o trabalho colaborativo desenvolvido em parceria é um ponto comum que permite angariar, completar e gerar sinergias que foram fator de sucesso comum a todos os projetos. A construção de parcerias com associações e instituições potenciou o contributo de cada um deles através da gestão otimizada de recursos técnicos e humanos, com forte participação quer do associativismo juvenil, quer do voluntariado. Em todos os projetos sociais o financiamento por parte da Junta de Freguesia, revela-se estruturante e determinante para alcançar os objetivos sociais delineados que não são a obtenção de lucro para as autarquias, pois conforme observa Westley e Antadze (2010), a inovação social não gera necessariamente resultados, produtos ou serviços de interesse para o mercado, mas gera-se em contextos específicos, sob determinadas circunstâncias e em resposta a necessidades ou problemas concretos.

Quarta. Tendo em conta o quadro de competências das freguesias e as suas limitações, o estudo destes casos pode contribuir para o desenho de estratégias

alternativas para responder aos problemas sociais como foi no caso da freguesia de Carnide. Se nos casos da Cantina Social de Portimão e da Escola de Afife, as iniciativas sociais se desenvolvem dentro do quadro de competências das freguesias (participação, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social em programas e iniciativas de ação social), já na freguesia de Carnide a intervenção sobre a habitação social, não é uma competência própria, nem delegada pelo Município, à Junta de Freguesia. Como pudemos constatar, a Junta de Freguesia ultrapassou este constrangimento, *empoderando* e apoiando diretamente os próprios moradores, envolvendo-os com as associações, com o fim de se realizarem as obras de conservação e manutenção dos prédios, obras essas que seriam da competência exclusiva da entidade gestora municipal. A inovação social incorpora neste caso o envolvimento dos cidadãos na conceção e implementação de soluções para as necessidades sociais, estimulando processos participativos, a capacitação dos atores sociais e os beneficiários. Como defendem Simon e Davies (2013), a inovação social, ao envolver as pessoas no desenvolvimento de novas formas de abordar os desafios sociais, levará a soluções mais efetivas e mais legítimas.

No caso da freguesia de Canaviais, a instalação e licenciamento do mercado local, e atendendo ao quadro de competências, também não seria possível de desenvolver, porque o licenciamento desta atividade não era uma competência da Junta de Freguesia, era apenas competência do Município. No entanto, a legislação específica, publicada em maio de 2015 pelo Ministério da Agricultura, veio conferir competências às juntas de freguesia para a instalação dos mercados locais.

Quinta. Se nos casos de iniciativas sociais em que a participação de associações e voluntários pode representar alguma fragilidade, constituindo ameaça à sua continuidade pela perda de voluntários ou de associações, a forte ligação às paróquias e o forte “enraizamento” nas populações representam uma sólida aliança para a continuidade e sustentabilidade das iniciativas sociais.

No caso da cantina social, o desenho do programa de apoio alimentar, construído numa base local e de grande proximidade, foi adaptado a cada situação concreta de cada pessoa e família no respeito pela dignidade da pessoa humana. A dignidade humana- de todas as pessoas humanas- deve ser considerada como valor estruturante na conceção de política públicas que valorizem a solidariedade interpessoal e a igualdade de oportunidades no acesso aos bens sociais.

O envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas é importante para alcançar a legitimidade das decisões políticas nos mais diferentes domínios, sendo essencial que todos tenham a mais ampla participação na procura de soluções para os problemas que enfrentam.

Sexta. É a nível local que as consequências da crise económica como o desemprego, a precariedade do emprego e a pobreza, se apresentam mais perceptíveis, tornando cada vez mais a administração pública local num agente ativo das mudanças necessárias, cabendo-lhes a responsabilidade de formular e implementar estratégias sociais que minimizem ou erradiquem os seus efeitos e que contribuam para tornar os seus territórios mais competitivos. As autarquias locais podem responder aos problemas sociais das populações, utilizando novas estratégias que através do envolvimento dos cidadãos se revelem mais eficientes e sustentáveis para a coesão territorial e na preocupação com a igualdade de oportunidades para todos.

Por último, consideramos que atingimos os objetivos propostos ao conhecer em profundidade quatro casos de inovação social nas freguesias que nos deram contributos que servem para aumentar significativamente os nossos conhecimentos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, A. e Almeida, J.** (2015) – Palcos de inovação social: atores em movimento. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Vol. XXX. pp. 35-54
- Alves, N.** (2010) – Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Artigos Primavera. Boletim Económico*. Banco de Portugal
- André, I. e Abreu, A.** (2006) – Dimensões e Espaços de Inovação Social. *Revista Finisterra*. XLI. 81. pp.121-141
- Bardin, L.** (2003) -*Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa
- Bezzi, C.** (2003) - *il disegno della ricerca valutativa*. Angeli.Milão.
- Bignetti, L.** (2011) - As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*. 47 (1). pp 3-14
- Bittencourt, B.** (2014) - *Políticas de Desenvolvimento Local Sustentável e o Terceiro Setor: Estudo de Caso na Região de Aveiro*. Tese de Doutoramento. ISEG. Lisboa.
- Bell, J.** (1997) –*Como realizar um projecto de investigação*. Gradiva. Lisboa.
- BEPA- Bureau of European Policy Advisers** (2011) – Empowering people, driving change: Social Innovation in the European Union. *European Commission*.
- Bento, A.** (2010) - *Desemprego, Pobreza e Exclusão Social*- Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009022.pdf>. acessado em 08 de março 2017.
- Bernardino, S. e Santos, J.** (2014) - *Empreendedorismo social e Desenvolvimento Regional*. Disponível em http://apdr.pt/data/documents/Proceedings._20_congresso._APDR.pdf. acessado em 06 de março, 2017.
- Bogdam, R.; Bilken, S.** (1994) – *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora. Porto Editora.
- Bonneau, M.** (2015) - *Gdańsk: initial stepstowards responsibilitysharing*. Social innovation in cities, URBACT II capitalisation. URBACT. Saint Denis. France
- Campos, A.** (2008) – *Reformas da Saúde- o Fio Condutor*. Almedina Edições. Coimbra
- Carvalho, A.** (2004) – O que é a inovação? *Revista Economia e Sociologia* nº77. Gabinete de Investigação e Ação Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora.
- Castells, M.** (2005) - *Sociedade em rede*. (Vol. 1) Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- Castex, F.** (2008) - *Os desafios demográficos da UE*. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=pt&type=IM-PRESS&reference=20080414FCS26499>. Acessado em 18 de março de 2017.
- Comeau, Y.** (2004) – *Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie*. Actes du Colloque – 16 Avril 2004, Cahiers du CRISES, Collection Études Théoriques, ET0418 : 29-44

- Costa, T. (2013)** - *Gestão contemporânea, Princípios, Tendências e Desafios*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Creswell, J. (2002)** – *Research design - qualitative, quantitative and mixed approaches*. Sage Publications. London
- Dainiene, R. e Dagiliene, L. (2015)** - *A TBL Approach Based Theoretical Framework for Measuring Social Innovations*. Procedia- Social and Behavioral Sciences. Elsevier Ltd.
- Descombe, M. (1998)** – *The Good Research Guide for Small – Scale Social Research Projects*. Open University Press. Buckingham.
- Drucker, P. (1985)** – *Inovação e Gestão*. Editorial Presença. Lisboa
- Ferreira, S. (2005)** – *O que tem de especial o empreendedor social? O perfil do empresário social em Portugal*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Fortin, M. (1999)** - *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização*. 1ª ed. Lusociência. Lisboa.
- Gabor, D. (1970)** - *Innovations: Scientific, Technological, and Social*. Oxford University Press. Londres.
- Godinho, M. (2013)** - *Inovação em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- Guerreiro, G. e Caleiro, A. (2005)** – Quão distantes estão as regiões portuguesas. *Revista Portuguesa de Estudos regionais*. Nº 8, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Howadt, J. e Schwarz, M. (2010)** - *Social Inovation: Concepts, research fields and internacional trends*. IMO international monitoring.
- Ionescu, C. (2015)** - About the conceptualization of social innovation. Institute of National Economy of the Romanian Academy. Bucharest. *Theoretical and Applied Economics*. Vol. XXII. nº 3 pp. 53-62.
- Lisetchi, M. e Brancu, L. (2014)**- The entrepreneurship concept as a subset of social innovation, *Procedia- Social and Behavioral Sciences*, 124, Elsevier, pp. 97-92.
- Lopes, B. e Amaral, J. (2008)** - *Políticas Públicas: Conceitos e Práticas*. Vol 7. Sebrae/MG. Minas Gerais. Brasil.
- Louçã, F. e Caldas, J. (2010)** - *Economias*. Edições Afrontamento 2ª edição. Santa Maria da Feira.
- Maurer, A. e Silva, T. (2014)** - Dimensões Analíticas para a identificação de Inovações Sociais: Evidências de Empreendimentos Coletivos. *Brazilian Business Review*. Vol. 11. nº 6. pp.127-150
- Moulaert, F. et al. (2005)**- Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban Studies*. Vol. 42. nº1.
- Moulaert F. (2000)**- Globalization and integrated area development in european cities. Oxford University Press, Oxford.

- Mulgan, G. (2006)**- The process of social Innovation. *Inovations. Tecnology, Governace, Globalizations*, Spring, MIT press, pp. 145-162
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R e Sanders, B. (2007)** - *Social innovation: What it is, why it matters and hoW it can be accelerated*. Skoll centre for social entrepreneurship. University of Oxford.
- Murray, R; Caulier-Grice, J. e Mulgan, G. (2010)**, *The Open Book of Social Innovation*, London, NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts, Disponível em: http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/the_open_book_of_social_innovation.pdf (acedido em 10 de fevereiro, 2017)
- Negas, M. e Loubão, M. (2014)** – *Inovação Sustentável nas Organizações- Envolvimento em Boas Práticas*. Repositório Aberto da Universidade Aberta. Lisboa. Disponível em <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3254/3/%C3%89tica%20no%20Empreendedorismo.pdf> (acedido em 6 de janeiro, 2017)
- Neto, P., Serrano, M., e Santos, A. (2015)** – *Análise da Eficácia, Eficiência e Valor Acrescentado das Políticas Públicas Place-based- Uma aplicaçãoa territórios rurais*. RESR. Piracicaba-SP. Vol. 53. supl.1.
- Neves, A. (2003)** – *A inovação Social nas Políticas Públicas*. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2205?mode=full> (acedido em 06 de março, 2017)
- Nogueira, V. (2002)** - *Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas sociais- revendo conceitos básicos*. Revista Katálysis. Vol.5.nº2. pp.141-152. Florianopolis.
- Nunes, R. (2013)** – *Democracia e Sociedade*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.
- Oslo Manual (2005)**- Guidelines for collecting and interpreting technological innovation data, 3rd Edition, Paris: OECD. Disponível em: <http://www.poci-competete2020.pt/documentacao/detalhe/oslo> acedido em 3 de abril de 2017.
- Parente, M., Marcos, N. e Amador, C. (2013)** - Representações Sobre Empreendedorismo Social. *Revista Cooperativismo e Economia Social*, nº 35
- Pauleta, C. (1997)** - As Freguesias- História e Actualidade. *Revista Finisterra*, nº 64.pp. 145-148.
- Piteira, M. (2014)** - *A Construção Social da Inovação*. Clássica Editora. Lisboa
- Prestes, E. (2012)** - A avaliação de políticas sociais: questões teóricas, metodológicas e políticas. *Revista Lusófona de Educação* nº 22. Pp.85-111
- Quintão, C. (2011)**, Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual, in V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção. Braga. Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 maio
- Quivy, R. e L. Campenhoudt, (1998)** – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa.

- Kraatz, S. (2017)** - A Luta Contra a Pobreza, a Exclusão Social e a Discriminação- *Fichas técnicas sobre a união Europeia- 2017*. disponível em:
http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.10.9.pdf. acessado em 21 de maio, 2017.
- Ramos, M. e Schabbach, L. (2012)** – “O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil”. *Revista Administração Pública*. Rio de Janeiro.
- Ramos, M. e Patrício, O. (2014)** – “Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial”. *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. pp.316-335.
- Rebello, G. (2014)** – *Estado Social e Austeridade- Textos do Tempo da Austeridade*. Edições Sílabo. Lisboa
- Rodrigues, V. (2010)** – O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*. Vol. XX. pp. 191-230
- Sachs, I. (2004)**. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Garamond. Rio de Janeiro.
- Santos, G. (2011)** – *Dinâmicas Territoriais de Inovação no Arco Urbano do Centro Interior- O caso do setor Têxtil – Confeções*. Edições Húmus, Lda. V.N. Famalicão
- Santos, M. e Seabra, F. (2015)** – *Inovação Social & Desenvolvimento- Reflexões e Estudos de Caso*. Editora RH. Lisboa
- Schumpeter, J. (1911)** - *Teory of Economic Development*. Harvard Univesity Press. Cambridge.
- Schumpeter, J. (1942)** – *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Unwin. London
- Serapioni, M. (2016)** - *Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, A. (2015)** - Setor solidário tem contribuído para uma maior coesão social. *Jornal Diário do Sul*. Évora. 19 de outubro.
- Silva, A. e Almeida, J. (2015)** – Palcos de inovação social: atores em movimento(s). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.
- Silva, P. e Pereira, M. (2015)** - *Cuidar do Futuro. Os mitos do Estado Social Português*. Editora Clube do Autor. Lisboa.
- Simon, J. e Davies, A. (2013)** -*Engaging Citizens in Social Innovation- A short guide to the research for policy makers and practitioners*. Disponível em: <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2013/11/Engagign-citizens-in-social-inno.pdf>. Acessado em 30 de maio, 2017.
- Sousa, F. e Monteiro, I. (2015)** – *Colaborar para Inovar – A inovação organizacional e social como resultado do processo de decisão* - Edições Sílabo. Lisboa
- Sudgen, R. e Williams, A. (1983)**. *Análise de Projectos: Determinação do Custo-Benefício*. Rés Editora. Porto.

Taylor J. (1970) – Introducing social innovation. *The journal of Applied Behavioral Science*. 6 (1). pp 69-77. <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002188637000600104>.

Tuckman, B. (2000) -*Manual de Investigação em Educação*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Vala, J. (2001) -*Análise de Conteúdo*. Metodologia das Ciências Sociais. Edições Afrontamento. Porto

Vitor, R. (2010) - *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal*. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 191-230

Westley, F. e Antadze, N. (2010) – Making a Difference- Strategies for Scaling Social Innovation for Great Impact. *The innovation Journal: The Public-Sector Innovation Journal*. Vol 15 (2). Article 2. Ontario. Canada.

Yin, R. (1994) – Case study research - design and methods. Sage Publications. London

Legislação consultada:

Constituição da República Portuguesa

Lei n° 11-A/2013 de 28 de janeiro

Lei n° 22/2012 de 30 de maio

Lei n.° 75/2013 de 12 de setembro

ANEXOS

ANEXO I - Guião de entrevista aos informantes-chave

Entrevista 1- Freguesia de Portimão- Projeto de Cantina Social

Áreas Temáticas	Objetivos	Questões
Objetivo social do projeto	<p>Conhecer as motivações da Junta de Freguesia para o desenvolvimento do projeto.</p> <p>Conhecer a dimensão social do projeto no que se relaciona com os serviços que integra e a população abrangida.</p>	<p>Como descreve o projeto da Cantina Social?</p> <p>De que forma sentiu a necessidade de desenvolver a Cantina Social?</p> <p>Quando é que se iniciou a atividade?</p> <p>Qual a população abrangida no decorrer do projeto?</p> <p>Qual o número de refeições servidas?</p> <p>Outros serviços incluídos no projeto?</p> <p>Quais?</p> <p>Qual a população abrangida nesses serviços?</p>
Financiamento	Identificar a forma de financiamento do projeto.	Qual foi o montante de despesa anual suportado pela Junta de Freguesia desde o 1º ano, anos seguintes e o orçamentado para o próximo ano?
Estratégia	Conhecer as estratégias da JF no que se relaciona com parcerias.	Quais são os principais parceiros e que contributos?
Pontos fortes	Conhecer as principais vantagens sociais do projeto.	Quais considera serem os pontos fortes do projeto?
Pontos Fracos	Identificar as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto.	Quais considera serem os pontos fracos do projeto?
Ameaças	Identificar as ameaças ao projeto no que se relacionam com a sua sustentabilidade.	<p>Considera o projeto sustentável?</p> <p>Quais considera serem as principais ameaças à continuidade do projeto?</p> <p>Pode o projeto ter continuidade com executivo diferente?</p>
Oportunidades	Averiguar das oportunidades do projeto.	Quais considera serem as oportunidades para o desenvolvimento e continuidade do projeto?

Entrevista 2 - Freguesia de Carnide- Projeto OPPA

Áreas Temáticas	Objetivos	Questões
Objetivo social do projeto	<p>Conhecer as motivações da Junta de Freguesia para o desenvolvimento do projeto.</p> <p>Conhecer a dimensão social do projeto no que se relaciona com os serviços que integra e a população abrangida.</p>	<p>Como descreve o projeto OPPA?</p> <p>De que forma sentiu a necessidade de desenvolver o projeto OPPA?</p> <p>Quando é que se iniciou a atividade?</p> <p>Qual a população abrangida no decorrer do projeto?</p> <p>Qual o número de habitações sociais envolvidas?</p> <p>Que serviços estão incluídos no projeto?</p> <p>Qual o número de habitações beneficiadas/recuperadas?</p> <p>Qual a população abrangida?</p>
Financiamento	Identificar a forma de financiamento do projeto.	Qual foi o montante de despesa anual suportado pela JF desde o 1º ano, anos seguintes e o orçamentado para o próximo ano?
Estratégia	Conhecer as estratégias da Junta de Freguesia no que se relaciona com parcerias.	Quais são os principais parceiros e que contributos?
Pontos fortes	Conhecer as principais vantagens sociais do projeto.	Quais considera serem os pontos fortes do projeto?
Pontos Fracos	Identificar as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto	Quais considera serem os pontos fracos do projeto?
Ameaças	Identificar as ameaças ao projeto no que se relacionam com a sua sustentabilidade.	<p>Considera o projeto sustentável?</p> <p>Quais considera serem as principais ameaças à continuidade do projeto?</p> <p>Pode o projeto ter continuidade com executivo diferente?</p>
Oportunidades	Averiguar das oportunidades do projeto.	Quais considera serem as oportunidades para o desenvolvimento e continuidade do projeto?

Entrevista 3- Freguesia de Afife- Projeto da Escola Básica

Áreas Temáticas	Objetivos	Questões
Objetivo social do projeto	Conhecer as motivações da Junta de Freguesia para o desenvolvimento do projeto. Conhecer a dimensão social do projeto no que se relaciona a população abrangida	Como encara as iniciativas que desenvolveu para impedir o encerramento da Escola Básica? De que forma sentiu a necessidade de se empenhar nesta iniciativa? Para quando estava previsto o encerramento e como o evitou? Qual o número de alunos por ciclo envolvidos?
Financiamento	Identificar a forma de financiamento do projeto?	Qual foi o montante de despesa anual suportado pela Junta de Freguesia desde o 1º ano, anos seguintes e o orçamentado para o próximo ano?
Estratégia	Conhecer as estratégias da JF no que se relaciona com parcerias.	Quais são os principais parceiros e que contributos?
Pontos fortes	Conhecer as principais vantagens sociais do projeto.	Quais considera serem os pontos fortes do projeto?
Pontos Fracos	Identificar as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto	Quais considera serem os pontos fracos do projeto?
Ameaças	Identificar as ameaças ao projeto no que se relacionam com a sua sustentabilidade.	Considera a iniciativa sustentável? Quais considera serem as principais ameaças à continuidade da escola? Pode a escola ser encerrada com um executivo diferente?
Oportunidades	Averiguar das oportunidades do projeto.	Quais considera serem as oportunidades que surjam com a continuidade da escola na Freguesia?

Entrevista 4- Freguesia de Canaviais- Projeto do Mercado de Produtores Locais

Áreas Temáticas	Objetivos	Questões
Objetivo social do projeto	<p>Conhecer as motivações da Junta de Freguesia para o desenvolvimento do projeto.</p> <p>Conhecer a dimensão social do projeto no que se relaciona com os serviços que integra e a população abrangida</p>	<p>Como descreve o projeto do Mercado de Produtores Locais?</p> <p>De que forma sentiu a necessidade de desenvolver o projeto do mercado?</p> <p>Quando é que se iniciou a atividade?</p> <p>Quantos são os produtores envolvidos?</p> <p>Quais os produtos comercializados?</p>
Financiamento	Identificar a forma de financiamento do projeto.	Qual foi o montante de despesa anual suportado pela JF desde o 1º ano, anos seguintes e o orçamentado para o próximo ano?
Estratégia	Conhecer as estratégias da Junta de Freguesia no que se relaciona com parcerias.	Quais são os principais parceiros e que contributos?
Pontos fortes	Conhecer as principais vantagens sociais do projeto.	Quais considera serem os pontos fortes do projeto?
Pontos Fracos	Identificar as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto.	Quais considera serem os pontos fracos do projeto?
Ameaças	Identificar as ameaças ao projeto no que se relacionam com a sua sustentabilidade.	<p>Considera o projeto sustentável?</p> <p>Quais considera serem as principais ameaças à continuidade do projeto?</p> <p>Pode o projeto ter continuidade com executivo diferente?</p>
Oportunidades	Averiguar das oportunidades do projeto.	Quais considera serem as oportunidades para o desenvolvimento e continuidade do projeto?

ANEXO II - Questionário

Questionário

Freguesia _____ Projeto _____

Data da recolha de dados: ____/____/____

Método da recolha de dados:

Autopreenchimento Entrevista

1ª Parte – Dados referentes ao residente
--

1. Idade

2. Género: (1) feminino (2) Masculino

3. Estado Civil:

(1) Solteiro (a)

(2) casado(a) / União de facto

(3) Viúvo(a)

(4) divorciado(a) / Separado(a)

4. Habilitações Literárias:

(1) nenhum (não sei ler nem escrever)

(2) sei ler e escrever, mas não fiz a 4ª classe

(3) primeiro ciclo (1º ao 4º ano)

(4) Segundo ciclo (5º e 6º ano)

(5) Terceiro ciclo (7º ao 9º ano)

(6) Ensino secundário incompleto (10º e 11º ano)

(7) Ensino secundário completo (12º ano)

(8) Ensino superior

5. Situação profissional:

(1) ativo (a) – Profissão que exerce _____

(2) Reformado (a)

(3) Desempregado (a)

(4) aposentado (a)

6- Rendimento mensal:

< 500 euros, 500 – 1000 euros, 1000- 1500 euros, 1500-2000 euros, 2000-2500 euros, > 2500 euros

2ª Parte – Relação do residente com a Junta de Freguesia

7. Identifique as atividades desenvolvidas pela sua Junta de Freguesia:

8. Ordene-as considerando-as para si da mais importante, para a menos importante:

1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª

9. Ordene-as considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante:

1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª

10. Considera que existe alguma atividade que a Junta de Freguesia pudesse desenvolver e que não desenvolve, mas você gostaria que fosse desenvolvida? Quais:

11. Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a si da mais importante, para a menos importante:

1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª

12. Relativamente às atividades que não foram desenvolvidas e gostaria que fossem ordene-as considerando-as para a comunidade da mais importante, para a menos importante:

1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª

13. Para cada atividade que gostaria ver a desenvolver pela Junta de Freguesia, diga quanto estaria disposto a pagar para que a Junta as desenvolva.

Atividade a desenvolver (inexistente na Freguesia)	Montante anual que o residente está disposto a pagar:

14. Relativamente às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, quanto estaria disposto a pagar para que não deixem de existir na sua Freguesia:

Atividade desenvolvida (existente) na Freguesia	Montante anual que o residente está disposto a pagar para que não termine

15. Relativamente às atividades desenvolvidas pela JF, quanto estaria disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique.

Atividade desenvolvida (existente) na Freguesia	Montante anual que o residente está disposto a pagar para que o seu fim não o prejudique

ANEXO III - Caracterização sociodemográfica da freguesia de Portimão

Quadro 1 – Densidade populacional e evolução da população residente

Local de residência (à data dos Censos)	Densidade populacional	População residente		
	2011	2011		2001
	NºHab/Km ²	Nº	Tx. Var.	Nº
Portugal	114,50	10 562 178	0,02	10 356 117
Algarve	89,8	451006	14,12	395.208
Portimão (Município)	304,6	55.614	24,09	44.818
Portimão (Freguesia)	600,2	45.431	25,09	36.243

Quadro 2 – Idade média da população e população residente por grupo etário em 2011

Local de residência	Idade média	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	42,01	1 572 329	14,89	1 147 315	10,86	5 832 470	55,22	2 010 064	19,03
Algarve	42,13	66974	14,84	45573	10,10	250690	55,58	87769	19,46
Portimão (Município)	41,27	8715	15,67	5687	10,22	31008	55,75	10204	18,34
Portimão (Freguesia)	40,69	7219	15,89	4782	10,52	25463	56,04	7967	17,53

Quadro 3 – Nível de instrução da população residente em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de analfabetismo			Proporção da população residente com ensino superior completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	5,22	3,51	6,77	15,11	12,78	17,16	31,69	29,87	33,30	49,60	49,85	49,38
Algarve	5,34	4,58	6,06	13,25	10,60	15,69	32,77	29,60	35,72	52,74	51,38	54,01
Portimão (Município)	4,40	3,62	5,13	14,88	11,86	17,59	34,58	31,51	37,36	55,98	55,18	56,71
Portimão (Freguesia)	3,68	2,89	4,39	15,34	12,15	18,17	35,62	32,55	38,37	57,65	57,21	58,06

Quadro 4 – Indicadores da população em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de renovação da população em idade ativa
	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	127,80	28,80	22,50	94,34
Algarve	131,1	29,60	22,60	90,62
Portimão (Município)	117,1	27,80	23,8	94,57
Portimão (Freguesia)	110,4	26,3	23,9	101,14

Quadro 5 – Indicadores do mercado de trabalho em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de atividade			Taxa de desemprego			Proporção de profissionais socialmente mais valorizados
	HM	H	M	HM	H	M	%
	%	%	%	%	%	%	
Portugal	47,56	51,59	43,87	13,18	12,58	13,83	22,24
Algarve	48,99	52,08	46,05	15,74	15,97	15,48	19,88
Portimão(Município)	49,93	52,74	47,3	17,23	17,37	17,08	21,39
Portimão (freguesia)	50,62	53,3	48,13	17,52	17,58	17,46	21,14

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011

ANEXO IV - Transcrição dos depoimentos – Freguesia de Portimão
Transcrição dos depoimentos

ENTREVISTA: 1

Entrevistado: Presidente da Junta de Freguesia de Portimão

06 de janeiro, 2017

Entrevistador: como descreve o projeto da Cantina Social?

Entrevistado: O projeto da Cantina Social, é um projeto que nós intitulamos “um projeto tão perto de ti”. Projeto tão perto de ti porquê? Porque queremos estar perto dos nossos fregueses. Foi isso que quando chegámos ao executivo da Junta e num ano marcado por muitas dificuldades das famílias. E, tínhamos já uma cantina social na Quinta do Amparo. A nossa freguesia é muito grande, são à volta de quarenta e cinco mil habitantes e sentimos uma lacuna no centro antigo da cidade na malha antiga da cidade não tínhamos nenhuma cantina social. A outra Cantina que existia que nasceu também da vontade do Padre Arsénio e era uma cantina muito virada mesmo para pessoas com grandes carências económicas e até mais no ramo da toxicodependência. E então, tínhamos de criar outra cantina para fazer face às outras pessoas e até pessoas de idade que tinham essa necessidade e por isso, como a junta por si só não conseguia até por causa do número de funcionários, fizemos um acordo com a Igreja Matriz de Portimão e aí contribuimos para que eles adquirissem um restaurante e aí fizéssemos um refeitório social. Hoje já está o refeitório social e eles já podem levar a comida para casa. É um projeto que tem vindo a desenvolver-se a pouco e pouco. Além dos que levam a comida para casa todos os dias, alguns também já podem comer lá, os que não tiverem condições. É um projeto que tem andado assim, porque trabalha com voluntários porque com a Igreja é muito mais fácil e a igreja consegue ter esses voluntários e a Junta de Freguesia dá o apoio monetário para as despesas como da água da luz, dos alimentos que têm que se comprar até na área da higiene e assim conseguimos fazer comida todos os dias para as pessoas e muito vão lá e levam e outros criámos também porque há aquela pobreza envergonhada e outros que estão doentes e não podem deslocar-se até à Cantina social e então estamos no projeto com os Bombeiros de Portimão aonde vamos levar a comida a casa diariamente. Com os Bombeiros de Portimão quisemos também alargar, porque há muita gente que está acamada ou está em casa com grandes dificuldades e assim os Bombeiros conhecem logo a casa dessas pessoas e as dificuldades por exemplo se tiverem que tirar de lá a pessoa, olha é melhor tirar este móvel daqui ou tirar o móvel dali. De quinze em quinze dias vai uma enfermeira que é bombeira também e então que mede a tensão arterial, faz esses rastreios de colesterol e faz o acompanhamento da pessoa.

Entrevistador: seriam esses serviços que estariam também incluídos no projeto?

Entrevistado: exatamente, com os Bombeiros temos um serviço de rastreios na periferia da nossa cidade. De dois em dois meses vamos aos clubes desses locais, fazemos a divulgação e os rastreios nessas zonas mais periféricas da nossa cidade.

Entrevistador: Qual é o financiamento por parte da Junta de Freguesia?

Entrevistado: financeiramente, gostava de lhe dizer que é daquelas coisas o que a junta se comprometeu é dar cinco mil euros por ano para as despesas do refeitório.

Entrevistador: quando é que este projeto se iniciou?

Entrevistado: iniciámos este projeto há dois anos, acerca de dois anos, em 2015.

Entrevistador: quantos são os beneficiários?

Entrevistado: na outra cantina que apoiamos também do Padre Arsénio, andam à volta de setenta pessoas e é bom que se diga que também são credenciais que são passadas aqui na Freguesia. É a freguesia que manda as pessoas para lá, é a freguesia que apoia nessa seleção, é faz todo o levantamento. As pessoas vêm aqui manifestar as carências económicas e a freguesia faz todo o levantamento do processo social nessa pessoa e depois manda as pessoas para os diversos refeitórios. Neste caso do nosso refeitório social da Caritas com a fabrica da Igreja Matriz damos cerca de trinta refeições por dia em almoço e jantar que levam para casa. Levam o jantar e o almoço do dia a seguir e apoiamos mais duzentas famílias, isso é que é muito... que baixa de verão para as cento e setenta e agora já está a começar a aumentar, com cabazes de alimentos mensais. Isso levam para casa para fazer, são pessoas que ainda podem, conseguem fazer. Isto é um projeto abrangente, gostamos do verão de ver os números a baixar, mas agora já estamos a atingir o pico novamente.

Entrevistador: como é que sentiu esta necessidade?

Entrevistado: Foi das coisas que mais me custou quando aqui cheguei, que todos os casais, muitos deles até já tinham tido uma vida boa, digamos assim, pelo menos tinham trabalho e comida em casa para dar de comer aos filhos e quando cheguei à Junta de Freguesia, havia muita gente que não podia com as despesas do banco e das casas que tinham comprado e já não tinham trabalho. Sentimos que tínhamos que dar esse apoio e foi isso que fizemos.

Entrevistador: neste projeto, quais são os principais parceiros?

Entrevistado: os parceiros, são a igreja Matriz de Portimão e o Centro Paroquial Quinta do Amparo e os Bombeiros. O nosso leque de funcionários é curto, aliás, a Junta de Freguesia tem onze funcionários e assim com os Bombeiros no final da tarde, os Bombeiros, uma pessoa mais

um carro, uma pessoa da Caritas voluntária e vai levar a comida a casa também. Com os bombeiros conseguimos ultrapassar essa dificuldade. Da parte monetária, esse projeto é todo da junta de freguesia mais nenhum comparticipa com dinheiro. O banco alimentar também participa com os alimentos e é um projeto de cariz voluntário, assente no voluntariado, só no refeitório são cerca de setenta. No serviço domiciliário com bombeiros vai também sempre um voluntario e já fez falta, uma vez chegaram lá e tiveram que ir logo para o hospital.

ANEXO V- Caracterização sociodemográfica da Freguesia de Carnide

Quadro 1 – Densidade populacional e evolução da população residente

Local de residência (à data dos Censos)	Densidade populacional	População residente		
	2011	2011		2001
	NºHab/Km²	Nº	Tx. Var.	Nº
Portugal	114,50	10 562 178	0,02	10 356 117
Área Metropolitana de Lisboa	941	2821876	6,01	2661850
Lisboa (Município)	6.389,6	547733	-3,00	564657
Carnide(Freguesia)	5.800	23.316	22,79	18989

Quadro 2 – Idade média da população e população residente por grupo etário em 2011

Local de residência	Idade média	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	42,01	1 572 329	14,89	1 147 315	10,86	5 832 470	55,22	2 010 064	19,03
Área Metropolitana de Lisboa	41,19	437881	15,51	295043	10,45	1575110	55,81	513842	18,20
Lisboa (Município)	44,44	70494	12,87	53507	9,76	292772	53,45	130960	23,90
Carnide(Freguesia)	37,34	3774	16,18	2767	11,86	13149	53,39	3626	15,55

Quadro 3 – Indicadores da população em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de renovação da população em idade ativa
	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	127,80	28,80	22,50	94,34
Área Metropolitana de Lisboa	117,4	27,5	23,4	94,07
Lisboa (Município)	185,8	37,8	20,4	95,82
Carnide(Freguesia)	96,1	23,7	23,7	95,96

Quadro 4 – Nível de instrução da população residente em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de analfabetismo			Proporção da população residente com ensino superior completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	5,22	3,51	6,77	15,11	12,78	17,16	31,69	29,87	33,3	49,6	49,85	49,38
A M. Lisboa	3,22	1,91	4,37	21,36	19,39	23,06	41,49	40,72	42,15	60,44	61,75	59,29
Lisboa (Município)	3,21	1,74	4,44	33,63	33,72	33,56	50,58	52,44	49,06	64,76	64,74	62,33
Carnide (Freguesia)	3,82	2,10	5,38	42,35	42,37	42,32	56,31	57,94	54,93	68,48	70,76	66,55

Quadro 5 – Indicadores do mercado de trabalho em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de atividade			Taxa de desemprego			Proporção de profissionais socialmente mais valorizados
	HM	H	M	HM	H	M	
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	47,56	51,59	43,87	13,18	12,58	13,83	22,24
Área M. de Lisboa	49,79	52,37	47,47	12,94	13,47	12,41	26,92
Lisboa (Município)	47,54	51,14	44,5	11,84	13,17	10,55	42,46
Carnide	50,06	52,94	48,09	11,04	12,81	9,34	50,47

Quadro 6– Indicadores de condições de vida e Habitação em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Proporção de edifícios com necessidade grande reparações ou muito degradados	Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação
	%	€
Portugal	4,41	333
Área Metropolitana de Lisboa	3,84	358
Lisboa (Município)	7,39	347
Carnide (Freguesia)	13,52	317

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011

ANEXO VI - Transcrição dos depoimentos - Freguesia de Carnide

Transcrição dos depoimentos

ENTREVISTA: 2

Entrevistado: Presidente da Junta de Freguesia de Carnide- Lisboa

02 de fevereiro, 2017

Entrevistador: como descreve o projeto OPPA, Orçamento Participativo Partilhado e Apadrinhado relacionado com a Habitação social da freguesia?

Entrevistado: Trata-se de um projeto que trabalha essencialmente nos dois bairros municipais que nós temos, no bairro da Horta Nova e no bairro do Padre Cruz e que está muito relacionado com o colocar os parceiros locais em relação com os moradores e acaba por ser de certa forma as pessoas a ganhar e a terem competências de convívio e de relação entre os vários moradores dos lotes, isto dá um objetivo final que é de facto criar comissões de lote em cada um dos lotes projeto mas como o estado na altura era muito mau da habitação e do cuidado a ter com os espaços comuns era preciso haver este envolvimento por parte das pessoas. Ele é um projeto em si que tem tido um sucesso crescente com uma adesão muito grande por parte das pessoas e dantes o que era impensável era de facto que as pessoas se sentassem e estivessem em relação, se relacionassem e conversassem sobre os problemas e as dinâmicas dos seus lotes, neste momento isso é uma realidade praticamente mensal onde as pessoas falam um bocado sobre isso onde fazem investimentos conjuntos. Para termos uma ideia a Junta disponibiliza uma verba para que se possa fazer intervenções e ele é participativo porque as pessoas é que decidem quais é que são as iniciativas que devem ser levadas a cabo, se é mudar um vidro que foi partido, se é arranjar uma porta, se é pintar as entradas comuns do prédio e é partilhado porque as pessoas participam com dez por cento da intervenção, Cada um dos moradores, também para promover a sustentabilidade do projeto, para os responsabilizar por isto, há uma parte que também lhes cabe a elas. E é apadrinhado porque cada lote tem um padrinho que é um parceiro local, uma entidade cultural, social, a própria associação de moradores que de certa forma apadrinha estes lotes e os vai acompanhando nos bons e nos maus momentos, não é?

Entrevistador: como é que sentiu que este projeto era importante?

Entrevistado: Acima de tudo, nós achávamos que, nós temos a plena consciência que a habitação não é uma competência da junta de freguesia. Ela é uma competência municipal, mas de qualquer das formas a nossa proximidade à população fazia com que sentíssemos as necessidades que as pessoas têm de chegar muitas vezes à Câmara Municipal ou à entidade gestora, porque foi criada

uma empresa que é a GEBALIS que é a entidade gestora dos bairros de Lisboa. Sentíamos que havia muita dificuldade de se relacionarem, de as pessoas poderem reivindicar aquilo que são as melhorias no seu lote e algumas limitavam-se única e exclusivamente a reivindicar e não eram parte ativa da solução dos problemas e, portanto, é nesse sentido que nós sentimos que chamamos as pessoas para uma participação efetiva para não apenas para criticarem e apontar o que estava mal, mas para serem parte ativa da solução dos seus problemas. Ninguém, nós dizemos muito e acreditamos nisto, ninguém resolve melhor o problema das pessoas que elas próprias. Obviamente temos que lhe dar competências, obviamente temos que lhe dar recursos, obviamente temos que dar espaços e tempos para que isso aconteça, mas de facto precisávamos, era mesmo uma grande necessidade que se fizesse alguma coisa. Era mais fácil criticar a GEBALIS era mais fácil criticar a Camara Municipal, mas a determinada altura sentimos que devíamos ser um parceiro ativo desta mudança conjunta que queríamos para os bairros.

Entrevistador: como é que se processa a articulação entre os moradores e a Junta de Freguesia? Há reuniões frequentes?

Entrevistado: nós quisemos que isto fosse visto numa perspetiva muito próxima e muito integrada e muito pensada. Há lotes em que há uma necessidade enorme de ter...porque há uma diferença cultural gigante nalguns destes lotes, às vezes...a freguesia de Carnide e alguns dos nossos bairros foram criados mesmo para que as barracas em Lisboa terminassem por exemplo e portanto era preciso porem em relação uma série de pessoas que vieram de diferentes pontos da cidade e a uma determinada altura nós sentimos que era por aí era agarrar e conversar efetivamente com as pessoas e explicar-lhes que era importante que fizéssemos isto e há lotes em que reunimos todas as semanas e há outros que apenas precisam de uma reunião por mês portanto, não é tão linear assim. Mas de facto é visto numa perspetiva muito caso a caso, lote a lote.

Entrevistador: quando é que se iniciou o projeto?

Entrevistado: Ele iniciou-se em 2012 e neste momento continua numa outra perspetiva ainda mais abrangente que acaba por ser um projeto que se chama PULSAR que é um programa de utilidade local, um programa de parcerias locais, programa de utilidade local serviço administrativo de rua, uma dinâmica em que é muito mais abrangente ou seja: no OPPA trabalhamos lote a lote neste momento o PULSAR, trabalha numa dinâmica de bairro a bairro onde em cada bairro se festeja o dia do vizinho, as plantações de arvores das podas, tem uma visão muito mais integrada do bairro, muito mais global do que apenas e somente a visão de lote. Continua-se com a visão de lote, muito apurado, mas depois criou-se aqui neste momento desde 2012 até 2017, portanto o projeto ganhou outra dimensão. É mais sólido, mais consistente, mas mantém exatamente a origem e característica base de início.

Entrevistador: Qual a população abrangida?

Entrevistado: sim, no bairro da Horta Nova são 45 lotes, no bairro Padre Cruz são mais de cento e cinquenta, são bairros de grande dimensão. Um lote tem dez agregados familiares. No Padre Cruz são cinco andares e na Horta Nova são menos, são três andares.

Entrevistador: qual o valor do financiamento por parte da Junta?

Entrevistado: São duzentos e cinquenta euros por lote por ano. Há lotes onde não se gasta o valor todo porque estão muito organizados e ao longo dos anos como foram feitos investimentos muito sólidos às vezes não é necessário este investimento todo, mas dá para outros em que o investimento é muito superior e, portanto, isto é, de facto em média.

Entrevistador: Todos os lotes foram alvo de intervenção?

Entrevistado: sim, todos, todos os lotes foram alvo de intervenção em diferentes dimensões e para termos uma ideia, em 2013 quase todos os lotes foram pintados de cima a abaixo, alguns com o envolvimento da população outros, pronto, com recurso a uma empresa.

Entrevistador: Quais são os parceiros?

Entrevistado: acabam por ser as associações de moradores, os parceiros que são fundamentais neste trabalho que nós queremos fazer, mas também todos os parceiros sociais, culturais, desportivos, têm aqui um papel importante e é muito engraçado porque quando nós colocamos um grupo desportivo do próprio bairro a apadrinhar uns dez lotes. A juventude Horta Nova acaba por apadrinhar dez lotes no bairro da Horta Nova. Há a proximidade e depois há também outros parceiros desde a Azimute Radical as Paróquias, as associações de Pais, são também padrinhos de lotes e de certa forma muitas das vezes são estes pais que também vivem nesses lotes apadrinham lotes e se sentem parte ativa deste projeto e sentem que estão a cumprir uma missão social importantíssima.

Entrevistador: os parceiros participam financeiramente?

Entrevistado: Não, nós para além do apoio financeiro também temos técnicos que estão a acompanhar o projeto e vão acompanhando as reuniões que são realizadas, fazem a ponte com a entidade gestora do bairro com a GEBALIS, fazem a ponte com a Câmara municipal. Nós é que financiamos as associações para que elas possam fazer esse trabalho.

ANEXO VII- Caracterização sociodemográfica da Freguesia de Afife

Quadro 1 – Densidade populacional e evolução da população residente

Local de residência (à data dos Censos)	Densidade populacional	População residente		
	2011	2011		2001
	NºHab/Km ²	Nº	Tx. Var.	Nº
Portugal	114,50	10 562 178	0,02	10 356 117
Norte	173,4	3689682	0,06	3687293
Viana do Castelo	278,0	88725	0,11	88631
Afife	147,3	1632	-2,68	1677

Quadro 2 – Idade média da população e população residente por grupo etário em 2011

Local de residência	Idade média	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	42,01	1 572 329	14,89	1 147 315	10,86	5 832 470	55,22	2 010 064	19,03
Norte	40,97	557233	15,10	425876	11,54	2075134	56,24	631439	17,11
Viana do castelo	42,43	12496	14,08	9573	10,78	49321	55,58	17335	19,53
Afife	47,46	177	10,84	136	8,3	893	54,71	426	26,10

Quadro 3 – Indicadores da população em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de renovação da população em idade ativa
	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	127,80	28,80	22,50	94,34
Norte	113,3	25,3	22,3	93,87
Viana do Castelo	138,7	29,4	21,2	87,71
Afife	240,7	41,4	17,2	56,49

Quadro 4 – Nível de instrução da população residente em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de analfabetismo			Proporção da população residente com ensino superior completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	5,22	3,51	6,77	14,99	12,60	17,09	31,69	29,87	33,3	49,6	49,85	49,38
Norte	5,00	3,22	6,79	13,05	10,78	15,06	27,90	26,90	29,50	45,26	45,26	45,26
Viana do Castelo	4,43	2,21	6,39	15,00	12,42	17,22	31,14	29,42	32,63	49,18	50,36	48,15
Afife	3,86	1,42	5,94	22,77	20,57	24,60	36,85	36,80	36,88	51,34	55,11	48,16

Quadro 5 – Indicadores do mercado de trabalho em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de atividade			Taxa de desemprego			Proporção de profissionais socialmente mais valorizados
	HM	H	M	HM	H	M	
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	47,56	51,59	43,87	13,18	12,58	13,83	22,24
Norte	47,59	52,33	43,24	14,47	12,98	16,13	20,81
Viana do Castelo	46,87	51,15	43,04	12,46	10,94	14,08	23,68
Afife	44,79	49,2	41,04	11,63	8,94	14,36	3 4,06

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos.

Quadro 6– Indicadores de Educação em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de abandono escolar
	%
Portugal	1,70
Norte	1,53
Viana do Castelo	1,46
Afife	1,15

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011

ANEXO VIII- Transcrição dos depoimentos- Freguesia de Afife

Transcrição dos depoimentos

ENTREVISTA: 3

Entrevistado: Presidente da Junta de Freguesia de Afife

08 de fevereiro, 2017

Entrevistador: O que o levou a empenhar-se em manter a Escola Básica?

Entrevistado: em primeiro lugar, eu acho que um autarca tem que ser uma pessoa que esteja próximo da sua freguesia e conhecedor da sua freguesia e as suas necessidades. Relativamente à Escola foi um projeto que eu fiz parte, eu aprendi as primeiras letras naquela escola e é uma escola com uma beleza como há poucas é do Estado Novo, ainda hoje existe a fachada dela, é escola sexo masculino e do sexo feminino. Tem 105, é uma escola centenária de 1910, construída em 1905 e tem mais de cem anos e, portanto... nós a população de Afife como todas as populações, as pessoas vão envelhecendo, há pouca... a faixa da natalidade é muito curta é muito mínima e afife como todas as freguesias, principalmente os meios rurais como o nosso, aqui mais o alto Minho sofre muito com essa situação. É uma escola que como disse tinha cem anos e estava a necessitar de grandes obras. Os alunos eram poucos e as condições físicas do edifício estava num estado de degradação muito grande e eu fui-me apercebendo de toda essa situação e começámos a aperceber que os nossos filhos da nossa terra estavam a pôr os filhos fora da freguesia. E eu acho que nós quando estamos numa freguesia, numa junta de freguesia, temos de ser sensíveis a todas estas situações, não só da escola, mas a todas as instituições e acho que temos que puxar o melhor para nós e lutarmos por aquilo que é nosso, que os nossos antepassados deixaram. Temos que pelo menos manter, porque é importante que as pessoas fiquem. Nós estamos muito próximo da cidade de Viana do Castelo, cerca de dez, onze quilómetros e começámos a aperceber que os miúdos estavam a fugir. Foi no período em que fui candidato à Junta de Freguesia e as crianças é a memória de um povo, é a vida e, ver uma escola sem crianças, um edifício daqueles, abandonado, não havia vontade política do governo central em restaurar a escola. Eu, quando fui candidato, falei com o presidente da Câmara e uma das situações foi precisamente a escola de Afife. Eu abordei o presidente, sr. presidente, eu gostava imenso que a nossa escola fosse requalificada e tive um compromisso de boca “se eu for presidente eu vou assumir esse compromisso e vamos requalificar a escola de Afife. Então, em 2009, ano de eleições eu era candidato eles avançam com as obras de requalificação. No espaço de fevereiro a agosto foi feita a requalificação da escola de Afife. Em 2010, a escola de Afife estava com um novo visual e com todas as condições que se podem exigir, com um quadro interativo, com cores, mantendo a sua fachada da arquitetura de há cem anos. Uma requalificação que foi muito bem, uma aposta muito

forte que se enquadrou perfeitamente. E então, estamos no ano de 2010 e o governo apresenta uma lei em que é preciso o mínimo de crianças, 21 ou 22 crianças para a escola se manter e que foi um grande problema, mais um problema que tivemos. Depois do edifício requalificado, em que no dia da inauguração, todas as pessoas ficaram abismadas, tão contentes que foi um orgulho muito grande não só para mim, mas para toda a população de Afife. E então, começámos a desenvolver um trabalho, e eu ia ficar com aquele edifício e o sr. presidente “então Arlindo, gastámos... a obra custou meio milhão de euros à Camara e aqui a verdade tem de ser dita, foi um investimento total da Camara Municipal de Viana do Castelo, não foi do governo e que no meu ponto de vista foi um orgulho muito grande. E então ficámos com aquela de situação de não termos crianças para a escola. Então, eu como sou também presidente de uma outra IPSS que é a Casa do Povo de Afife, que tem uma creche e um jardim de infância, eu comecei a fazer os contactos com os pais e a pedir-lhes por favor encarecidamente que inscrevessem os seus filhos na nossa escola porque nós tínhamos uma escola nova, tinham todas as condições para os filhos dos meus amigos que tinham tirado daqui os filhos para outras escolas e eu fui de porta em porta, quase a mendigar aquilo que era impossível que era manter a escola aberta. E realmente foi o que aconteceu, inclusive nas vizinhas freguesias a Âncora Praia que é Carreço e Areosa... eu trouxe pais e miúdos de Areosa para aqui porque eles saíam da escola e do jardim de infância e eu fui falar com os pais “peço-vos o favor” porque bastava ter a inscrição, podia depois não ter o número exigido, mas se estivessem inscritos era fundamental para que se mantivesse. E então conseguimos o mínimo de alunos para que ela se mantivesse aberta. Então a partir daqui foi uma motivação tão grande que isto nunca mais parou. As pessoas começaram-se a aperceber e a visitar a escola e ficavam maravilhados com o espaço. Então a Junta aí, nesse ano apostou também numa situação que é uma dificuldade que havia aqui também que é quem começasse a trabalhar muito cedo, os pais não tinham onde pôr as crianças e então a Junta de Freguesia assumiu a responsabilidade da abertura da escola as sete e meia da manhã e o fecho as dezoito e trinta o que permitia então aí os pais que fossem trabalhar as oito e meia, às sete e meia já podiam deixar o seu filho e a escola só começava às nove e depois até às cinco e meia mas depois aí os pais podem manter os filhos até às dezoito ou até às dezanove porque temos uma funcionária que é totalmente suportada pela Junta de Freguesia de Afife e isto é que foi uma grande aposta. Então a partir daí, a escola no ano seguinte já teve trinta e tal alunos, quarenta e tal, e abriu com duas salas, hoje temos três salas e já estamos esgotados em limite de crianças.

Entrevistador: então, quando consegui as inscrições, depois das obras, quando é que a escola abriu?

Entrevistado: foi em 2010, setembro de 2010, as obras foram feitas em tempo record. A junta cedeu as instalações do Polidesportivo para que a escola se mantivesse em funcionamento enquanto a Câmara tinha que alugar contentores. Nós dissemos, a Câmara não vai alugar nada,

nós temos as instalações para que a escola funcione. Foi o período entre fevereiro a setembro de 2009. Foi um grande esforço realizado em conjunto e a partir daí a escola é uma referência, começámos com os Atlas também suportados pela junta de freguesia nos períodos de férias de verão, nas férias da Páscoa, os pais já têm onde deixar os filhos. Temos um autocarro de nove lugares que permite ir buscar os miúdos às freguesias vizinhas e então aí... permitiu que muitos pais pusessem os filhos na escola.

A Câmara dá apoio ao transporte das crianças das freguesias que as escolas fecharam de Soutelo, e. Amonte e hoje também temos um apoio da casa do povo que também é para a sustentabilidade do transporte. Foi um trabalho muito intenso que valeu a pena, temos muito orgulho e a escola é uma referência.

Entrevistador: O ATL foi uma resposta inovadora?

Entrevistado: exatamente, eu hoje tenho miúdo de várias zonas, das freguesias vizinhas. Temos as refeições, temos os transportes, temos o seguro, os pais sabem que eles estão seguros. Também tivemos muita sorte com a parte docente, os professores que tiveram muita motivação para que isto andasse.

Entrevistador: quantos alunos é que tem atualmente?

Entrevistado: neste momento temos 55 alunos distribuídos por quatro classes e com a natalidade como está, nos próximos anos a escola vai manter-se.

Entrevistador: Qual é o montante do financiamento da Junta de Freguesia?

Entrevistado: são três por cento do orçamento que é de cerca de trezentos mil euros o que dá para pagar o ordenado à funcionária. O mais importante foi abrir a escola às sete da manhã e impedir que os miúdos continuassem a ir para Viana.

ANEXO IX- Caracterização sociodemográfica da Freguesia de Canaviais

Quadro 1 – Densidade populacional e evolução da população residente

Local de residência (à data dos Censos)	Densidade populacional	População residente				
	2011	2011		2001		1991
	NºHab/Km ²	Nº	Tx. Var.	Nº	Tx. Var.	Nº
Portugal	114,50	10 562 178	0,02	10 356 117	0,05	9 867 147
Alentejo	24,00	757 302	-0,02	776 585	-0,01	782 331
Alentejo Central	23,10	166 822	-0,04	173 646	0,00	173 216
Évora	43,30	56 596	0,00	56 519	0,05	53 754
Canaviais	177,30	3 442	0,15	3 000	0,53	1 958

Quadro 2 – Idade média da população e população residente por grupo etário em 2011

Local de residência	Idade média da população	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	Anos	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	41,83	1 572 329	14,89	1 147 315	10,86	5 832 470	55,22	2 010 064	19,03
Alentejo	44,60	102 774	13,57	73 753	9,74	397 787	52,53	182 988	24,16
Alentejo Central	44,70	22 189	13,30	16 562	9,93	87 304	52,33	40 767	24,44
Évora	42,51	8 148	14,40	5 895	10,42	31 386	55,46	11 167	19,73
Canaviais	39,31	605	17,58	363	10,55	1 938	56,30	536	15,57

Quadro 3 – Indicadores da população em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de renovação da população em idade ativa
	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	127,80	28,80	22,50	94,34
Alentejo	178,10	38,80	21,80	84,38
Alentejo Central	183,70	39,30	21,40	88,92
Évora	137,10	30,00	21,90	91,07
Canaviais	88,60	23,30	26,30	117,62

Quadro 4 – Nível de instrução da população residente em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de analfabetismo			Proporção da população residente com ensino superior completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	5,22	3,51	6,77	15,11	12,78	17,16	31,69	29,87	33,30	49,60	49,85	49,38
Alentejo	9,55	7,14	11,79	10,94	8,53	13,14	26,61	24,23	28,79	44,28	43,90	44,64
Alentejo Central	9,24	7,30	11,02	12,25	9,79	14,44	28,60	26,08	30,87	45,39	44,89	45,83
Évora	5,53	4,24	6,68	20,10	16,83	22,93	39,58	36,86	41,94	57,00	56,79	57,17
Canaviais	5,87	4,43	7,19	19,58	15,68	23,15	41,06	36,43	45,31	59,78	59,60	59,95

Quadro 5 – Indicadores do mercado de trabalho em 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de atividade			Taxa de desemprego			Proporção de profissionais socialmente mais valorizados
	HM	H	M	HM	H	M	
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	47,56	51,59	43,87	13,18	12,58	13,83	22,24
Alentejo	45,25	49,52	41,24	12,83	11,92	13,86	17,86
Alentejo Central	45,90	49,83	42,25	11,19	10,41	12,05	19,70
Évora	48,89	51,27	46,74	10,58	10,68	10,47	27,18
Canaviais	50,44	51,06	49,83	8,53	8,33	8,72	25,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos (2011)

ANEXO X- Transcrição dos depoimentos- Freguesia de Canaviais

Transcrição dos depoimentos

ENTREVISTA: 4

Entrevistado: Presidente da Junta de Freguesia de Canaviais

08 de fevereiro, 2017

Entrevistador: como descreve o projeto do Mercadinho?

Entrevistado: O projeto do mercadinho foi criado em 2015 e é um projeto mais vasto que o mercadinho em si. O mercadinho numa primeira fase funciona como sendo a montra digamos em que o objetivo é obter o reconhecimento por parte do consumidor da diferenciação de estes produtos dos Canaviais se diferenciam dos que não são dos Canaviais. E que tem por objetivo sempre estimular e fomentar os pequenos agricultores locais no sentido de aumentar a sua capacidade de produção e conseqüentemente o seu bem-estar económico.

Os principais parceiros, numa fase inicial foram a Rurambiente e a Casa do Povo, agora contamos com associações de desenvolvimento local e as Direções Regionais.

Entrevistador: como é que sentiu a necessidade de criar o mercadinho?

Entrevistado: as coisas não acontecem por acaso e hoje todos os locais procuram alguma coisa de diferenciação entre os outros locais e nós se recuarmos à nossa história e às nossas origens, verificamos aqui a existência nos Canaviais de quintinhas com produção e fornecimento de frescos para o mercado abastecedor de Évora. Eram os Canaviais que abasteciam o mercado e embora tenha reduzido ao longo dos anos drasticamente o número de produtores, mas ainda existiam alguns com o saber adquirido que transitou de pais para filhos e que tentamos fomentar dentro do contexto económico e social do momento em que havia falta de emprego e despedimentos. Queremos que as pessoas tenham o seu próprio trabalho e pudessem começar o seu auto-emprego.

Entrevistador: Qual foi o montante do financiamento?

Entrevistado: no total foram cerca de quatro mil e quatrocentos euros para a compra das tendas e bancadas mais algum material de publicidade.

Entrevistador: Quais são então os principais resultados?

Entrevistador: os resultados são ao nível do emprego, pelo menos os que estavam no desemprego, cinquenta por cento que se dedicam exclusivamente à atividade e também já se ultrapassou a nossa área geográfica quer do reconhecimento quer do fornecimento. Estamos em período de expansão da produção. Uma outra dimensão é o fornecimento de produtos frescos, legumes e frutas e à Escola Básica.

Entrevistador: sabemos que a escola básica já consome os produtos frescos do bairro que anteriormente eram adquiridos fora da região? Pode quantificar a poupança que daí advêm?

Entrevistado: ao nível do financiamento pode não haver grande redução de custos, poderá haver ganhos na saúde das pessoas, porque os produtos são colhidos frescos, sem conservação e

transporte. Seguramente que é um grande ganho e a nossa aposta é nos agricultores locais. Nós antecipámos uma tendência em dois anos, tem-se estado a transformar as políticas na área da pequena produção e para o próximo quadro comunitário quando se está a preparar e a negociar os próximos apoios, já está a equacionar-se um maior investimento nestas áreas assim como alterações legislativas precisamente para privilegiar à aquisição por parte do estado aos agricultores locais.

Também já colaborámos com o município de Campo Maior e com as Direções Regionais da Agricultura a do Norte também na Póvoa de Varzim.

Atualmente e com o Município de Évora estamos a tentar replicar o modelo para as restantes cantinas escolares. Estamos também com a Universidade de Évora no projeto SALSA que é um projeto com investigadores europeus e das Nações Unidas e de alguns países africanos que também pretendem implementar ou incrementar e fazer estudos nas produções locais.

Este projeto poderá ser sustentável e para isso estamos a fazer parcerias com as associações locais para que o projeto não esteja dependente dos resultados eleitorais nem das sensibilidades políticas dos executivos da autarquia.